

PRISCILA CAZARIN BRAGA

**COOPERAFORESTA: RESISTÊNCIA E AUTONOMIA
NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO AGROFORESTAL**

Dissertação entregue como requisito parcial para a obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Meio ambiente e Desenvolvimento – PPGMADE da Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Orientadora: Prof. Dra. Cristina F. Teixeira

Co-Orientador: Prof. Dr. Paulo Niederle

CURITIBA

2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço pela Força Divina que emana nos corações e anima o dia a dia com o Amor Criador. A Papai e Mamãe, pelo sol, pela lua, pelas estrelas e pela floresta.

Agradeço ao meu amor e companheiro Rômulo (para sempre) e pelo meu amorzinho, Benjamin príncipe de luz. Por mamãe Cida ser a melhor mamãe do mundo. Pela família, Alison, Karen, Ribeiro, Denyse, Murilo e papai lá no além, por toda a força, paciência, apoio, cuidado e carinho. Pela minha família de bichos, (gata, cão, galinhas, patos, perus e pássaros) que inspiraram os meus dias junto às árvores e à natureza do Vale do Arco Íris.

Agradeço às minhas irmãs Bia, Maria, Simone, Carol e Dandara pelo apoio, amparo e paciência. E agradeço os seus companheiros, meus irmãos também.

Agradeço às minhas amigas e companheiras de pesquisa Dani, Poly e Regi, pela construção conjunta, trocas e aventuras. Aos meus amigos do curso de mestrado. Aos queridos e exigentes professores e coordenador do Programa do Made, em especial aos pacientes e atenciosos Cristina Teixeira e Paulo Niederle.

Agradeço em especial à COOPERAFLORESTA pelo exemplo e oportunidade de vivenciar e aprender sobre outras formas de viver. Neste sentido também destaco e agradeço ao Projeto Agroflorestar, coordenado pela COOPERAFLORESTA e patrocinado pelo Programa Petrobras Ambiental, em cujo âmbito de ações este trabalho foi desenvolvido. Aos outros pesquisadores pela construção de todo o trabalho coletivo. À EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) que, por meio do projeto Agroflorestas, apoiou a realização da pesquisa.

Agradeço também a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior) pelo financiamento e oportunidade de aprendizado.

RESUMO

Como tema deste trabalho delimitamos a construção de sujeitos agroflorestais a partir da experiência da Associação de Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo - SP e Adrianópolis - PR (COOPERAFLORESTA). A pesquisa objetiva compreender a formação de resistência ao modelo instituído de produção de alimentos e a construção de autonomia em relação à gestão dos projetos de vida dos agricultores, ambas características fundamentais à construção de sujeitos agroflorestais. Tal estudo se evidencia por uma pesquisa qualitativa com 34 (trinta e quatro) agricultores e 2 (dois) técnicos utilizando como procedimentos de coleta de dados a observação participante e entrevistas semi estruturadas e abertas. A análise se delineou mediante a aproximação dos dados aos elementos constituintes das categorias de autonomia e resistência definidos à luz dos referenciais teóricos. A pesquisa se justifica pela possibilidade de revelar relações e ações sociais que favoreçam aos agricultores o alcance dos sentidos de suas ações. Os conhecimentos gerados podem fornecer subsídios para políticas públicas e para novos projetos da COOPERAFLORESTA. Como resultados podemos inferir que os agricultores e técnicos da COOPERAFLORESTA construíram um modelo de referência em produção agroflorestal e resistem ao modelo instituído de produção de alimentos mediante a valorização da floresta como fonte de sustentação. Por isso contrariam a lógica de extinção do ecossistema originário, estimulando o agricultor a observar a organização da floresta e integrar-se com ela para potencializar as relações entre as espécies. A resistência ao instituído também foi observada na organização do trabalho em mutirões, os quais multiplicam as possibilidades de intervenção nas propriedades e são convenientes para a geração de responsabilidade, elemento constituinte da autonomia. A organização da COOPERAFLORESTA favorece a construção da autonomia dos agricultores em seus projetos de vida especialmente com o incentivo para a autogestão de sua base de recursos materiais e imateriais, tendo em vista a premissa básica da agrofloresta de que os insumos utilizados devem ser locais, preferencialmente internos à propriedade. Observou-se que o sistema participativo de gestão da associação e o processo de Certificação desenvolvido junto à Rede Ecovida de Agroecologia propiciam igualmente a construção de autonomia, pois instituíram a geração de projetos individuais e coletivos e utilizam ferramentas de autogestão desenvolvidas pelos próprios agricultores, os quais também protagonizam os processos de decisão da Associação. Contudo, tendo em vista que a maior parte dos recursos da comercialização dos produtos se origina dos programas públicos de fomento à agricultura agroecológica, se percebeu um grau de dependência destas estruturas, o que compromete a autonomia dos agricultores. Por fim, se infere ainda que a afirmação e a disseminação de valores no processo educativo e produtivo desenvolvido pela COOPERAFLORESTA é geradora de autonomia porque fortalece os atores na construção de seus projetos de vida mediante tanto o conhecimento dos significados de suas práticas socioambientais, quanto na fé que eles empregam em suas ações.

PALAVRAS CHAVE: Sujeito, COOPERAFLORESTA, autonomia, resistência, Movimento Agroecológico e agrofloresta.

ABSTRACT

As the theme of this work we delimited the construction of agroforestry subjects from the experience of Agroforestry Agriculturists Association of Barra do Turvo - SP and Adrianópolis - PR (COOPERAFLORESTA). The research aims to understand the formation of resistance to the established model of food production and the construction of autonomy in relation to the management of life projects for farmers. Both characteristics are fundamental to the construction of agroforestry subjects. This study is evidenced by a qualitative research with thirty-four agriculturists and two technicians, the procedures used to collect data were the participant observation, semi-structured and open interviews. The analysis was outlined by bringing data to the constituent elements of autonomy and resistance categories defined in the light of theoretical frameworks. The research is justified by the possibility of revealing relationships and social actions that encourage agriculturists to achieve the sense of their actions. The knowledge generated can provide support for public policies and new projects from COOPERAFLORESTA. As a result we can infer that farmers and technicians of COOPERAFLORESTA built a reference model for agroforestry production resisting to the instituted model of food production by enhancing the forest as a source of support. Against the logic of extinguishing the original ecosystem, the whole of the agroforestry system stimulate farmers to observe the organization of the forest and integrate it to leverage the relationships between species. The resistance was also observed in the established organization of work in task forces, which increase the possibilities of intervention in the properties and are suitable for the generation of responsibility, a constitutional of autonomy. The COOPERAFLORESTA organization favors the construction of the autonomy of farmers in their life projects especially with the encouragement of self-management of their resource base material and immaterial, in view of the basic premise of agroforestry that the inputs used to be local, preferably internal to the property. It was observed that the system of participatory management of the association and certification process developed by the Ecovida Agroecology also provides the construction of autonomy, since establishes the generation of individual and collective projects and use self-management tools developed by the farmers themselves, who are also involved in the decision processes of the association. However, considering that most of the features of the marketing of the products originate from public programs to promote agro-ecological agriculture, we noticed a degree of dependence of these structures, which undermines the autonomy of farmers. Finally, we infer that the statement and further spread of value in education and production developed by COOPERAFLORESTA generates autonomy because it strengthens the actors in the construction of their life projects through both the knowledge of the meanings of their social and environmental practices and in the faith that they employ in their actions.

KEYWORDS: Subject, COOPERAFLORESTA, autonomy, resistance, and agroforestry Agroecological Movement.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Elementos constituintes da Resistência e Autonomia do Sujeito.....	33
Quadro 2 Linha do Tempo do Movimento Agroecológico Brasileiro.....	72
Quadro 3 Elementos Constituintes da Resistência e Autonomia para o Movimento Agroecológico.....	74
Quadro 4 Elementos Constituintes da Resistência e Autonomia do Sujeito Agroflorestal.....	121

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Estruturação de um núcleo dentro da Rede Ecovida de Agroecologia.....	70
Figura 2 Mapa de Localização da Barra do Turvo e Adrianópolis destaque do grupo de pesquisa.....	91
Figura 3 COOPERA FLORESTA – Organização institucional.....	124
Figura 4 Agricultores e pesquisadores no Exercício de Construção das “Estrelas da Agrofloresta”.....	133
Figura 5 Fotografia das “Estrelas da Agrofloresta” produzidas na dinâmica.....	134
Figura 6 Canteiro produzido no Mutirão de Capacitação no Bairro Ribeirão Grande.....	149
Figura 7 Mulheres e adolescente no Mutirão de Capacitação Bairro Ribeirão Grande.....	150

LISTA DE SIGLAS

ANA – Articulação Nacional de agroecologia;
 AOPA – Associação de agricultura orgânica do Paraná;
 AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Tecnologia Alternativa;
 ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural;
 COOPERAFORESTA – Associação Agricultores agroflorestais de Barra do Turvo - SP e Adrianópolis – PR;
 CPT – Comissão Pastoral da Terra;
 EBAA - Encontros Brasileiros da Agricultura Alternativa;
 ENA – Encontro Nacional de Agroecologia;
 EMATER – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural;
 EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária;
 EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S. A;
 ECOVIDA – Rede Ecovida de Agroecologia;
 FAO – Food and Agricultural Organization/Organização para Agricultura e Alimento;
 FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação;
 ha – Hectare;
 IAPAR – Instituto Agrônômico do Paraná
 IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
 ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”;
 MA – Movimento Agroecológico
 MADE – Pós graduação Meio Ambiente e Desenvolvimento;
 MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
 MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário;
 MMA – Ministério do Meio Ambiente;
 MO – Movimento Orgânico
 OMS – Organização Mundial da Saúde;
 PNAE – Programa Nacional de alimentação escolar;
 PAA – Programa de Aquisição de Alimentos;
 PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A;

SUMÁRIO

RESUMO	4
ABSTRACT	5
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	6
LISTA DE QUADROS	6
LISTA DE FIGURAS	6
LISTA DE SIGLAS	7
1 INTRODUÇÃO	11
2 RESISTÊNCIA E AUTONOMIA NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO	18
2.1 TRAJETÓRIA: NASCIMENTO DO SUJEITO	18
2.2 O SUJEITO COMO A BUSCA DE SI	21
2.3 O SUJEITO E O OUTRO - A AUTONOMIA DO SUJEITO	26
2.4 A RESISTÊNCIA AO INSTITUÍDO E A LUTA POR DIREITOS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS	27
2.5 O SUJEITO E AS INSTITUIÇÕES	30
2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
3 O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA	34
3.1 A CRISE SOCIOAMBIENTAL NA AGRICULTURA	34
3.2 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA X AUTONOMIA DO AGRICULTOR....	37
3.2.1 Anúncios de outras possibilidades	38
3.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO	41
3.3.1 A noção de agroecologia	43
3.4 O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO: TRAJETÓRIA E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	47
3.4.1 Agriculturas ecológicas orientadas pelo mercado: Orgânicos x Agroecológicos.....	53
3.5 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	55
3.6 O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO E A FORMAÇÃO DE REDES: A EXPERIÊNCIA DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA	64
3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70

4 O PRESENTE OLHAR PARA A COOPERAFORESTA: PASSOS E MÉTODOS.

.....	75
4.1 UMA APRECIÇÃO E JUSTIFICATIVA EPISTEMOLÓGICA	75
4.2. COMO ESTUDAR OS SUJEITOS?	76
4.2.1. O estudo da resistência e autonomia do sujeito agroecológico:	
Construindo hipóteses de pesquisa	78
4.3 OS PASSOS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA	80
4.3.1 Uma pretensão metodológica	83
4.3.2. Procedimentos de coleta de dados	85

5 O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NA COOPERAFORESTA 90

5.1 A BARRA DO TURVO: ONDE SURTIU A COOPERAFORESTA	90
5.2 A COOPERAFORESTA – PRINCIPAIS FATOS HISTÓRICOS	95
5.3 QUEM SÃO OS ATORES DA PESQUISA NA COOPERAFORESTA	102
5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105

6 O SUJEITO AGROFORESTAL – A AGROFORESTA ENQUANTO

RESISTÊNCIA AO MODELO INSTITUÍDO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS.110

6.1 AGROFORESTA: UM MODELO DE AGRICULTURA ECOLÓGICA OU A PRÓPRIA CULTURA DA LÓGICA DA FLORESTA?	110
6.2 O QUE SE ENTENDE POR AGROFORESTA NA COOPERAFORESTA ..	115
6.3 PERSPECTIVAS EM RELAÇÃO AO FUTURO	117
6.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	119

7 COOPERAFORESTA: MECANISMOS DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO

INSTITUCIONAL..... 123

7.1 A ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA COOPERAFORESTA	123
7.1.1 Certificação Participativa da Agroforesta	130
7.2 AS ESTRELAS DA AGROFORESTA	131
7.3 O ATUAL PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGROFORESTAS	136
7.3.1 Os incentivos da Associação	138
7.3.2 O direito de acessar as políticas públicas	139
7. 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	141

8 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO AGROFORESTAL - OS MUTIRÕES DA

COOPERAFORESTA..... 144

8.1 O SISTEMA DE MUTIRÕES	144
---------------------------------	-----

8.2 O MUTIRÃO DE CAPACITAÇÃO	147
8.3 A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DOS AGRICULTORES NO TRABALHO DE MUTIRÃO – RESISTÊNCIA AO INDIVIDUALISMO DO TRABALHO DA MODERNIDADE INDUSTRIAL.....	151
8.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	154
9 OS VALORES DOS ATORES DA COOPERA Floresta.....	156
9.1 AUTONOMIA OU AUTOPROTEÇÃO?	156
9.2 AS MANIFESTAÇÕES DE FÉ E AFIRMAÇÃO DE VALORES.....	158
9.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS	165
REFERÊNCIAS.....	170
APÊNDICES.....	176
APÊNDICE 1 ENTREVISTA ABERTA COM O TÉCNICO DA COOPERA Floresta.....	176
APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADO JUNTO AOS ENTREVISTADOS.....	176

1 INTRODUÇÃO

Apresentamos este estudo acreditando na possibilidade da construção de novos futuros em que os sujeitos estão emergindo como protagonistas a partir de sua instância moral, os direitos humanos. O sujeito é entendido aqui como um princípio universal aliado aos direitos humanos que gera novos sentidos às ações. Por meio do reconhecimento dos direitos humanos de todos, os sujeitos transformam suas lutas em resistências aos poderes instituídos buscando encontrar o sentido¹ de suas ações. Esse processo está na base defesa de direitos e valores como igualdade, justiça, liberdade e respeito, por isso resistem aos imperativos de modelos hegemônicos² de ordenamento da vida. O sujeito se incorpora em situações concretas especialmente em movimentos coletivos com reivindicações culturais, sociais, ambientais e políticas (TOURAINÉ, 2011).

Nesses movimentos os sujeitos constroem espaços de resistência, ou seja desenvolvem processos de organização sociocultural que não se rendem aos estabelecimentos e regulamentações impostos por modelos hegemônicos de produção de alimentos, como no caso do Movimento Agroecológico (MA) que estudamos aqui. As resistências não se configuram como modelos estáticos ou inertes de desobediência civil, ao contrário, para o MA as resistências estão diretamente relacionadas à ação. Tanto a ação social de engajamento no movimento, quanto à construção de modelos alternativos de produção de alimentos (PLOEG, 2008).

O Movimento Agroecológico configura diversos modelos ecológicos de produção de alimentos aliados às reivindicações sociais, étnicas, culturais, políticas, ambientais e de gênero que se espalham pelo mundo construindo diferentes formas de relação homem e natureza. Considerando que há muitas vertentes de modos de

¹ Sentido: Entende-se a ideia de sentido relacionada ao significado, considerando desde os sentidos da própria existência, quanto ao significado da ação social para si e para o coletivo (TOURAINÉ, 2011).

² Hegemonia: do grego “hegemon” líder. Em primeira instância, hegemonia significa liderança, derivada diretamente de seu sentido etimológico. O termo ganhou um segundo significado, desenvolvido por Gramsci para designar um tipo particular de dominação. Nessa acepção hegemonia é dominação consentida, especialmente de uma classe social ou nação sobre seus pares. Na sociedade capitalista a burguesia detém a hegemonia mediante a produção de uma ideologia que apresenta a ordem social vigente, e sua forma de governo em particular, a democracia como se não perfeita, a melhor organização social possível. Quanto mais difundida a ideologia, tanto mais sólida a hegemonia e tanto menos necessidade do uso de violência explícita. (GRAMSCI, 1998)

viver e produzir que se articulam por meio do MA, ele se define como um movimento plural e diversificado (BRANDENBURG, 2002). O Movimento Agroecológico defende a construção de espaços onde os agricultores possam lutar juntos pelo exercício de seus modos de vida e produção, em defesa da sua autonomia. Assim sendo a constituição e a autogestão dos projetos de vida dos agricultores são molas propulsoras do MA.

A ideia de autonomia, elemento fundamental na construção do sujeito, se refere à construção de si próprio a partir de seus sentidos para a ação. Porém, defender seus próprios sentidos não significa ignorar os sentidos do outro, mas sim compreender o outro enquanto um sujeito em potencial (TOURAINÉ, 2011). A autonomia em relação aos projetos de vida dos agricultores se relaciona à possibilidade de autogestão de suas vidas, decidindo sobre suas condições materiais e imateriais de sobrevivência, o que para o caso dos agricultores, se refere também à gestão de sua base de recursos tangíveis e intangíveis (insumos, sementes, conhecimentos, organizações sociais, valores, etc.) e dos meios de comercialização, especialmente os que privilegiem o contato com o consumidor (PLOEG, 2008, 2010).

A modalidade de agricultura ecológica articulada ao movimento analisado em nosso estudo de campo se define pela Agrofloresta, a qual conjuga relações conscientes na produção de alimentos ao mesmo tempo em que trabalha valores para a vida do agricultor. De acordo com Ernst Götsch (1997) o princípio fundamental da agrofloresta consiste na observação da própria lógica da floresta para promover intervenções que potencializem as relações entre as espécies garantindo a harmonização integrada do ambiente e homem sob uma perspectiva de sustentabilidade econômica e socioambiental.

Partindo deste princípio fundamental da Agrofloresta, que pode ser resumido como a promoção da vida, a experiência da Associação de Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo – SP e Adrianópolis - PR (COOPERAFLORÉSTA) se mostrou propícia para estudar resistências ao modelo industrial de produção de alimentos no contexto do Movimento Agroecológico. A Associação foi formada a partir da sinergia entre técnicas agroflorestais e os modos de produção dos agricultores. Ela reúne grupos de agricultores, em grande parte remanescentes de quilombos, que desenvolvem sua produção em sistemas agroflorestais. De modo geral, eles se relacionam mediante a prática de mutirões de trabalho e capacitação e

comercializam conjuntamente seus produtos. Ademais os agricultores são protagonistas na administração e organização institucional da Associação, acompanhados por um corpo técnico multidisciplinar, sendo que os cargos de diretoria e as instâncias de decisão são compostos fundamentalmente pelos agricultores eleitos e representativos de seus grupos de origem.

A COOPERAFORESTA é filiada à Rede Ecovida de Agroecologia e desenvolve um sistema de certificação participativo da produção agroecológica que está vinculado à autoavaliação dos grupos de seu próprio trabalho mediante as normas estabelecidas pelo Sistema Nacional de Certificação. Os principais canais de comercialização dos produtos certificados da Associação são as feiras agroecológicas de Curitiba-PR, os circuitos internos da Rede Ecovida e ainda o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal, em que são comercializadas bananas de diversas qualidades, palmito pupunha, vagem, inhame, chuchu, mexerica, abacate, mandioca, limão rosa e outros produtos agrofloretais (COOPERAFORESTA 2010).

Além da comercialização a COOPERAFORESTA desenvolve projetos financiados por órgãos estatais como a PETROBRAS. Esses projetos buscam promover a qualificação do agricultor e a expansão dos modelos de manejo agroflorestral para novas famílias, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida dos moradores da região do Vale do Ribeira e a diversificação das atividades agrícolas. Tais projetos propiciam a melhoria da infraestrutura da Associação como a aquisição de veículos para a comercialização dos produtos e realização de novas ações de educação.

Neste sentido as reflexões desenvolvidas neste trabalho podem orientar novas ações dos agricultores e seus movimentos coletivos de luta pela autonomia. Esta dissertação ainda pode ser interessante para a produção de reflexões críticas dentro da COOPERAFORESTA tendo em vista seus futuros projetos de desenvolvimento e educação. Este estudo se justifica ainda pela atualidade do tema face à literatura contemporânea dos estudos rurais e pela possibilidade de geração de novos conhecimentos que possam orientar a produção de políticas públicas voltadas para agricultura agroecológica. A pesquisa pode retornar aos agricultores algo que possa estar oculto dentro de suas relações e ações sociais e que favoreça aos atores estudados alcançar os sentidos de suas próprias ações.

Após a apresentação da temática, campo de estudos e justificativas para a

pesquisa, é preciso enfatizar dentro do contexto do Movimento Agroecológico a notoriedade do processo de institucionalização que a agricultura agroecológica vem conquistando nos últimos quinze anos no Brasil. A institucionalização assegura direitos aos agricultores e incentiva o desenvolvimento de critérios de qualidade e segurança para a melhor aceitação dos produtos pelos consumidores, por isso se constitui como uma das reivindicações por legitimidade dos agricultores ecológicos (GUERRA, 2010). As políticas públicas em torno da agroecologia e a Lei Federal nº 10.831 de 2003 que delimita a necessidade de certificação dos produtos para a comercialização estão, em determinada medida, alinhadas com as aspirações dos próprios agricultores especialmente por meio da regulamentação dos processos de certificação participativa contidos no Sistema Participativo de Avaliação de Conformidade (FONSECA, 2005).

Percebe-se igualmente que a articulação dos atores do Movimento Agroecológico em redes possibilita uma atuação fortalecida, pois gera novas possibilidades de comunicação, troca de informações, conhecimentos, insumos e cria meios alternativos para sua inserção e construção de novos mercados, o que também se constitui como um dos objetivos dos processos participativos de certificação. Isso demonstra que os processos hegemônicos e excludentes de produção de alimentos são ameaçados pelas lutas e resistências em favor dos direitos dos agricultores e da busca por formas ecológicas de agricultura, alternativas ao modelo industrial.

Em contrapartida, é preciso reconhecer as possibilidades dominadoras que podem emergir com os processos de institucionalização da agroecologia. A delimitação de padrões pode subjugar a diversidade de modos de relação com o ambiente e produção de alimentos, defendidas por propostas como a agrofloresta, a modelos pré-definidos para a produção e organização social. Este processo pode levar os agricultores à submissão às imposições de um mercado controlado por grupos de agricultores, empresas e certificadoras que apostam nos altos retornos econômicos que a produção de alimentos orgânicos tem propiciado. Deste modo, a institucionalização pode afastar os agricultores de suas aspirações iniciais, gerando riscos às propostas emancipatórias do Movimento Agroecológico.

Neste sentido, o que pretendemos problematizar aqui se refere ao processo que se define como “alternativo”. Questiona-se a possibilidade de modelos alternativos de agricultura produzirem outras formas de relação com o instituído,

ainda que lançadas por este, ou se tornarem novos instituídos. As tentativas de regulamentação por meio do Estado, que garantem a institucionalização, historicamente tendem a manter hegemonias. A entrada no mercado hegemônico e as garantias institucionais podem gerar a sustentação do agricultor no campo, entretanto, se constituem como caminhos desafiadores para a construção e exercício da autonomia do agricultor agroecológico e agroflorestal, pois as regulamentações institucionais podem converter-se em mecanismos de exclusão de novos agricultores.

A partir dessa problemática, podemos explicitar nossas questões centrais em relação à experiência da COOPERAFORESTA:

- Como a COOPERAFORESTA está se constituindo face às transformações do Movimento Agroecológico provocadas pela institucionalização?
- O Movimento Agroecológico vivenciado pela COOPERAFORESTA, representa uma experiência de construção de autonomia em relação aos projetos de vida dos agricultores?
- Como essa experiência resiste às pressões exercidas pelos instrumentos (exigências de escala, certificação, mercantilização, modernização etc.) dos modelos instituídos de produção de alimentos?

Mediante as questões acima expostas, se define como objetivo geral da pesquisa: Compreender a formação de espaços de resistência ao modelo instituído de produção de alimentos e ao mesmo tempo, os mecanismos de construção de autonomia dos agricultores em relação aos seus projetos de vida, observando a experiência da COOPERAFORESTA constituída face ao processo de institucionalização das agriculturas agroecológicas.

Deste objetivo geral decorre um conjunto de objetivos específicos:

- Compreender como se articulam as ações de resistência e exercício da autonomia na construção do sujeito.
- Estudar o Movimento Agroecológico e sua interface com a resistência aos modelos industriais de produção e com a construção de autonomia dos agricultores em relação aos seus projetos de vida.
- Conhecer como a COOPERAFORESTA está se constituindo dentro do Movimento Agroecológico.

- Estudar na COOPERAFORESTA a construção de espaços de resistência ao modelo instituído de produção de alimentos.
- Investigar a construção e exercício de autonomia dos agricultores em relação aos seus projetos de vida.

Definidos os nossos objetivos mediante as categorias de resistência e autonomia, fundamentais na construção do sujeito, construímos as seguintes hipóteses: A hipótese básica do estudo sugere que a COOPERAFORESTA incentiva os movimentos de resistência e não submissão ao instituído industrial ou a um possível novo instituído excludente e favorece a construção da autonomia do agricultor em defesa de seus modos de viver e pensar. Essa assertiva se sustenta ainda nas seguintes conjecturas:

a)O modo de produção agroflorestal se configura em uma resistência aos modelos industriais de produção e ao mesmo tempo promove a autonomia dos agricultores em relação a gestão dos recursos florestais disponíveis;

b)Os processos participativos de gestão institucional da COOPERAFORESTA são geradores de autonomia dos agricultores, pois favorecem o desenvolvimento da autogestão de seus projetos de vida;

c)Os mutirões de trabalho e de capacitação propiciam a geração da autonomia na produção do conhecimento do grupo e resistência na organização do trabalho;

d)Por meio da autoafirmação de seus valores, os agricultores agroflorestais demonstram uma atitude de autonomia em relação aos seus projetos de vida.

A pesquisa se desenvolveu mediante uma abordagem qualitativa com objetivo exploratório por meio de pesquisa bibliográfica, documental e estudo de campo. Como técnicas de coleta de dados foram realizadas observações participantes, entrevistas semi estruturadas e abertas. O tratamento dos dados se construiu mediante a aproximação e diálogo entre as informações recolhidas e o referencial teórico definido para o estudo.

Sendo assim, o trabalho se estrutura da seguinte forma. A presente introdução desenha a temática da pesquisa, introduz a problemática do estudo, os objetivos pretendidos, hipóteses testadas e indica os procedimentos metodológicos articulados.

No segundo capítulo aprofundamos os estudos sobre a construção do sujeito de acordo com a teoria de Alain Touraine. Destacamos os temas da resistência e

autonomia do sujeito, tendo em vista que estas categorias foram escolhidas como suporte analítico para estudar a COOPERAFLROESTA.

O terceiro capítulo enfoca a compreensão do histórico do Movimento Agroecológico, seus pressupostos, valores e práticas defendidas. Aqui se pretende, enfatizar dentro da trajetória do movimento as nossas categorias de pesquisa, quais sejam a resistência em relação ao modelo de agricultura instituído pela industrialização e a construção de autonomia do agricultor, esclarecendo as transformações do Movimento Agroecológico e a problemática de pesquisa.

O quarto capítulo permite ao leitor entender como se organizou a pesquisa, a escolha do campo, o desenvolvimento da problemática, os pressupostos e hipóteses de pesquisa e explica ainda os procedimentos metodológicos desenvolvidos.

O quinto capítulo explicita a Associação escolhida para o estudo de campo, demonstrando um cenário histórico, social, cultural e geográfico. Nesse momento os dados levantados junto aos agricultores e técnicos são inseridos, bem como são apresentados os atores pesquisados.

No sexto capítulo exploramos a Agrofloresta e sua relação com as categorias de autonomia e resistência, buscando compreender se a escolha da agrofloresta pelos agricultores da Barra do Turvo se configura como uma forma de resistência.

O capítulo sétimo desenvolve uma análise institucional a partir do estudo dos documentos gerados pela Associação como o Estatuto, o Regimento Interno, relatórios e cartilhas e da observação de um exercício de autogestão denominado Estrelas da Agrofloresta que propõe ao agricultor autoavaliar suas agroflorestas considerando os elementos de biodiversidade, manejo, produtividade, “cuidado e carinho” e “terra boa”.

O oitavo capítulo apresenta a análise e reflexão sobre a organização dos mutirões de trabalho e capacitação aferindo se podem se constituir como geradores de resistência e autonomia.

Por fim, o nono capítulo se refere ao diálogo entre a afirmação e disseminação de valores dos agricultores da COOPERAFLROESTA e a construção da autonomia em relação aos seus projetos de vida. Fechamos o trabalho buscando relacionar nossos objetivos, hipóteses e análises. Neste sentido são tecidas as considerações finais e apresentadas novas questões para a reflexão.

2 RESISTÊNCIA E AUTONOMIA NA CONSTRUÇÃO DO SUJEITO

Estudamos as categorias de resistência ao modelo de agricultura instituído pela industrialização, e autonomia dos agricultores em relação aos seus projetos de vida a partir da teoria do sujeito de Alain Touraine, considerando que essas são duas características essenciais na construção do sujeito. Sendo assim, este capítulo situa o leitor dentro da perspectiva teórica de Touraine sem pretensão de esgotar as discussões.

2.1 TRAJETÓRIA: NASCIMENTO DO SUJEITO

É importante compreender a trajetória intelectual de Alain Touraine como uma unidade, em um movimento contínuo de reflexão, amadurecendo de acordo com sua experiência. O autor esclarece que perguntas similares animam seus estudos desde o início, perpassando sempre o tema do sujeito e, atualmente, a experiência de si (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004).

O foco de Touraine no estudo do sujeito se desenvolveu mediante três fases de sua experiência. Em sua vertente inicial, partia das categorias de classe e estratificação social em que o ator estava definido pelo social, discussão que o autor passa a combater desde então. Nessa fase desenvolve estudos sobre a consciência operária e entre suas principais pesquisas se destaca a análise de uma greve de trabalhadores da Renault³, cujo conflito se concentrava no gerenciamento empresarial versus a autonomia operária. Desde esse período, Touraine acredita no “individualismo criador” dos trabalhadores como uma característica fundamental na luta pela autonomia e pelos direitos coletivos. (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004).

Os estudos sobre os movimentos sociais de 1968 definem um segundo momento na trajetória intelectual do escritor. Nestes movimentos ele visualiza uma nova perspectiva em que a cultura se sobressai sobre a política e os espaços privados invadem o público. Emergem novas formas de mobilização social com ênfase para a defesa dos direitos humanos em que aparecem reivindicações de esferas privadas a exemplo das lutas pelos direitos das minorias, tal como as

³ Renault: Indústria automobilística Francesa.

demandas dos grupos de homossexuais. O movimento feminista também atrai a atenção do autor pela possibilidade de favorecer a construção de sujeitos, pois reúne mulheres que estão em busca da afirmação de sua vida pessoal com iniciativas públicas pela sua liberdade (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004).

Esses novos movimentos sociais e culturais pós 1968, provocaram transformações na vida coletiva inaugurando novos espaços públicos que são diferentes dos espaços políticos tradicionais e, a partir daí, o autor abre um novo período de aprofundamento teórico que está sendo trabalhado até o presente. Seu foco se direcionou para o sujeito e para as relações de sentido para a vida que este sujeito constrói em suas relações sociais e consigo mesmo (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004).

Leite (1995) esclarece que Touraine desloca o olhar das questões econômicas para uma vertente sócio cultural, observada no período da sociedade pós industrial, partindo da modernidade limitada para a plena modernidade. As mudanças ocorridas nesse período histórico recente, mais precisamente a partir dos movimentos depois de 1968 são tão profundas que nos levam a uma perspectiva de transformações nas esferas privadas, nas questões culturais e de personalidade.

Ao mesmo tempo em que esses movimentos culturais invadem as esferas políticas, há a aceleração dos contextos dominadores da globalização hegemônica via mercantilização das formas de viver que, por caminhos convencionais, geram uma tendência ao desaparecimento do sujeito pessoal. Touraine (2004, 2011) esclarece que nessa desagregação social, as crises econômicas, o descrédito do “Estado-Providência⁴” e a decadência da perspectiva clássica de cidadania, podem promover grandes retrocessos. As crises sucessivas não são responsáveis pela

⁴ Estado-Providência: O termo “Estado-providência” se aplica, grosso modo, aos Estados que implantaram sistemas alargados de proteção social e aos que praticam políticas de redução das desigualdades econômicas e sociais. O Estado-providência é um Estado social que em nome da segurança ou da igualdade se substitui parcialmente ao mercado e/ou corrige os seus resultados. A expressão “Estado-providência” nasceu de uma tradução aproximativa do inglês *Welfare State* e não está isenta de ambigüidades. Esquemáticamente, podem distinguir-se duas formas de Estado-providência, que se sucederam na maioria dos países ocidentais: o Estado protetor e o Estado redistributivo. O Estado protetor, que se desenvolveu a partir dos anos 30, visava primeiro que tudo limitar os custos sociais do mercado e garantir uma certa segurança face aos mais importantes riscos econômicos (desemprego, doença, velhice etc.). O Estado redistributivo (anos 60 e 70) procura estabelecer uma certa igualdade: a redução das desigualdades econômicas (e sociais) se torna uma das missões essenciais da ação pública, à qual tendem a ser ligadas ou subordinadas as políticas sociais no seu conjunto. Esta evolução foi travada ou em fins dos anos 70 (um pouco mais tarde na França) em razão da crise econômica e também da tomada de consciência dos “efeitos perversos” das políticas igualitárias dos anos precedentes (BOUDON et al, 1990).

construção de uma nova sociedade, elas têm efeitos negativos e possibilitam rupturas completas com o regime democrático ao abrir campos para a instalação de sistemas ditatoriais, à violência de choques revolucionários ou ao domínio das elites econômicas. No entanto, o autor prefere acreditar que a crise pode exercer um papel fundamental na emergência do sujeito, pois favorece a construção da consciência de si e dos direitos fundamentais (TOURAINÉ, 2011).

Para Touraine não há modernidade sem a racionalidade instrumental⁵, mas também não há modernidade sem sujeito (HAHN, 2008). O autor não acredita estarmos vivendo outro período como a pós modernidade, esclarecendo que os conflitos vivenciados nas crises sucessivas que enfrentamos são fruto do modelo industrial de transformação dos recursos materiais, ou seja, todos os conflitos se baseiam nessa maneira de relação e distribuição dos recursos. Afirmamos vivermos numa sociedade pós-industrial, que se caracteriza pela forma mais avançada do modelo industrial de organização somada às tecnologias de comunicação (TOURAINÉ, 2011).

Na trajetória do autor é preciso destacar ainda sua relação com a ideia de sociedade. Parte do pressuposto que a categoria de sociedade estava vinculada à coesão, mas ao mesmo tempo à determinação social, processos que estão perdendo o sentido a partir da globalização. Há um rompimento com a ideia de unidade vinculada com o termo sociedade, pois a globalização multiplica as possibilidades de trocas. Defende que não devemos acreditar mais em um modelo de sociedade, mas compreender que há princípios de unidade que podem ser ordenados a um nível mais elevado de universalismo, definidos pelos direitos humanos (TOURAINÉ, 2011).

Assim, Touraine (2004, p. 13) esclarece que não mais considera o termo sociedade, mas sim o estudo do espaço público. “Se não falo mais em sociedade, mas em opiniões e espaços públicos, em direito e em ensino, em família e conflitos, é porque somente agora o “social” deixa de ser apenas um apêndice do econômico ou uma criação do político”. Em sua última publicação, denominada “Após a crise”,

⁵ Entendemos racionalidade instrumental a partir de Leff (2006) para quem racionalidade pode ser definida como “o sistema de regras de pensamento e ação que se estabelecem dentro de esferas econômicas, políticas e ideológicas, legitimando determinadas ações e conferindo um sentido de organização da sociedade em seu conjunto” Para ele a racionalidade instrumental, que se refere às organizações materiais das ações sociais, se sobressai no contexto da modernidade e por isso o autor questiona a racionalidade instrumental e econômica e propõe uma racionalidade ambiental (LEFF, 2006, p. 243).

(2011) trabalha o termo “situação pós-social” ao invés da ideia de sociedade. Esse termo se refere a uma projeção das possibilidades advindas da atuação de sujeitos, onde pode haver novos modelos de vida social, em que “os atores recorrem aos direitos humanos e ao respeito às pessoas”. Esta possível situação é caracterizada pela separação entre o sistema e os atores (TOURAINÉ, 2011, p. 13).

Na análise sobre as recentes e fortes crises econômicas de 2008 e 2010 que atingiram profundamente os países europeus e os Estados Unidos, anuncia que o modelo europeu de modernização encontrou seu momento crítico. Ao mesmo tempo em que blocos financeiros vivenciam um significativo crescimento, como os países emergentes tal qual a China, as antigas potências dominadoras (Europa e Estados Unidos) se perdem em meio as suas crises econômicas e sociais. Neste contexto defende que há muitas possibilidades para a afirmação de sujeitos que poderão recriar o social, transformando-o a partir da defesa coletiva dos direitos humanos (TOURAINÉ, 2011).

Em síntese, nesta recente publicação o autor projeta duas possibilidades futuras, a primeira caracterizada pela geração de uma “situação pós-social”, citada acima, fruto da emergência do sujeito com maior consciência de si e de seus adversários, conhece as implicações desse embate e se torna protagonista na geração desta nova situação. A segunda possibilidade também pode resultar das crises sucessivas e seria orientada pelo medo do futuro. Neste contexto podem surgir ondas de violência e um grande retrocesso nas políticas de proteção social, ou ainda o retorno a regimes ditatoriais e uma desorientação geral pelo que se pretende ao futuro. Mesmo considerando esta possibilidade, ele acredita que em meio ao escuro é possível que se geste a autoconsciência dos direitos universais e haja formação de sujeitos (TOURAINÉ, 2011).

2.2 O SUJEITO COMO A BUSCA DE SI

Nesse momento vive-se sob a égide de processos de tensão e conflito impostos pela racionalização e pela subjetivação⁶. No entanto, Touraine defende que

⁶ A subjetivação é compreendida aqui como o exercício da construção do sujeito na busca interior do conhecimento de si mesmo, da consciência de si ou da capacidade de se olhar. Touraine indica os “elementos que constituem a subjetivação do indivíduo: a consciência de si, a percepção do adversário e o reconhecimento das implicações” do embate pelos oponentes (KHOSROKHAVAR e TOURAINÉ, 2004; Touraine, 2011 p. 135)

justamente o diálogo entre essas duas esferas constitui o sujeito que “só pode nascer da recomposição de uma experiência de vida pessoal autônoma, que não pode, nem quer escolher entre a globalização onipresente e a identidade”. (TOURAINÉ, citado por SILVA, 2008, p. 23 e 24). Assim podemos acreditar que a construção do sujeito é um processo individual e coletivo de autoconsciência. Essa autoconsciência precede as ações sociais na medida em que a busca do sentido para as realizações se concentra no encontro consigo. A consciência, neste contexto, se relaciona à percepção dos direitos e valores que constroem o sujeito da ação. É pertinente destacar aqui que o sujeito é ação e assim só se torna completo quando é ator (TOURAINÉ, 2011).

É possível compreender também que o sujeito não é mais determinado por uma razão externa definida pelo social, mas redescobre uma razão interna, que não é a mesma razão iluminista pura e simples, mas emerge na relação consigo mesmo. Sua relação com o outro é mediada pelos direitos humanos. Consegue perceber que a possibilidade de tornar-se sujeito, e posteriormente ator, é a mesma dos outros indivíduos. Por isso o respeito se torna um de seus principais valores. O sujeito, portanto, está imerso num movimento interpessoal e ao mesmo tempo intrapessoal. (HAHN, 2008; LEITE, 1995; PALHARES, 1999).

Touraine (2007) alerta para a existência de uma marca de sujeito em cada indivíduo, pois há potencialmente em cada ser o movimento de autoconstrução e encontro dos próprios sentidos. Contudo, identifica que não há uma consciência clara de sermos sujeitos e que não somos sujeitos todo o tempo. Estes optam por exercer sua liberdade quando conscientes visto que estamos imersos num contexto que não valoriza ações de sujeitos, marcado pela instituição de ordens econômicas e financeiras com pretensões hegemônicas.

Um dos elementos que favorecem a emergência do sujeito se refere à conflituosidade “o sujeito constitui-se pela conflituosidade” que é originada de uma situação de dominação. O autor compreende que a partir da situação de conflituosidade, a relação do indivíduo consigo sob uma perspectiva positiva, pode refletir em resistência e posteriormente culminar na geração de um projeto pessoal ou coletivo. Os conflitos que geram movimentos sociais são um exemplo dessa possibilidade de construção do sujeito. Contudo, esclarece que as situações de dominação geradoras da conflituosidade não podem ser absolutas, que suprimam por completo a construção do sujeito, como os regimes totalitários ou as doutrinas

fundamentalistas (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004).

Não se visualiza o sujeito a partir de estereótipos de herói, conquistador, que impõe suas vontades ao mundo. Igualmente não é o explorado e injustiçado. Mesmo que o sujeito seja uma estratégia dentro do contexto das minorias ele não pode emergir de condições de submissão total, para isso são necessárias mínimas condições de liberdade. Touraine exemplifica esta perspectiva a partir de uma situação de prisioneiros de guerra. Uma mãe subordinada a um soldado tem que escolher entre seus dois filhos para que apenas um deles sobreviva. De forma alguma essa mãe pode agir como sujeito, é provável que essa situação produza uma marca profunda na vida desses indivíduos que, mesmo num processo “máximo de subjetivação”, não encontrem mais a lucidez ou acreditem na justiça (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004, p. 228).

Para encontrar o caminho dessa razão interna são necessárias condições externas que se nutrem da descoberta dos sentidos interiores. Silva (2008) esclarece que para Touraine é possível desenvolver esta busca interior apenas numa condição democrática, ou seja, com mínimas possibilidades para o indivíduo constituir-se e afirmar seus direitos. Assim, a busca deste sujeito, que se descobre responsável por si e pelo mundo, vem se delineando a partir da ação nos movimentos sociais. Portanto, há emergência de sujeitos em movimentos de ação e de resistência ao instituído. Nestes movimentos, sobre os quais discutiremos a frente, o indivíduo com desejo de ser ator, luta por sua própria liberdade e pela liberdade do outro. Para ele, o sujeito sempre é dotado de uma consciência crítica combatente. Emerge da afirmação defensiva contra uma sociedade dominadora. “Defendo-me contra o social e o reconstruo” (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004, p. 36).

Hahn (2008) nos indica alguns dos pormenores que Touraine define para a questão da constituição de sujeito. O sujeito é anterior ao ator e ao social, entretanto, só se torna completo, pleno, quando pode ser ator que sempre é social. O sujeito de Touraine é, portanto vazio, sem conteúdo social:

Sujeito se define como não-social. Sujeito é desejo. Sujeito é luta. Sujeito é busca. Sujeito é força (orientado para si próprio). Sujeito é resistência. Sujeito é capacidade. Sujeito é procura. Sujeito é cuidado. Sujeito é defesa. Sujeito é liberdade. Sujeito é negação. Sujeito é força criadora. Sujeito é libertação. Sujeito é amor. Sujeito é rejeição (TOURAINE, citado por HAHN, 2008, p. 5).

Para compreender a ideia de vazio é preciso aprofundar a diferença entre o

ator social e o sujeito de Touraine. Ao que parece, é fácil confundir as duas categorias. Por isso preferimos trazer uma contribuição do próprio autor:

O sujeito é vazio. Quero dizer com isso que o concebo, inicialmente e antes de tudo, como luta de sobrevivência em face da enorme pressão da economia, do consumo, da cultura de massa e também do comunitarismo. Quero dizer que o sujeito só se torna pleno ao tornar-se ator social ou ator de uma relação interpessoal, mas sem nunca perder a relação do Eu com o eu. Para mim, o sujeito é o olhar sobre o corpo individual, não-social, apenas vivo e sexuado.[...] nossa experiência central, criativa, é a distância de si a si, o caráter não institucionalizável do sujeito (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004, p.34 e 35).

Em sua trajetória intelectual, Touraine desenvolveu até meados da década de 1970, uma sociologia do ator histórico, que acreditava desde já não ser puramente social, após esse período passou a trabalhar em estudos focados na sociologia do sujeito. É importante entender a relação entre ator e sistema social na teoria do sujeito, tendo em vista que ela rejeita a ideia a dominância social como ideologia e acredita que o ator se constitui no sistema social mas não é determinado por ele, enquanto que o sujeito está fora do sistema social, anterior ao ator (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004, p. 48-54; TOURAINE, 2011).

A noção de ator social está vinculada à vida pública, a uma perspectiva idealizada de indivíduo. O ator sob esta perspectiva se constitui caracterizado pelo primado absoluto da esfera pública e “por seu lugar nas relações sociais”, porém, as lutas acontecem também na esfera privada. Com a evidência das esferas privadas, o sujeito pode emergir. Esse não está centralizado no político e no público, mas na busca de sentido para suas ações. Para isso a esfera privada é de suma importância. Ao mesmo tempo o sujeito não está restrito ou confinado pelo privado, é livre da ordem social e de quaisquer dominações. Enfatizamos aqui que Touraine não se coloca contra todas as teorias centradas na noção de ator, contudo defende a geração de novos atores sociais constituídos pelo sujeito que é não social não determinado pelo social (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004, p. 48-54; TOURAINE, 2011, p. 140).

O sujeito se distancia de uma perspectiva idealizada haja vista que se situa num plano de realidade concreto, encarnado, e como o próprio Touraine coloca, com os “pés no chão”, o que o difere de ser um revolucionário herói. O sujeito mantém “seu enraizamento na vida privada e sua aspiração a dar sentido a essa vida, articulando a experiência privada à pública e, como retorno, lendo o público a partir das referências concretas do privado” (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004, p.

19).

O autor acredita que houve atuação de sujeitos em todas as épocas da humanidade, considerando suas especificidades. Para ele o sujeito é produto da historicidade, ou seja, responde ao tempo em que vive. Mesmo em regimes autoritários que tendem a suprimir os direitos individuais, há a possibilidade de atuação de sujeitos. A historicidade, definida como a capacidade de uma sociedade de agir sobre si mesma, interfere positiva ou negativamente na construção do sujeito. Cabe aqui outro esclarecimento sobre o pensamento do autor. Touraine não acredita que ainda vivemos o período em que éramos definidos por categorias históricas consagradas pelo pensamento científico, pois ele defende que a primeira guerra mundial rompeu com esse modelo do historicismo. Ao mesmo tempo defende que a globalização não mais nos permite isolar um tipo de sociedade e enquadrá-la em categorias, o que poderia negar a existência do sujeito. O que ele observou seguindo a perspectiva esboçada acima é que sempre houve sujeitos e que esses são concretos, se constroem e agem como sujeitos atores na relação com o contexto em que vivem (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004).

A especificidade do sujeito na modernidade se explica pela assertiva de que esta gera sujeitos que fertilizam novos atores mais conscientes de suas responsabilidades, ao contrário do indivíduo enfraquecido, conformado, controlado pelos impulsos econômicos e pela mídia, fruto do não triunfo da ciência que gerou uma modernidade em crise e sem sentidos. O autor compreende que esses novos sujeitos não serão definidos por uma ordem exterior, seja ela uma divindade ou o mercado. Ao envolver-se em um processo de busca de si, o sujeito encontra os sentidos para as próprias ações e pode decidir sobre elas de forma consciente, seja o engajamento em processos religiosos, seja envolver-se em lutas políticas, sociais e culturais (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004; TOURAINE, 2007; TOURAINE 2011).

Assim pode-se dizer que o sujeito é o indivíduo com desejo de se constituir enquanto ator, capaz de equilibrar aspirações pessoais às causas coletivas a partir de uma noção ética e moral que se fundamenta nos direitos humanos. Primordialmente os direitos são reconhecidos em si mesmo, num processo de subjetivação em busca do reconhecimento dos seus sentidos existenciais. Quando o ator fertilizado pelo sujeito modifica e age no meio sempre o faz em defesa dos

direitos, individuais e coletivos.

2.3 O SUJEITO E O OUTRO - A AUTONOMIA DO SUJEITO

Compreendemos que o exercício da subjetivação no processo de construção do sujeito vai para além da reflexão informada, ele considera a busca pelo sentido das suas ações e projetos. Leva em conta a responsabilidade e o próprio sentido da existência. Portanto, entender a inter-relação com o outro é fundamental para a construção do sujeito de Touraine e, particularmente, para apreender o sentido de autonomia que se defende neste estudo. A perspectiva da construção de si mesmo está intimamente ligada ao outro, seja ele uma força interiorizada, presente na relação consigo ou em relação ao coletivo. O autor situa o sujeito no mundo, pois, somente pelo mundo é que podemos pensar o mundo a partir de uma estrutura concreta, o corpo (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004, p. 48-54; TOURAINE, 2007).

O sujeito ao qual se refere Touraine (2007, p. 146) possui foco em si mesmo, mas se constitui pelo respeito aos direitos dos outros uma vez que “para ser um sujeito o indivíduo precisa ser reconhecido pelos outros, o que supõe o apego de todos à organização social e política, porque o objetivo principal desta é o reconhecimento de cada um como sujeito por parte dos outros”. A construção do sujeito só poderá consolidar-se na relação com o outro, que é detentor de direitos fundamentais, como a liberdade, a igualdade, a justiça e o respeito, o que só é possível quando o ser exerce sua autonomia. A autonomia ou regulação por si mesmo, autoafirmação e autoconsciência, se expressa no movimento de constituição do sujeito, quando este não se deixa dominar pelo discurso do outro. Este último pode ser o social na sua forma interiorizada fruto da experiência histórica.

A experiência de ser um sujeito se manifesta sobretudo pela consciência de uma obrigação relativa não a uma instituição ou a um valor, mas ao direito de cada um de viver e de ser reconhecido em sua dignidade, naquilo que não pode ser abandonado sem privar a vida de todo sentido. Sentido do dever, sentido da obrigação – estas expressões são usadas por todos, mas é preciso acrescentar que se sente sujeito apenas aquele ou aquela que se sente responsável pela humanidade de um outro ser humano. É reconhecendo os direitos humanos do outro que eu me reconheço a mim mesmo como ser humano (TOURAINE, 2007, p 157).

O trecho anterior, que enfoca a relação do sujeito com o outro, nos incentiva a

aferir sobre qual o significado da ideia de autoconsciência, visto que esta se constitui como um elemento fundamental na autonomia do sujeito. Podemos dizer que se refere à capacidade de reflexão sobre si próprio, em um movimento de reencontro com a própria vida, se reafirmando no conhecimento de si. A consciência também se refere à vigilância em relação às ordens sociais com pretensão de controle e dominação. Este conhecimento é o que leva à ação autônoma. Touraine considera o exemplo do reencontro da mulher com sua singularidade como uma expressão contundente da geração de sujeitos autônomos. Em seus movimentos de afirmação elas reivindicam o direito de igualdade em meio à diferença, defendendo a possibilidade de construir uma vida afetiva e familiar com filhos e também uma vida profissional e intelectual bem sucedida. Touraine indica a pintura como outro exemplo porque trata da reivindicação do pintor em demonstrar o seu olhar sobre o mundo na tela, constituindo a si mesmo (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004).

Pode-se dizer que a autonomia em oposição à heteronomia ou alienação, emerge quando o sujeito se confronta com este outro interno e redescobre seus sentidos não sociais. Demonstra uma atitude ativa do sujeito consigo mesmo e só pode ser efetiva na ação social.

2.4 A RESISTÊNCIA AO INSTITUÍDO E A LUTA POR DIREITOS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O sujeito de Touraine se volta para os direitos e deveres e atua (como ator) na busca por estes direitos (sociais, cívicos, humanos, culturais e de escolha), consciente do sentido de suas ações para si e ao coletivo. Esta consciência garante a efetividade de suas ações em instituições e ações políticas. A resistência ao poder social se revela como condição necessária para emergência de sujeitos. O sujeito se constitui na resistência contra todas as formas de dominação, contra os imperialismos, nacionalismos e populismos tendo em vista a possibilidade de fundamentalismo oriunda dessas categorias. O mesmo sujeito também luta contra as desigualdades, a violência e contra o “reinado do dinheiro” (TOURAINE, 2007).

O autor considera a possibilidade de emergência de sujeitos nas reivindicações por direitos concretos, com particularidade na luta pelos direitos culturais, entretanto, ressalta que os direitos culturais são indissociáveis dos direitos políticos e dos direitos sociais. Por isso é preciso compreender a perspectiva de

Touraine quando trata sobre os movimentos sociais, definidos como “um conflito organizado que se opõe à apropriação por um adversário social dos recursos e das orientações culturais às quais o ator, assim como seu adversário adere” (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004, p. 263).

Explica ainda o movimento social como uma “convocação a si e à liberdade criadora de um ator que luta contra sua desumanização, sua exploração e sua dependência”, em que há conflito social ao mesmo tempo em que ocorre a afirmação cultural. Os envolvidos são convidados a rever suas mais profundas orientações, por isso há um processo de autotransformação e a possibilidade de emergência do sujeito com sua postura combatente. Os movimentos sociais igualmente se constituem como sujeitos coletivos quando encontram os sentidos para a ação e se tornam atores coletivos promovendo mudanças na sociedade (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004 p. 159).

Touraine esclarece que houve mudanças estruturais nos padrões de relações sociais existentes ao mesmo tempo em que reapareceram as preocupações com os âmbitos privados. Isso originou outros modelos de movimentos, não somente vinculados às lutas pela produção, trabalho e cidadania, mas orientados às transformações socioculturais. O autor é considerado um dos expoentes das Teorias sobre os Novos Movimentos Sociais. Aliado a autores como Jürgen Habermas e Alberto Merlucci, Touraine desenvolveu uma interpretação cultural para os movimentos sociais. Esses teóricos argumentam que as teorias marxistas não definem essas novas organizações sociais, sendo necessária uma abordagem micro histórica (ALONSO, 2009).

Os Novos Movimentos Sociais carregam novos conteúdos culturais, porém ainda utilizam antigos vocabulários ideológicos. Outras categorias estão sendo trabalhadas e vêm animar essas novas lutas, como a ideia de personalidade e a busca da afirmação da vida pessoal e, nesse bojo de reivindicações, se destaca a figura do sujeito. Os novos movimentos preconizam lutas com conteúdos sociais, políticos, ambientais e especialmente culturais entrelaçados com os sociais e podem ser precursores de um projeto cultural, tendo em vista suas reivindicações alargadas. Para além das lutas por cidadania, há busca pela qualidade de vida nos aspectos de valorização étnica, cultural e defesa de valores. Touraine considera como exemplos desses novos movimentos o movimento feminista e o movimento ecológico, os quais emergem na “sociedade pós-industrial” em que o controle e a

dominação cultural se manifestam por meio da informação e tecnologia. (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004; TOURAINE, 2011).

Outro autor que se alia nessa discussão, Boaventura de Sousa Santos (2001) acredita que a diversidade se constitui como uma característica fundamental desses novos movimentos, o que nos permite compreender as suas diferenças em relação aos antigos movimentos sociais. Mesmo que ainda não exista uma única teoria sobre os Novos Movimentos Sociais o autor defende ser tarefa da teoria crítica apontar os aspectos positivos da experiência histórica contemporânea e identificar as novidades do presente, tanto as positivas quanto as negativas, para formular novas teorias⁷. Sousa Santos (2001) apresenta algumas das tendências e características dos novos movimentos, como a busca por novas formas de organização e gestão, mais horizontais e descentralizadas, em que se destacam a autonomia e a possibilidade de construir outras realidades sociais.

O sujeito no exercício de sua autonomia articula ao mesmo tempo a possibilidade de estar engajado em um movimento social e de exercer sua liberdade⁸. Além disso, está alerta para regras e normas ou comportamentos que desejam colocar-se acima dos direitos fundamentais citados anteriormente. Para o sujeito não são os movimentos sociais ou culturais que conferem sentido à sua vida. Os sentidos são encontrados internamente, por isso desconfia das instituições e dos movimentos que prometem corrigir todos os defeitos da sociedade, ou seja, está atento mesmo envolvido em movimentos e reflete criticamente sobre as instituições com as quais trabalha e aos processos institucionalizadores originados por elas, resistindo sempre aos imperativos que ferem os direitos fundamentais (TOURAINE, 2007).

Palhares (1999) esclarece a partir de Touraine, que os movimentos sociais são expressões de conflitos, produtos de uma conduta coletiva sempre orientada pela historicidade. Touraine identifica nos movimentos sociais três elementos fundamentais: Identidade, Oposição e Totalidade.

Onde [há] um princípio de identidade - isto é, o modo como o ator se autodefine (I) - remete a um princípio de oposição - isto é, o modo como o

⁷ São indicados como elementos essenciais no estudo desses movimentos a relação entre a tecnologia, a cultura e a globalização, presentes nas pautas dos novos movimentos (ALONSO, 2009).

⁸ A ideia de liberdade se destaca dentro da construção do sujeito de Touraine, como uma possibilidade de afirmar os próprios significados, tanto individuais quanto coletivos desde que estejam em consonância e tenham respeito pelos significados do “outro”. Também se refere à ausência de dominação e controle social (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004).

ator define seu adversário (**O**), e é reforçado por ele; (**I**) e (**O**), por sua vez, referem-se a um princípio de totalidade (**T**), que é o que está em jogo em (ou constitui o objeto de) sua luta comum. É na medida em que esses elementos se integram e se reforçam reciprocamente que se pode falar em movimento social (PALHARES, 1999, p. 2).

A definição descrita na citação anterior é atualizada recentemente no processo que Touraine (2011, p. 130, 131 e 105) considera como a reconstrução de uma nova situação, alimentada por “um conjunto social vivo e ativo”, a “situação pós-social”. Para que o processo de reconstrução ocorra são necessários três elementos, a consciência do adversário, a autoconsciência e o conhecimento das implicações do combate. A realização destes elementos se concretiza primeiramente no âmbito do indivíduo, em seu exercício de subjetivação.

O autor observa no momento de crise atual em que as instituições e a sociedade por si própria estão em ruínas “uma ausência de reações organizadas e da população em geral”, esclarecendo que houve uma transformação na natureza dos conflitos sociais. O conflito entre o sistema econômico e os atores sociais contrários ao “reinado do dinheiro” e defensores de seus princípios morais substituem os conflitos de classes. Neste sentido, Touraine (2011) acredita que a saída para as crises e o conflito contra o hegemônico poderá se concretizar com foco no indivíduo que se constitui como sujeito e se propõe a recriar uma nova vida social fundada na igualdade de direitos, por isso resiste ativamente ao controle social. O seu engajamento nos processos sociais coletivos ocorre sempre com autoconsciência.

2.5 O SUJEITO E AS INSTITUIÇÕES

A discussão sobre instituições está presente na concepção de sujeito. Para Touraine (2007) as instituições ainda são indispensáveis, apesar de conceber um mundo em que não existam instituições, indica que elas garantem a não instalação dos processos ditatoriais e da violência que os acompanha. O autor esclarece que a “instituição é um instrumento de garantia dos direitos ou da construção do sujeito em reação ao mundo econômico, administrativo, etc.” Ele defende que os sujeitos, engajados em instituições, poderão exercer resistência e buscar a transformação das próprias instituições mediante a luta por direitos para isso “é preciso sobretudo que a referência ao sujeito se manifeste por meio de criações institucionais” regidas

por princípios universais⁹. Assim, percebemos a relação intrínseca entre o sujeito e as instituições, mesmo que esse processo seja pró-ativo pela mudança das mesmas (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004, p. 196).

A perspectiva é que no futuro sejam criados outros modelos de instituições como, por exemplo, escolas¹⁰ que se dediquem ao desenvolvimento do sujeito. Compreender a educação enquanto um processo socializador se constitui em um equívoco, pois esta perspectiva foi responsável pela perda da independência, da individualidade e da própria responsabilidade dos jovens. A educação sob outro ponto de vista deve ser orientada para a criança e à ampliação da personalidade e das capacidades criativas e não apenas à compreensão das normas sociais para que seja bem sucedida no processo de seleção social (TOURAINE, 2011, p. 158).

As instituições que se colocam à disposição dos direitos humanos e favorecem a emergência dos sujeitos, promovem a transformação do social. Touraine (2011, p.184) acredita ser “necessário reconstruir todas as instituições sociais e colocá-las a serviço da subjetivação dos atores e da salvaguarda da Terra” Nesse contexto, podemos observar outras contribuições do autor:

Em que se reconhece a presença do sujeito, num indivíduo ou numa coletividade? No engajamento do indivíduo ou do grupo a serviço da imagem dele mesmo que lhe pareça constituir sua razão de ser, seu dever e sua esperança. Sua razão de ser, porque a ideia de criação ou de auto criação está sempre presente. Seu dever porque a figura do sujeito impõe sua preeminência sobre todos os outros aspectos da vida pessoal ou coletiva. Sua esperança porque esta é a contrapartida da criação. Quem se torna sujeito, retorna a si mesmo, àquilo que confere sentido a sua vida, àquilo que cria sua liberdade, sua responsabilidade e sua esperança (TOURAINE, 2007, p. 136).

O trecho anterior estabelece sentido à ação individual na construção do sujeito envolvido em um grupo que valorize o indivíduo e seus direitos. É possível evidenciar as resistências e a coexistência de outros “eus” mais esperançosos no enfrentamento da crise de sentido¹¹. Neste mesmo contexto, Touraine acredita ser importante reconstruir o laço social: “A individualidade cria laços sociais”, entretanto,

⁹ Touraine (2007) faz referência aos princípios universais como sinônimos dos direitos fundamentais, tais qual a igualdade, a liberdade, a justiça e respeito.

¹⁰ Nessas escolas serão priorizados os estímulos ao desenvolvimento do imaginário e ao raciocínio, “a escola deve ser centrada no aluno”, pois se entende “o conhecimento, de fato um elemento fundamental para tornar-se um sujeito” assim como a família e a construção de elos afetivos (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004, p. 36)

¹¹ Touraine (2007) aproxima-se da perspectiva de Leff, (2000) sobre a crise de sentidos ou crise de civilização. Entendemos aqui a crise de sentidos como o balanço generalizado pelo qual estamos passando porque fomos deslocados dos significados de nossas ações sociais, haja vista os movimentos da ciência, tecnologia e economia na geração do modelo hegemônico de organização social.

não se refere a laços sociais fechados e pretensiosos à exclusão social, mas vínculos que possibilitem aos indivíduos constituírem seus processos de subjetivação (TOURAINÉ, 2007, p.146; TOURAINÉ, 2011).

O autor não defende uma sociedade criada pela vontade de todos em uma democracia definida pela participação de todos. “Não creio na reciprocidade entre o indivíduo e a coletividade, insisto, ao contrário, na força do sujeito orientado principalmente para si mesmo”. Quando o sujeito orientado pelos direitos se engaja e ajuda a construir um projeto coletivo, o faz respeitando a subjetivação do outro (TOURAINÉ, 2007, p. 146).

2.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

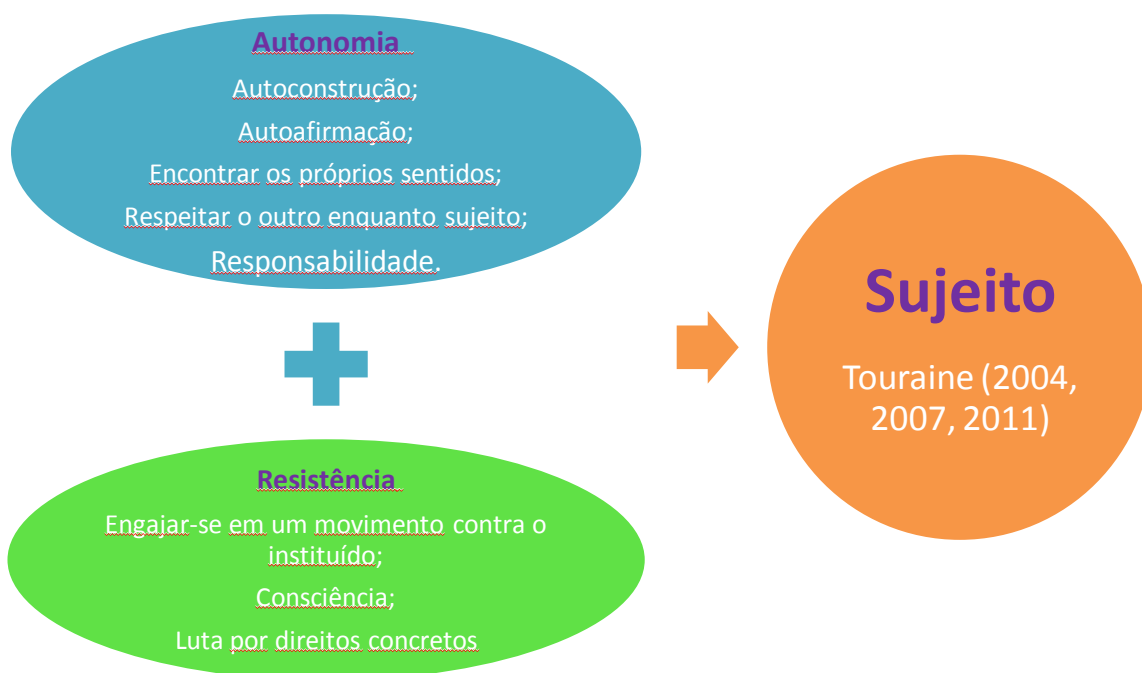
A atração por discutir sobre o sentido de sujeito, nos desperta para uma auto reflexão. Pensar na potencialidade de ser sujeito é ao mesmo tempo um convite para visitar a si próprio, tomando para si a consciência desta possibilidade e, nesta visita, buscar os sentidos da nossa existência e das nossas ações.

A construção de sujeito em cada um de nós requer um profundo encontro consigo mesmo, promovendo uma descida ao inferno numa estação, para em seguida chegar à manhã, ao novo trabalho, e esse processo é contínuo numa luta interna e externa, de profunda reflexão e ação, e assim dialeticamente. Por meio desta consciência de sujeito a busca pelos sentidos emerge no reconhecimento dos direitos, portanto nasce o sujeito ator na construção de novas realidades sociais.

Tendo em vista que muitos fatores constituintes do sujeito foram apresentados, o leitor pode perguntar-se qual o sentido de sujeito que estamos buscando encontrar no estudo do Movimento Agroecológico na COOPERAFLORESTA. Por isso nos permitimos tecer uma interpretação, baseando-se na leitura de Touraine (1999, 2004, 2007, 2011). Sujeito é um princípio “metassocial” anterior ao ator, que inunda o indivíduo de uma experiência de si numa constante construção de sentido embebido pelos direitos humanos. Ao ser fecundado pelo sujeito o indivíduo age no social transformando-o, se torna aqui o ator. Ao passo que, o sujeito coletivo pode ser considerado o grupo consciente dos sentidos da ação coletiva a partir de uma autorreflexão e consciência dos direitos humanos. Se esta interpretação estiver correta, o sujeito coletivo só se constitui de sujeitos individuais.

O sujeito de Touraine é anterior ao social porque se trata de um exercício de encontro com os próprios sentidos para então agir no social, conforme Touraine (2011) a historicidade, ou a capacidade de agir e ter consciência sobre si de uma coletividade, é fundamental na construção do sujeito, porém, ele primeiramente se constitui no indivíduo. Considerando o exposto esclarecemos que enfocamos neste estudo a resistência e a construção da autonomia do possível sujeito coletivo COOPERAFORESTA e dos possíveis sujeitos individuais que a compõem.

Para fins analíticos reunimos os elementos constitutivos da autonomia do sujeito de Touraine e também os elementos constitutivos da resistência do sujeito. Consideramos as ideias de autoconstrução, encontro dos próprios sentidos, autoafirmação, respeito ao outro como sujeito e responsabilidade como fundamentais à construção da autonomia do sujeito. Para o exercício da resistência ao instituído é preciso desenvolver a consciência dos direitos, a partir daí engajar-se em movimentos onde se desenvolvem lutas contra o instituído. Também é possível exercer resistência no processo de recriação das instituições mediando-se pelos direitos fundamentais.



Quadro 1 Elementos constitutivos da resistência e autonomia no sujeito de Touraine, base para o estudo na COOPERAFORESTA.

3 O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA

Este capítulo tem como principal objetivo desenvolver a discussão sobre o Movimento Agroecológico (MA) e sua relação com a construção de novos modelos de agricultura contrários aos industriais. O estudo do MA se justifica pela relação entre a experiência da COOPERAFORESTA enquanto um movimento híbrido social, cultural e ambiental fundada na experiência histórica do Movimento Agroecológico. Concentram-se também neste capítulo breves conceituações e reflexões em torno da Agroecologia como um campo de conhecimentos plural que se constitui a partir do encontro de diversos outros campos de conhecimentos, especialmente os campos desenvolvidos pelos agricultores dentro de seus contextos socioambientais.

Estão presentes nas discussões as categorias analíticas, de resistência ao modelo instituído de produção de alimentos e a construção e ou repressão da autonomia dos agricultores em relação aos seus projetos de vida. Assim, esclarecemos as relações diretas das categorias escolhidas com o Movimento Agroecológico.

3.1 A CRISE SOCIOAMBIENTAL NA AGRICULTURA

Na agricultura, as grandes transformações decorrentes da modernização dos sistemas produtivos, essencialmente marcados pelo domínio da “sociedade industrial” (TOURAINÉ, 2011), estão sendo colocadas em cheque sob o risco de provocarem um colapso na produção de alimentos, nas orientações socioculturais dos agricultores e nas condições ecológicas, anunciando um cenário de crise alimentar.

No entanto, parece contraditório falar em crise alimentar haja vista que a alta tecnologia determinou um sistema de produção agrícola hegemônico com recordes de produtividade que se propunha inicialmente a acabar com a fome do mundo, fato que não foi observado. A fome e a miséria atingem a cada dia um contingente maior de pessoas ao mesmo tempo em que legiões de obesos buscam na medicina fórmulas mágicas para reconstituir sua saúde.

A instituição em escala global da modernização agrícola se propagou especialmente após a chamada Revolução Verde a qual teve sua expressão no Brasil a partir da década de 1960. Este processo modernizador introduziu o maquinário no campo, assim como o uso de insumos externos não renováveis provenientes do petróleo e o controle químico de pragas, visando a produção de alimentos em grande escala. Estas técnicas somadas com a manipulação genética das sementes, a escolha pelos monocultivos e a irrigação se constituem nas bases da produção agrícola moderna, tendo em vista que cada uma depende da outra (GLIESSMAN, 2002).

Mesmo com altas taxas de produtividade, o processo moderno de produção de alimentos se torna cada vez mais insustentável, pois, como nos alerta Gliessman (2002), desloca a responsabilidade de produção das mãos dos agricultores e deteriora a base de recursos naturais ao ponto de não ser mais possível sua utilização, configurando uma visão de curto prazo do sistema produtivo.

Neste contexto, a exemplo de Lutzenberger (2001), acredita-se que o argumento de que a agricultura moderna seja a única maneira de resolver o problema da fome no mundo se constitui de uma ilusão. Este autor defende que a agricultura moderna não é tão produtiva¹² se comparada aos sistemas tradicionais de cultivo de alimentos e ainda é responsável por uma das maiores calamidades da história humana, o tráfico de escravos africanos.

Para compreender a organização moderna da agricultura, Ploeg (2008) define o sistema de monocultivo como a emergência de um “Império”, entendido como um modelo de ordenamento com tendências para instituir-se como dominante. Algumas das características marcantes para o “império” seriam a escala mundial de abrangência e o somatório de expressões centralizadas com objetivos econômicos e instrumentais. Tal ordenamento partiu do pressuposto que a produção de alimentos poderia converter-se num procedimento técnico aos moldes industriais. Por sua vez, a agricultura industrial pode ser dividida em duas vertentes: empresarial e capitalista. A agricultura empresarial constituiria a empresa agrícola que aspira tornar-se

¹² Em relação a produção de soja na região da floresta subtropical do Vale do Uruguai mecanizada e alimentada com altas taxas de insumos químicos, se “comparada ao que nossos colonos faziam em solos similares, a produtividade é baixa, raramente mais do que três toneladas de grãos (total verão – inverno) por hectare. O camponês, que produzia para alimentar a população local, facilmente obtinha 15 toneladas de comida por hectare, diversificando com mandioca, batata doce, batata inglesa, cana-de-açúcar, grãos e mais verduras, uva e todos os tipos de frutas, feno e silagem para o gado, além de porcos e galinhas.” (LUTZENBERGER, 2001)

capitalista, pois alinha sua produção ao mercado e realiza alto consumo de insumos externos, priorizando recursos tecnológicos industriais e buscando especializar sua produção. Já a agricultura capitalista é caracterizada pelo modelo de produção para a exportação, com trabalho assalariado e instalação de indústrias e diversos setores produtivos em países distintos, com o objetivo de maximizar os lucros na produção em grande escala (PLOEG, 2008).

Neste sentido, Lutzenberger (2001) assume uma postura crítica radical e considera a agricultura moderna como geradora de um modelo absurdo. Entre seus principais argumentos enfoca a questão do balanço energético, em que a energia empreendida pelo agricultor e pela natureza no modelo agroindustrial é maior que a energia gerada ao final do ciclo de produção, considerando a entrada de insumos e sementes em relação à quantidade de alimento produzida. Afirma que esse balanço muitas vezes é negativo, enquanto que nos sistemas regenerativos¹³ o balanço geralmente é positivo.

É importante destacar que o modelo industrial de produção de alimentos mantém seus preços controlados seguindo uma lógica de mercado que busca máxima eficiência econômica. Portanto, ele está suscetível às variações constantes dos investidores e também às variações do preço do petróleo. A crise alimentar anunciada, é fruto tanto da alta dos preços dos alimentos quanto da incapacidade deste modelo em conter a fome no mundo, ao mesmo tempo em que as desigualdades no campo permanecem (ASSIS, 2006; GLIESSMAN, 2002; DOUTORADO MADE, 2009).

A configuração de um modelo de produção de alimentos vinculada e suscetível ao mercado financeiro gerou graves consequências ambientais, sociais e culturais. Aplicaram-se pacotes tecnológicos vinculados apenas aos resultados imediatos provenientes do aumento da produção e do lucro, ao contrário de práticas tradicionais integradas às condições ecológicas de cada ambiente (ASSIS, 2006).

Entre as principais consequências da adoção deste modelo se destacam a contaminação e o desperdício dos mananciais e cursos de água, a erosão e degradação do solo e a redução drástica da cobertura florestal e perda da

¹³ Sistemas regenerativos: considera a agricultura ecológica como a organização de sistemas regenerativos que buscam a regeneração do que tem sido perdido ou destruído. O autor considera que tudo que se refere a vida é orgânico ou biológico e portanto essas denominações não definem especificamente a condição dos agricultores regenerativos modernos, ao mesmo tempo em que alternativo não necessariamente precisa ser melhor, mas sim diferente (LUTZENBERGER, 2001, p. 179).

diversidade ecológica (BRANDENBURG, 2008; GLIESSMAN, 2002; CAPORAL, 2002).

A questão alimentar, gerada pela transformação dos sistemas de produção de alimentos e respectivas mudanças nas relações socioambientais e culturais no campo, denuncia o processo de distribuição desigual dos benefícios e malefícios da modernização da agricultura. Pode-se inferir que, diante da Revolução Verde, os agricultores que não dispunham de capital financeiro para consumir as novas tecnologias dificilmente permaneceriam no campo o que gerou, portanto, a perda do controle da produção agrícola pela população local, a concentração fundiária e a exclusão dos pequenos agricultores (ASSIS, 2006; GLIESSMAN, 2002).

3.2 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA X AUTONOMIA DO AGRICULTOR

O processo de modernização acelerou a redução dos espaços de autonomia do agricultor, se comparado aos modos de vida de subsistência, pois o agricultor recebeu um modelo controlador com receitas prontas para relacionar-se com os recursos, com a natureza, com a produção, com o trabalho e com o mercado. As práticas tradicionais de produção agrícola que garantiam a produção para autoconsumo e comercialização de excedentes, incentivavam o agricultor a desenvolver seus próprios meios de produção e facilitavam a propagação de conhecimentos por meio das relações entre as famílias.

Neste sentido, Lutzenberger (2001) trabalha com a perspectiva de dependência do agricultor como um fator gerador de exclusão e pobreza em oposição à concentração de poder e riqueza das grandes indústrias. Ainda é possível relacionar a escolha do monocultivo com a redução dos níveis de segurança alimentar, tendo em vista que a produção para o autoconsumo favorece a diversidade dos agroecossistemas, ao contrário das simplificações geradas com o uso de poucas variedades (CAPORAL, 2002).

Podemos ainda dizer que os agricultores quando convidados a desenvolver esse modelo produtivo industrial foram muito prejudicados no que se refere a sua autonomia, uma vez que se tornaram dependentes de insumos porque deveriam alimentar a indústria de processamento e exportação. A agricultura passou de produtora para a intermediadora na cadeia produtiva. A submissão do agricultor às regras da economia de mercado, nega a sua autonomia em relação aos seus

conhecimentos, as suas formas de reprodução social, sua relação com a natureza, sua relação com o trabalho e ainda com seus mecanismos de comercialização ou troca da produção (LUZZI, 2007).

Para Ploeg (2010) a autonomia dos agricultores se relaciona à autogestão de sua base de recursos tanto materiais quanto imateriais, culturais e sociais. A autonomia do agricultor está relacionada a sua relativa independência, pois as famílias desenvolviam e reproduziam sua base de recursos a partir de muito trabalho com os meios que encontravam, livres para trabalhar com seus recursos (naturais e sociais) como desejassem. Nesta perspectiva, quanto maior a dependência gerada pela relação com os mecanismos externos como a compra dos insumos, sementes e a utilização de linhas de crédito diretivas, menor a possibilidade de exercer sua autonomia, construída historicamente.

3.2.1 Anúncios de outras possibilidades

Tendo em vista que o homem, agricultor ou não, está, na modernidade eurocêntrica, servido de saberes racionais tecnicistas, empiricamente testados que se anunciam como verdades absolutas, muitas vezes não se questiona ou reflete sobre os saberes instituídos. À medida que não se volta para si, deixa de construir-se enquanto sujeito de seu próprio destino. Ao contrário, se estiver se constituindo enquanto sujeito, estará propenso a defender os sentidos de suas práticas socioculturais e seu território e, portanto, exercer sua autonomia, resistindo às imposições de um domínio econômico e instrumental (SOUSA SANTOS, 2005; TOURAINE, 2007).

Neste sentido Sousa Santos (2005) defende que a abrangência global das mudanças aceleradas pelas tecnologias de informação e pela intensificação das relações transfronteiriças, vem construindo globalizações não apenas por uma via. O autor acredita que há uma globalização hegemônica que segue os princípios do capitalismo neoliberal e globalizações contra hegemônica que se caracterizam pela resistência à instituição dos processos socioculturais e econômicos neoliberais. Estas outras globalizações se identificam com movimentos de luta pela igualdade e pela liberdade, ou seja, anunciam a existência de lutas pela emancipação social.

Por sua vez Touraine (2004, 2007) afirma que há emergência de movimentos sociais que já ultrapassam uma posição de vítimas da realidade social e que se

posicionam de maneira otimista em relação às conquistas. Ele se refere a alguns movimentos ligados ao ambientalismo, às lutas de gênero e por direitos humanos. Os protagonistas destes movimentos, reconhecendo os direitos fundamentais do outro, se engajam em lutas pela defesa dos direitos culturais. Neste contexto de luta consciente há possibilidade da atuação de sujeitos autônomos, os quais apresentam resistência aos processos instituídos pela “sociedade industrial”.

Sendo assim, existem fortes indícios também na agricultura de que este processo de globalização neoliberal não obedece apenas a uma via. Karam (2001) assegura que o rural pode constituir espaços autônomos. Pensa-se em um rural com seus próprios significados e particularidades e não simplesmente uma extensão do urbano que ainda não atingiu sua modernização. O rural¹⁴ pode ser visto como um modo de vida que prioriza outras relações com a natureza, mediante vínculos solidários entre a comunidade e expressiva autonomia do trabalhador (KARAM, 2001).

Sob uma perspectiva histórica, Ploeg (2008) define três trajetórias que acredita coexistirem na agricultura atualmente, quais sejam: a desativação, a industrialização e a recampenização. As três trajetórias interagem em movimentos e níveis diferentes. A desativação se explica pelas grandes áreas agricultáveis abandonadas, substituídas por áreas de conservação e avanços da urbanização. Já a industrialização, esclarecida no item anterior, representa os propósitos da modernidade, transformando e uniformizando os modos de produção e a cadeia como um todo.

Ao contrário da industrialização o movimento de recampenização é defendido como uma saída para os conflitos em torno da questão ambiental originada pela modernidade. Caracteriza-se pela afirmação da não extinção da agricultura camponesa, presente em quase todos os lugares. Defende que o camponês possui uma posição de agente e é consciente das suas necessidades e possibilidades (PLOEG, 2008).

Neste sentido desenvolve um conceito que agrega as características constituintes do modo de vida do camponês que define como a “condição camponesa”. Esta última está vinculada a diversos fatores tais quais: o

¹⁴ Nesta perspectiva, da pluralidade do que se entende por ruralidade, o rural passa a ser uma categoria de análise que pode ser observada a partir de sua própria lógica mediante distintos aspectos metodológicos (KARAM, 2001).

enfrentamento de um ambiente hostil, de marginalização, submissão, privação e dependência e por isso sempre na luta pela autonomia. A autonomia nessa condição se articula como “processo contínuo de construção, aperfeiçoamento, ampliação e defesa de uma base de recursos auto controlada, sendo a terra e a natureza viva (cultivos, animais, luz solar, água) suas partes essenciais” (PLOEG, 2008, p. 20).

Outro fator essencial na “condição camponesa” se refere à ideia de coprodução que “diz respeito à interação e transformação mútua constantes entre o homem e a natureza viva”, ou seja, a transformação da natureza pela intervenção do agricultor permite ou acelera os processos naturais, ao mesmo tempo em que transforma o próprio agricultor e lhe permite garantir seus meios de vida. A relação de coprodução favorável para ambas as partes, beneficia o exercício da autonomia do agricultor, reduzindo sua dependência ao mercado industrial (PLOEG, 2008, p. 40).

O mesmo autor compreende que a diversificação das atividades no meio rural, a pluriatividade¹⁵, se constitui em um fator intrínseco da condição camponesa, além disso, destaca as relações de cooperação presentes entre as famílias dos camponeses. Dessa forma são menos vulneráveis as variações do mercado industrial ou às intempéries climáticas.

Outras formas de garantir a autonomia na produção agrícola seria a diversidade de cultivos, a comercialização direta dos produtos, a busca de crédito informal (acordos entre grupos de agricultores, associações, etc) (PLOEG, 2010). A diversidade na organização da propriedade é defendida também por Assis (2006) pois se alia à condição de diversificação dos agroecossistemas, um dos princípios da produção agroecológica.

Para concluirmos este tópico, podemos concordar que estamos diante de uma realidade no campo em constante movimento, pois se os camponeses coexistem e resistem ao modo “imperial” de se fazer agricultura há fortes processos sociais no campo que permitem essa existência. Essa autonomia do agricultor, ou a luta por ela, também pode ser percebida pelos engajamentos em movimentos de resistência e de defesa dos próprios interesses (BRANDENBURG, 2008).

Assim, se observa a visibilidade que vem adquirindo novos movimentos

¹⁵ A pluriatividade é aqui entendida como o desenvolvimento de diversas atividades no contexto da propriedade rural, por exemplo, a atividades de turismo rural, a vinculação a programas de prestação de serviços ambientais, o beneficiamento de produtos, entre outros (PLOEG, 2010).

sociais no campo, que tem sua base de reivindicações alargadas a exemplo dos Novos Movimentos Sociais. Estes combatem as políticas neoliberais e o poder autoritário e ineficiente do Estado. Reclamam ainda por uma maior participação nas decisões e na formulação de políticas públicas, além de expressarem uma busca pela autogestão dos seus recursos e de seus modos de vida (LEFF, 2009).

3.3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO E O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO

Partindo de uma perspectiva histórica, é importante destacar que as relações entre os camponeses e o Estado sempre foram complexas. Sousa Santos (1981, p. 562) afirma ser “ancestral a relação tensa entre o camponês e o Estado”. Por isso se torna fundamental compreender que os movimentos sociais no campo foram decisivos para a construção e definição das relações sociopolíticas no contexto latino-americano como nos asseguram Calderón e Jelin (1987).

Por meio dos sindicatos ou comunidades de camponeses, se delinearam lutas por direito à cidadania, pelo direito à terra e pela participação social, durante o período político classificado como populismo, do início do século XX. Buscava-se também afirmar a existência de culturas e conhecimentos tradicionais presentes no modo de vida e produção dos camponeses (CALDERÓN e JELIN, 1987).

Os mesmos autores indicam que foram produzidas interpretações marxistas desses movimentos, que aproximaram as lutas dos camponeses das lutas das classes trabalhadoras. Porém, desde esses trabalhos, se acreditava que essas lutas estavam orientadas por princípios de autonomia, afirmação de identidades nacionais e demandas étnicas e culturais. Pode-se dizer que os movimentos de resistência e transformação no campo em seus primórdios no início do século XX, buscaram difundir as próprias necessidades de afirmação e outras possibilidades de existência (CALDERÓN e JELIN, 1987).

O movimento camponês acompanhou a transição para os Novos Movimentos Sociais, sem abandonar antigas reivindicações. Além de lutar pelo direito à terra, reivindicam a valorização de práticas tradicionais e combatem a discriminação, assumindo um caráter étnico cultural sem deixar de ser político e social. Embora essas características estejam mais presentes nessas novas configurações de movimentos sociais, se observa cada um se compondo à sua maneira e

temporalidade, tendo em vista as condições do contexto em que se desenvolvem (CALDERÓN e JELIN, 1987). Os novos movimentos de resistência surgem como um vetor pela luta em busca de alternativas viáveis para garantir a permanência do camponês no campo, vinculando técnicos e agricultores, visto que esse não poderia consumir o pacote tecnológico supostamente mais eficiente da moderna agricultura (ASSIS, 2006).

O Movimento Agroecológico se situa nessa conjuntura, permeado por uma diversidade de modos de vida e modelos de produção, se contrapõe aos sistemas de modernização baseados no “uso abusivo de insumos químicos” (ASSIS, 2006). O MA congrega forças no campo, em articulação com o urbano, combinando reivindicações sociais, étnicas e culturais, políticas, ecológicas e, em alguns casos, espirituais. Mantém lutas por direito à terra, enquanto defende outras formas de relação com a natureza, não é um movimento ambientalista, mas também não é somente agrário.

Convém destacar que o Movimento Agroecológico se apóia fundamentalmente na estrutura da agricultura familiar, sendo que a valorização desta se inclui nas premissas do movimento. Neste sentido concorda e está relacionado fundamentalmente com a condição camponesa defendida por Ploeg (2008, 2010) explicitada acima. Portanto, a agricultura ecológica, em suas várias denominações, consiste numa possibilidade de sobrevivência para esses camponeses, ela “significa a reconstrução de uma relação socioambiental cuja raiz tem origem na condição camponesa” (BRANDENBURG, 2002, p. 12).

Tendo em vista a necessidade de diversificação dos agroecossistemas e a maior intensidade de trabalhadores, quando se analisam os custos e riscos possíveis na transição para a agricultura agroecológica, Assis (2006) defende que os camponeses são mais adaptáveis aos sistemas agroecológicos de produção, pois já apresentam a diversidade nas suas estruturas de produção, organização, gestão e trabalho familiar da propriedade.

3.3.1 A noção de agroecologia¹⁶

Antes de aprofundarmos a discussão sobre o Movimento Agroecológico propriamente dito é preciso esclarecer a noção de Agroecologia. Assim desenvolvemos uma breve discussão acerca das principais características deste conceito.

A agroecologia emerge de um processo de ecologização da agricultura. Na medida em que houve inicialmente a aproximação das disciplinas ecologia e agronomia com pesquisas chamadas de “ecologia de cultivos” e posteriormente se criou a disciplina de ecologia agrícola, surgiu uma nova forma de observar os agroecossistemas¹⁷. No início dos anos 1980 a agroecologia nasce como uma disciplina que vai para além da aproximação com a ecologia. Somaram-se outros olhares nesse estudo o que constituiu a agroecologia como uma ciência, que se propôs (e ainda se propõe) inter-relacionar diversas disciplinas, tanto naturais quanto sociais (GLIESSMAN, 2006). Cabe ressaltar o caráter dinâmico da ciência agroecologia (ALTIERI, 2008) que se alimenta constantemente, tendo em vista sua potencial transformação socioambiental.

Percebe-se que a agroecologia é especialmente trabalhada sob uma perspectiva de mudança de paradigma¹⁸ no processo de produção de conhecimentos (CAPORAL *et al.*, 2006). A partir da articulação de diversas disciplinas científicas, a agroecologia busca construir um arcabouço de saberes e conhecimentos que poderão servir de base para a efetiva possibilidade de um

¹⁶ É importante tornar claro que não cabe aqui desenvolver todos os princípios técnicos de produção e manejo agroecológico, mas sim os aspectos que nos permitam relacionar a ciência com o Movimento Agroecológico e a importância de um para o outro. Neste sentido, para compreensão de princípios técnicos recomenda-se a leitura de Altieri, (2008) e Gliessman, (2006).

¹⁷ Agroecossistema: é considerado um espaço de produção agrícola que pode ser observado como um ecossistema, com suas relações internas e externas, bióticas e abióticas, podendo variar em tamanho dependendo do olhar do observador para a análise, por exemplo, uma granja pode ser um agroecossistema (Ver GLIESSMAN, 2006).

Agroecossistema é a unidade fundamental de estudo, no qual os ciclos minerais, as transformações energéticas, os processos biológicos e as relações socioeconômicas são vistas e analisadas em seu conjunto (ALTIERI, 1989 citado por CAPORAL e COSTABEBER *sd.*).

¹⁸ Paradigma: “Considero paradigmas as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. “Um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham. Inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma. No entanto em uma revisão do termo é possível considerar paradigma como: “De um lado, indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas etc., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada. De outro, denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças que empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra-cabeças da ciência normal (KUHN, 2009 p13, 221, 220).

desenvolvimento sustentável da agricultura, que compreendemos a partir de Gliessman como:

A agricultura sustentável, sob o ponto de vista agroecológico, é aquela que, tendo como base uma compreensão holística dos agroecossistemas, seja capaz de atender, de maneira integrada, aos seguintes critérios: a) baixa dependência de “*inputs*” comerciais; b) uso de recursos renováveis localmente acessíveis; c) utilização dos impactos benéficos ou benignos do meio ambiente local; d) aceitação e/ou tolerância das condições locais, antes que a dependência da intensa alteração ou tentativa de controle sobre o meio ambiente; e) manutenção em longo prazo da capacidade produtiva; f) preservação da diversidade biológica e cultural; g) utilização do conhecimento e da cultura da população local; e h) produção de mercadorias para o consumo interno e para a exportação (citado por CAPORAL e COSTABEBER, sd.)

Caporal *et al.* (2006) destacam a presença fundamental de elementos endógenos na construção desses conhecimentos e no processo local de conversão agroecológica. Entre os princípios fundamentais da produção do conhecimento agroecológico, se destaca a compreensão dos sistemas de conhecimentos dos camponeses, o que se remete a um incentivo para que eles sejam os atores do próprio desenvolvimento (ALTIERI, 2008). Defende-se sob esta ótica, a possibilidade da agroecologia constituir-se como um dos caminhos necessários para a transformação do processo de coevolução social e ecológica no enfrentamento da crise atual.

Podemos dialogar com as discussões de Gliessman (2006) que avalia a agroecologia como a possibilidade de transformação dos sistemas produtivos em busca da sustentabilidade¹⁹, por isso considera a agroecologia como uma ciência que prioriza a aplicação de princípios ecológicos no manejo dos agroecossistemas. O mesmo autor acredita que o conhecimento da agroecologia contém metodologias adequadas para se atingir a produtividade dos agroecossistemas. A sua viabilidade

¹⁹ Sustentabilidade: “Definida de forma ampla, sustentabilidade significa que a atividade econômica deve suprir as necessidades presentes, sem restringir as opções futuras. Em outras palavras, os recursos necessários para o futuro não devem ser esgotados para satisfazer o consumo de hoje”. (ALTIERI, 2008, p. 82) A ideia de sustentabilidade nos remete a uma grande variedade de discussões. É pertinente neste texto, compreender que o termo teve grande ascensão a partir da Conferência de Estocolmo em 1972, com vistas à resolução de todos os problemas provocados pela sociedade industrial a partir de uma harmonização de pilares éticos como a justiça, a igualdade e a responsabilidade socioambiental e cultural com o desenvolvimento econômico. Entretanto, foi apropriado como um discurso e conceito sociopolítico que o demonstrou ser um distante ideal ao qual seria correto e ético desejar. Algumas das questões que podemos nos colocar: seria mesmo possível encontrar o ponto em que serão atendidos os pilares de forma adequada? E essa adequação atende a quem? Mesmo assim a literatura consultada sobre as bases da agroecologia esteve por muito tempo caminhando junto a perspectiva do desenvolvimento sustentável, considerando suas controvérsias. Os atuais estudos produzidos nesse contexto já contemplam uma visão crítica da sustentabilidade e sua apropriação pelo mercado hegemônico.

econômica deve considerar as condições ecológicas, sociais e culturais. Gliessman concorda, portanto, com a contribuição de Altieri, (1989, citado por CAPORAL e COSTABEBER, sd.)

Sob o ponto de vista da pesquisa agroecológica, seus objetivos não são a maximização da produção de uma atividade particular, mas a otimização do agroecossistema como um todo, o que significa a necessidade de uma maior ênfase no conhecimento, na análise e na interpretação das complexas relações existentes entre as pessoas, os cultivos, o solo, a água e os animais.

Almeida (2002) quando busca delinear a noção de agroecologia, alerta para sua complexidade. Ele destaca muitos fatores agregados, como outra possibilidade de desenvolvimento do meio rural relacionado à ideia de sustentabilidade e ainda remete ao pensamento sobre outra relação homem e ambiente, tendo em vista a totalidade da atividade agrícola. Entre os componentes se destacam a responsabilidade social, a sustentabilidade dos agroecossistemas, a valorização do âmbito cultural e a viabilidade econômica.

Tendo em vista que a noção de agroecologia está vinculada às diversas formas de manejo presentes no campo, o Marco Referencial em Agroecologia, construído pela EMBRAPA (2006), destaca a relação intrínseca entre o conceito de agroecologia e o caráter local da prática de agricultura ecológica. A agroecologia é considerada uma ciência emergente com a pretensão de aliar ciências sociais, ciências naturais e a diversidade de práticas agrícolas ecológicas. Ressalta-se sua necessidade de construção e renovação perante às novas bases epistemológicas e metodológicas.

A Agroecologia é um campo de conhecimento transdisciplinar que contém os princípios teóricos e metodológicos básicos para possibilitar o desenho e o manejo de agroecossistemas sustentáveis e, além disso, contribuir para a conservação da agrobiodiversidade e da biodiversidade em geral, assim como dos demais recursos naturais e meios de vida (EMBRAPA, 2006, p. 26)

É preciso destacar algumas críticas estruturais em relação às necessidades de melhoramento do conhecimento agroecológico. Entre os principais empecilhos na consolidação da proposta agroecológica cita-se a falta de qualificação técnica dos agentes agroecológicos, a falta de sistematização dos modos de produção e manejo no campo e a ausência de experiências empíricas que comprovem a efetividade das formas de produção (ALMEIDA, 2002; 2008).

A partir desta perspectiva situamos nosso debate na necessidade constante de construção de conhecimentos científicos em relação às práticas dos agricultores.

A busca de uma linguagem que favoreça o desenvolvimento de outras relações sociopolíticas no campo é necessária. Essa proposta é defendida pela possibilidade de novos estudos rurais, como os exemplos de estudos longitudinais desenvolvidos por Ploeg (2008), que consideram as transformações em longos períodos de tempo observando um intervalo de dez ou vinte anos entre as análises no campo. Esses estudos permitiram ao autor afirmar que os movimentos em torno da recampanização continuam fortes e que os camponeses coexistem em suas lutas pela autonomia.

Compreendendo, a partir de Sousa Santos (2005), a necessidade de democratização da ciência, podemos considerar que a agroecologia caminha nesta direção quando afirma seu reconhecimento pela produção e coexistência de outros conhecimentos e outras epistemologias, não somente as confirmadas pela ciência reducionista. Anuncia-se, portanto, um desafio epistemológico: como construir conhecimentos com olhares sobre outros conhecimentos na transição de paradigmas, sem tornar-se nova hegemonia, se os principais cientistas envolvidos nesse processo estão dentro deste paradigma? Esta perspectiva pode nos remeter a uma renovação nos modos de fazer ciência, especialmente nas ciências sociais, o que configura um grande desafio presente no processo contínuo de construção da agroecologia.

Após esta explanação é possível inferir que a própria construção da ciência da agroecologia se constitui em um fator de resistência dentro do contexto científico reducionista. A consideração dos conhecimentos tradicionais se relaciona ao elemento fundamental da compreensão do agricultor enquanto sujeito, respeitando sua autonomia e suas capacidades de ser ator de seu desenvolvimento (TOURAINÉ, 2011).

O Marco Referencial em Agroecologia (EMBRAPA, 2006, p. 21, 22) enfatiza a diversidade existente dentro do conceito de agroecologia. Ressalta que quando falamos de agricultura ecológica devemos usar o plural, agriculturas ecológicas. Trata-se de uma diversidade cultural, social, econômica, política e ecológica que se somam na construção social do conceito da agroecologia. O texto diferencia que “quando nos referimos à Agroecologia estamos focalizando um conjunto de princípios (unidade) e, quando tratamos de Agriculturas Ecológicas nos remetemos às manifestações concretas ou à materialização daqueles conceitos (diversidade), mediante formas de manejo específicas”.

Evidencia-se uma diferenciação entre o Movimento Agroecológico e a construção de uma ciência transdisciplinar agroecológica. O Movimento Agroecológico se configura na expressão das diversas formas de manejo e conhecimentos de agriculturas ecológicas, reivindicações sociais, culturais, políticas e ambientais. E a agroecologia nasce e se renova como um campo de conhecimento no âmbito acadêmico e institucional em relação com o campo (CAPORAL e COSTABEBER, sd.).

A denominação agroecológica do movimento hoje apresenta um quadro próprio de reivindicações que abrange os “diversos modelos alternativos ao padrão agroindustrial de produção” não orientados apenas ao mercado (BRANDENBURG, 2002, p. 13). Lembra-se também que as práticas agrícolas de base ecológicas nem sempre estão vinculadas às questões já trabalhadas pela ciência da agroecologia e por isso a constante renovação e diversidade do conhecimento.

É verdadeiro também afirmar o contrário, isto é, podem surgir novos conhecimentos com o aprimoramento das pesquisas que precisam ser devolvidas ao agricultor. Nesta perspectiva, Caporal e Costabeber (sd.) nos esclarecem que a ciência da agroecologia está em construção, se desenvolvendo para dar suporte aos modelos de agricultura sustentável.

A perspectiva de denominar o movimento de agriculturas de base ecológica de agroecológico pode ser uma tentativa de diálogo. Trata-se de um movimento articulador que envolve em sua formação a presença, além dos agricultores, da academia, instituições de conhecimento e pesquisa como a EMBRAPA, extensão (ATERs) como a EPAGRI e EMATER e consumidores. O movimento do campo aliado a uma sistematização científica poderá construir linguagens comuns, quiçá, ser mais representativo na sociedade e mais efetivo por aprimorar e expandir suas tecnologias se baseando no diálogo entre o campo e a academia.

3.4 O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO: TRAJETÓRIA E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Desenvolve-se nesta seção uma breve descrição da trajetória do Movimento Agroecológico, destacando suas fases mais importantes para atingir o objetivo principal deste capítulo, qual seja compreender se há relações no histórico do movimento com a construção de espaços de resistência e autonomia dos

agricultores e entender as transformações gerais e desafios do Movimento Agroecológico.

Quando pensamos na origem das agriculturas ecológicas percebemos que os sistemas tradicionais da agricultura revelavam uma adaptabilidade de cultivos aos ecossistemas e um conhecimento ecológico acumulado e transmitido entre as gerações (ASSIS, 2006). Dentro desta perspectiva, Leff (2009) nos indica que nos países latino-americanos e nas culturas pré-capitalistas em geral, as práticas produtivas e a relação com o ambiente natural foram, e em alguns casos ainda, são mediadas pela cultura local. Entende-se que essas culturas se desenvolvem (ou se desenvolviam) em estreita relação com o entorno natural e representam a inter-relação de processos materiais de produção com visões de mundo, mitos e crenças de cada comunidade. O autor compreende que foram interrompidos os próprios projetos civilizadores dessas populações. Tais projetos mantinham padrões tecnológicos mais adequados aos ecossistemas e seus potenciais produtivos e eram adaptados aos processos ecológicos.

É notório que a agricultura camponesa tradicional do Brasil se afirmava sobre práticas que, em seu contexto, eram mais adaptadas às condições ecológicas locais, sendo que muitas delas foram retomadas pelo Movimento Agroecológico. Ou seja, o que se defende aqui é que muitos dos modos de produção abarcados pelo MA já estavam presentes em antigos modos de vida camponeses e indígenas (BRANDENBURG, 2002). Os agricultores que se opõem ao modelo da moderna agricultura se desenvolveram a partir do reconhecimento da existência de antigos conhecimentos e diversificados modelos agrícolas. Levando em consideração as interações ecológicas na produção agrícola, os novos camponeses reestruturaram esses sistemas de produção construindo novas formas de relação com a natureza (ASSIS, 2006).

As civilizações e culturas ameríndias demonstravam outra relação com natureza e com as árvores, o que as tornou responsáveis pela construção de conhecimentos essenciais para o desenvolvimento das agriculturas ecológicas. Como nos lembra Murgueitio (2011), foram essas civilizações as responsáveis pela seleção e cultivo de diversas espécies de árvores frutíferas como o cacau (*Theobroma cacao* L.), a erva mate (*Ilex paraguariensis* Saint Hilaire), o abacate (*Persea americana* Mill) ou a orquídea que fornece a baunilha (*Vanilla planifolia* Jacks).

Conviveram nos momentos iniciais do Movimento Agroecológico (1960, 1970) múltiplas racionalidades, motivadas em grande parte por um universo místico e religioso. A relação homem-natureza para os agricultores era vista de forma complementar, a natureza representava uma manifestação da vida e o homem via-se plenamente identificado com ela (BRANDENBURG, 2002). Assim, o que hoje é defendido mediante um movimento de resistência ao instituído, congrega práticas antigas de relação com o ambiente natural. Como afirma Brandenburg (2002, p. 12) “os nativos descendentes de índios dominavam um saber que tinha por base as leis da natureza e que embora não fosse competitivo com os sistemas modernos, tinha uma relação direta com os ecossistemas naturais”.

Brandenburg (2002) descreve a trajetória do Movimento Agroecológico em uma pesquisa que enfatiza três países, Brasil, Alemanha e França, distinguindo três fases, com as quais dialogamos a seguir.

Embora as correntes de agricultura alternativa²⁰ já existissem em diversas partes do mundo, foi possível, a partir da década de 70, observá-las como um movimento socialmente organizado. A primeira fase desse movimento se caracterizou pela formação e organização de grupos de agricultores, em muitos casos ligados às igrejas que, excluídos dos sistemas de crédito e assistência se uniram e buscaram agregar outros camponeses. O autor aponta que, no Brasil, a Comissão da Pastoral da Terra (CPT) e a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Tecnologia Alternativa) foram duas instituições muito significativas para a organização do movimento. Essas organizações reuniam grupos de agricultores, incentivavam a formação de associações, prestavam assistência, difundiam suas propostas, alertavam sobre os malefícios do sistema de modernização agrícola imposto e resgatavam práticas tradicionais de manejo agrícola (BRANDENBURG, 1999; 2002).

Na concepção do Movimento Agroecológico, emerge um projeto social “que combina racionalidade e subjetividade nas relações de trabalho, o qual será fundamental para reforçar a condição de outro tipo de ator social, ou de um novo sujeito”. Portanto, nesta primeira fase, há uma perspectiva que preconiza a atuação

²⁰ A agricultura alternativa se refere aos modelos de agricultura, em diferentes graus de aproximação com a ecologia, baseadas em conhecimentos tradicionais que se contrapõem ao modelo industrial de produção (uso intensivo de maquinários, dependência de insumos não renováveis, monocultura, produção em alta escala). Entre os modelos de agricultura alternativa que hoje estão presentes no movimento se destacam a agricultura biodinâmica de 1924, a agricultura orgânica de 1925 e a agricultura biológica e natural da década de 1930 (BRANDENBURG, 1999; 2002).

de sujeitos em busca do exercício da autonomia e resistência. (BRANDENBURG, 2002, p. 23; TOURAINE, 2007). Os movimentos de agricultura alternativa, que se articularam no primeiro momento do MA, contestam o processo de dominação por tecnologias externas, a concentração de terras, a implantação de grandes obras modernas, a atuação do Estado e o processo de degradação das riquezas naturais (ALMEIDA, 2008).

Destacam-se as informações de Souza (2003, citado por DOUTORADO MADE, 2009) sobre os momentos de organização do MA no caso brasileiro:

A década de 1980 foi um momento forte deste movimento, pois reunia duas questões importantes: a monumental crise econômica Brasileira (ficou conhecida pelos economistas como a década perdida) e o fortalecimento dos movimentos sociais. Com o enfraquecimento do modelo da revolução verde e a percepção de que aquele era o momento de fazer avançar um projeto alternativo, inúmeras organizações uniram-se em torno do projeto dos “Encontros Brasileiros da Agricultura Alternativa” (EBAA's), que reuniram milhares de pessoas em varias regiões do Brasil. Estes encontros tinham por objetivo, além de debater a crise que a agricultura dominante vinha passando e das alternativas existentes e possíveis, unir os vários movimentos em prol de um projeto comum, o que, infelizmente não foi possível naquele momento histórico devido a fase imatura dos movimentos e as disputas internas que havia, o que dificultou a construção de consensos mínimos. O grande racha que havia era entre os movimentos do ambientalismo científico que propugnavam uma revolução cultural (e batiam duro nos países socialistas da época que não tinham preocupação ambiental) e os movimentos de base marxista, defensores de uma proposta socialista (que criticavam a suposta alienação dos ambientalistas). Percebe que era um debate difícil e de certa forma inócuo, claro que olhando a partir de hoje, considerando os desdobramentos históricos. Porém, mais tarde ocorre uma reaproximação das varias correntes do pensamento alternativo, agora com mais solidez, sob a base comum da Agroecologia.

O autor nos esclarece que a partir da década de 1980, ONGs (Organizações Não Governamentais) se formaram para fortalecer as ações de promoção e desenvolvimento dos ideais propostos. Também se engajaram no MA entidades públicas para fomentar o desenvolvimento da agricultura ecológica, tal como a EMATER (Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural) considerando a perspectiva mundial de incentivo à agricultura sustentável. As articulações foram fortalecidas por meio de Encontros Nacionais que possibilitaram trocas de conhecimentos experiências e geraram alianças. O trecho acima ainda revela uma condição de fragilidade que o MA e as agriculturas agroecológicas enfrentaram no período de crise política e econômica que o Brasil vivenciou nesta época. Esse envolvimento de instituições públicas marca uma segunda fase do MA, que também é caracterizada pelo surgimento da agroecologia enquanto ciência (BRANDENBURG, 2002).

A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (ECO-92), evento de amplitude muito significativa para o Movimento Ambientalista mundial, também é considerada um impulso para o desenvolvimento da agricultura ecológica. Por meio desta Conferência o MA passou a ter maior reconhecimento social e aglutinou mais agricultores, apoiadores e consumidores, assim iniciou uma nova fase (BRANDENBURG, 2002).

A agricultura ecológica vem se expandindo e está presente em todos os continentes do globo onde se teceram múltiplas formas de agricultura ecológica. A diversidade de modelos e a quantidade de atores e instituições envolvidas sinalizam a vivência de um terceiro momento, segundo a classificação do nominado autor. Tendo em vista que emerge entre os consumidores uma demanda consciente por produtos livres dos riscos à saúde, gerados pelas tecnologias de produção agrícola, e o apoio de outros atores²¹ que passaram a habitar o espaço rural, o movimento teve maior destaque junto ao cenário agrícola brasileiro (BRANDENBURG, 2002).

Na terceira fase do movimento que ainda podemos vivenciar, crescem as pressões pela institucionalização e regulamentação da agricultura ecológica num âmbito mundial. Isto obriga os agricultores e grupos a se adequarem para garantir sua legitimidade e continuidade. “A agricultura ecológica, dessa forma, segue os padrões de um mercado de consumo massificado” (BRANDENBURG, 2002, p. 23). Atualmente o processo de institucionalização está mais consolidado visto que a lei federal²² 10.831 foi regulamentada e vigora. Porém, estes processos ainda levantam uma série de questionamentos e contradições, tal qual a possibilidade de construção da autonomia dos agricultores frente a institucionalização.

Almeida, (2008, p. 282, 283) afirma ainda que o Movimento Agroecológico não pode ser considerado um movimento social propriamente dito, pois não possui “uma ação social organizada contra o poder de adversários que têm as rédeas do modo de desenvolvimento agrícola” e nem efetivas ações e princípios sociopolíticos. Seria necessária a identificação de um inimigo para constituir-se como um movimento social. Para o autor a possibilidade de converter-se num movimento social ainda se encontra em gestação e se constitui em uma condição imprescindível

²¹ Karam (2001) aborda a categoria “Neo-Rurais” caracterizada como o retorno de moradores do meio urbano, geralmente de origem rural, que voltaram para o campo em busca de novos meios de vida a partir de ideais agroecológicos e dos movimentos de contracultura, muitos deles são técnicos, ou agrônomos e passam a constituir-se em associação com os agricultores tradicionais.

²² Este assunto será desenvolvido nos próximos itens, institucionalização e relação com o mercado, por isso não nos aprofundamos nessa explanação histórica.

para a afirmação da proposta agroecológica.

É importante explicitar que defender o movimento agroecológico enquanto movimento social se trata de uma discussão de grandes proporções que foge ao escopo deste trabalho. Porém, a exemplo de Luzzi (2007), é possível tratar do Movimento Agroecológico tendo por base as lentes analíticas voltadas aos Novos Movimentos Sociais, considerando que as reivindicações por expansão de tecnologias foram alargadas pelas demandas socioculturais dos atores.

A EMBRAPA (2006) defende que a agroecologia vem ganhando espaços no Brasil, tanto como movimento social, quanto como discussão científica. Enfatiza ainda que desde a década de 1980 está ocorrendo a sistematização de conceitos e metodologias do conhecimento agroecológico, o que, para eles, significa dotar os movimentos sociais que estão nesta defesa de maior consistência e linguagem. Nota-se ainda que o movimento social torna público os questionamentos a respeito de decisões políticas em favor de tecnologias desenvolvidas no âmbito científico que muitas vezes defendem interesses unilaterais. O objetivo da EMBRAPA (2006) é intensificar a relação de reforço mútuo entre o Movimento Agroecológico e a pesquisa. Com a construção do Marco Referencial em Agroecologia se aceita o desafio de contribuir para a renovação epistemológica e metodológica da própria academia.

Em síntese, pode-se inferir que o Movimento Agroecológico objetiva a prática de um novo tipo de organização social “visando à construção de uma sociedade democrática e com a perspectiva de transformação social”. Assim, se diferencia dos movimentos que procuram apenas a contestação dos sistemas instituídos de ordenamento de vidas (BRANDENBURG, 2002, p. 12; ALMEIDA, 2008).

Encontram-se difundidos no discurso dos agentes agroecológicos princípios de luta contra a sociedade industrial e ao modelo de modernização agrícola imposto à maioria dos países (ALMEIDA, 2002). Em casos particulares, há incidência de muitos dos valores religiosos e místicos que tinham forte apelo no início do movimento. Ao mesmo tempo em que se intensificam as lutas em torno dos direitos das mulheres, da conservação da diversidade ecológica e cultural, de educações rurais, da soberania e segurança alimentar. Porém, muitos dos ideais defendidos ainda se encontram no plano da utopia, e para que um dia possam vir a ser realizados devem passar por um processo de amadurecimento e educação junto aos agricultores e à sociedade, conforme nos orienta Almeida (2002).

Neste sentido, concordamos com Touraine (2011), e observamos o Movimento Agroecológico enquanto um movimento híbrido, pois não se enquadra somente na categoria de Novo Movimento Social. Isto não significa que ele é um movimento social tradicional e que não carrega consigo elementos culturais. Ao contrário, como estudamos acima se identifica como um movimento agregador de múltiplas reivindicações, racionalidades e reúne características dos movimentos que lutam pelos direitos humanos, justiça e igualdade. Porém, suas reivindicações se aproximam das lutas por sobrevivência, ou seja, estão na defesa dos interesses próprios também. Vale lembrar que o estudo de Touraine sobre os Novos Movimentos Sociais no Brasil, compreende que os aspectos econômicos ainda são bastante importantes dentro das pautas (ALONSO, 2009).

A partir da interpretação de Touraine (2011) sobre os Novos Movimentos culturais, compreendemos ser difícil visualizar um inimigo declarado para o Movimento Agroecológico. Por essa razão ele não se enquadraria na categoria de social, como nos alertou Almeida (2002). Este inimigo não é mais o Estado, pois este apresenta dentro de seus ministérios e políticas algumas brechas para os agricultores, como veremos no tópico seguinte sobre a institucionalização.

O inimigo do MA não é a sociedade industrial, pois esta enquanto uma categoria teórica definidora de unidade, não mais existe, as sociedades atuais são plurais e estão em transformação. Poderíamos dizer que o modelo industrial de produção de alimentos, resultante de todo o domínio da sociedade industrial, seria o principal adversário, contudo este não é personificável (TOURAINÉ, 2011).

Podemos inferir que o Movimento Agroecológico se aproxima das lutas dos Novos Movimentos, culturais e sociais, pois estes combatem perigos gerados além do controle do Estado, como as questões de gênero. Assim como os Novos Movimentos o MA atua na construção de novas sociedades e novas realidades. Mas também se orienta pela defesa dos direitos dos agricultores, de acesso à terra, de afirmação da autonomia e de autogestão de sua base de recursos e por isso se constitui de um movimento híbrido (PLOEG, 2008).

3.4.1 Agriculturas ecológicas orientadas pelo mercado: Orgânicos x Agroecológicos.

Cabe esclarecer a diferenciação entre as agriculturas ecológicas e a agroecologia apontada pelo Marco Referencial em Agroecologia (2006) citada

acima. O documento adverte que as agriculturas ecológicas nem sempre estão em consonância com os princípios defendidos pela agroecologia. Há práticas de manejo agrícolas ecológicas orientadas para o mercado que não observam as questões sociais defendidas pela agroecologia. Algumas se dedicam à especialização da produção e manejo sem considerar a diversidade de elementos presentes em um agroecossistema, o que caracteriza um sistema agroecológico.

Um dos equívocos apontados por Caporal e Costabeber (sd.) seria acreditar que a substituição de insumos de origem industrial e agrotóxicos pelos insumos denominados “verdes” já constituiria um modelo sustentável de agricultura. Segundo os autores esta orientação se constitui de mais uma estratégia eco-tecnocrática, tendo em vista que os princípios da agroecologia estão muito além desta substituição.

Assim, é pertinente aprofundar a noção de orientação da produção para o mercado. Em todos os sistemas agrícolas a relação com o mercado está presente, contudo, no caso da adoção dos princípios agroecológicos, esta preocupação não deve ser definidora dos rumos do trabalho e da produção. Insere-se neste contexto, a discussão em torno da produção de alimentos orgânicos e os princípios da agroecologia.

A agricultura orgânica utiliza técnicas interessantes no que se refere à produção de alimentos saudáveis,²³ mas, pode ser considerada um nicho de mercado que reduz o ideal da agroecologia e do Movimento Agroecológico. Estes focam uma transformação socioambiental, orientada pela sustentabilidade, ao contrário da possibilidade de simplesmente aumentar os lucros com a produção de alimentos.

Nesse sentido, Carvalho (citada por LEEP KALN DOS SANTOS, 2006) analisa uma diferença ideológica entre o Movimento Agroecológico e a constituição de um mercado de orgânicos. Este último vem sendo incentivado pelas discussões em torno da saúde do consumidor, o que gerou uma demanda por alimentos orgânicos especialmente no mercado externo²⁴.

²³ Caporal e Costabeber (sd.) desenvolvem uma discussão neste sentido, afirmando que há vários fatores prejudiciais ao agroecossistema na continuidade do uso de insumos em quantidades que apenas satisfaçam as necessidades da produção, mesmo que oriundos de fontes renováveis como a concentração de altas taxas de nutrientes, por exemplo, o nitrogênio, que podem escoar para a água e comprometer ciclos naturais. Ver: Agroecologia: conceitos e princípios para a construção de estilos de agricultura mais sustentáveis. Disponível em www.planetaorganico.org

²⁴ Sobre esse assunto podemos sugerir a leitura de Moll, (2008) quando trabalha a ideia de novas

É possível afirmar que o mercado de orgânicos foi o que apresentou o maior crescimento dentro do setor da indústria alimentar no mundo nos últimos anos. Entre os anos de 1997 e 2001 cresceu em torno de 20% ao ano (FONSECA, 2005). A demanda crescente por produtos de outra qualidade também impulsionou o desenvolvimento de toda a cadeia produtiva de orgânicos, com setores organizados de industrialização, embalagem e exportação. Caporal e Costabeber (sd, p. 3) contribuem afirmando que “temos hoje, tanto algumas agriculturas familiares ecológicas, como a presença de grandes grupos transnacionais que estão abocanhando o mercado orgânico em busca de lucro imediato, como vem ocorrendo com os chamados 'alimentos corporgânicos’”.

Podemos inferir que a vinculação e até submissão da agricultura orgânica ao mercado consumidor e a procedimentos técnicos é explícita (FONSECA, 2005). Entretanto, os atores da agricultura orgânica também tecem críticas à agroecologia por pouco considerar o mercado consumidor.

3.5 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA AGROECOLOGIA E O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

O processo de institucionalização da agroecologia pode ser entendido como um conjunto de normas, regulamentações e acordos estabelecidos para organizar o setor. Quando tratamos de normas e instituições logo emerge a possível relação com os processos de exclusão e dependência, e ameaça à autonomia,

governanças ambientais. Ele acredita, analisando casos europeus, que demandas por alimentos saudáveis estão vinculadas a processos de mudança na relação entre consumidor e produtor. Para o autor, as mudanças sociais também se consolidam na transformação das formas de governança e isso pode ser visualizado a partir do interesse no rastreamento dos alimentos na Europa. Tratam-se de consumidores que desenvolvem preocupações em relação a segurança alimentar, a fome, à produção de alimentos em conformidade ambiental e à garantia da saúde do consumidor, que decidem realizar o acompanhamento desde o plantio, colheita, processamento e comercialização, observando também questões relativas a mão de obra, cadeia de produção e rotulagem. Por meio da tecnologia, há possibilidade de rastreamento do produto desde a produção até a mesa, e estes consumidores acompanham tais processos formando grupos que compartilham sistemas de informações organizadas sobre os produtos, estabelecendo conexões entre produtores e consumidores por meio de uma rede. Exige dos produtores a garantia da qualidade dos produtos em contrapartida de seu consumo. As informações são acessíveis aos consumidores, com uma linguagem acessível por meio da tecnologia da informação. Tais novas formas de governança utilizam formas institucionais formais, mas garantem a participação de outros segmentos da população na cadeia produtiva, há movimentação da sociedade no sentido de novos arranjos institucionais para a produção de informação ambiental. Conexões temporais entre produtores e consumidores. São formados fóruns, comitês avaliadores e audiências públicas. Há maior transparência, contabilização apurada, garantindo a credibilidade dos dossiês de informações produzidos.

especialmente quando dialogamos com a categoria de resistência aos processos instituídos (TOURAINÉ, 2007). No entanto, é possível discutir várias possibilidades advindas da institucionalização, pois

as instituições não apenas restringem a sociedade com fronteiras legais, morais e culturais exercendo uma influência direta sobre as crenças e comportamentos, mas também capacitam os atores e fornecem autoridade legítima às ações, por meio de diretrizes (GUERRA, 2010 p. 39) .

O processo de institucionalização do mercado de orgânicos que atinge também as produções agroecológicas, na maioria dos casos, foi orientado pelas demandas de países consumidores do hemisfério norte, com realidades bastante diversas daquelas encontradas nos países do hemisfério sul, geralmente fornecedores de alimentos (FONSECA, 2005). Por meio do sistema de normalização global organizado pela FAO e OMS se acredita ser possível garantir a qualidade dos alimentos aos consumidores. Todavia, as intenções para balizar as construções das normas de qualidade muitas vezes desconfiguram os sistemas locais de produção e organização agrícolas ou inviabilizam a entrada de determinados grupos de agricultores no mercado de consumo internacional. A mesma autora afirma que não há participação de movimentos sociais dos países de baixa renda nos processos de formulação das normas e regulamentações e, quando esta ocorre, se trata de uma presença simbólica sem direito a voz e voto.

Em 2003, 63 países se encontravam em processos de regulamentação do setor de orgânicos, em diferentes estágios. Entretanto, os países mais pobres, localizados especialmente no hemisfério sul, foram pressionados para desenvolverem instrumentos regulatórios pelos países consumidores, geralmente os mais ricos do hemisfério norte, os quais apresentavam graus mais desenvolvidos de regulamentação (FONSECA, 2005).

Para o caso do Brasil, o processo regulatório oficial da agricultura orgânica se iniciou a partir da publicação da Instrução Normativa nº007 do Ministério da Agricultura no ano de 1999, que institui os procedimentos para produção, comercialização e certificação para a produção orgânica. Esta instrução foi construída a partir de debates que envolveram diversas organizações da sociedade civil e poder público. No entanto, os encaminhamentos posteriores não foram contemplados com as participações de outros atores, como a regulamentação da Normativa nº007 e a Instrução Normativa nº006/2002 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, que trata das normas para avaliação de

conformidade das certificadoras (GAO, 2004).

Estes fatos promoveram uma mobilização das organizações envolvidas no debate agroecológico e alguns setores governamentais em busca da garantia da participação de diferentes atores no processo de normatização da produção orgânica e agroecológica. Desta mobilização surge um grupo de estudos denominado Grupo de Agricultura Orgânica (GAO) que “tem como objetivo discutir a regulamentação da agricultura orgânica, e utiliza debates presenciais e um grupo eletrônico de discussão” que trabalhou na elaboração da Lei Federal 10.831 de 2003 e de suas regulamentações (GAO, 2004 p.9).

Fonseca (2005) também nos assegura que a construção da Lei Federal 10.831 de 2003, resultou de reivindicações dos agricultores. Constituiu-se como fruto de discussões entre o Estado e diversas instituições representativas dos agricultores. A própria Lei 10.831 no Artigo 11º, parágrafo 1º (BRASIL, 2003) dispõe que seu processo regulatório deveria ser aberto à participação de outros atores: “A regulamentação deverá contemplar a participação de representantes do setor agropecuário e da sociedade civil, com reconhecida atuação em alguma etapa da cadeia produtiva orgânica”.

A referida lei é parte de uma série de programas federais desenvolvidos especialmente para o fomento e o desenvolvimento da agroecologia, um dos focos do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA que trabalha com a agricultura familiar. É interessante destacar a Lei Federal 10.831 de 2003 porque seria a lei específica para oficializar normas quem vem sendo discutidas durante os trinta anos de desenvolvimento da agroecologia no Brasil, buscando a legitimidade da agroecologia e a entrada no mercado de alimentos. Esta entrada é facilitada mediante regulamentações que asseguram o consumidor da qualidade dos produtos orgânicos e agroecológicos.

É importante entender que há outros processos de conquista dos agricultores familiares, dentre os quais se destaca a vinculação de seus direitos a algumas políticas públicas que, segundo Fonseca (2005), são essenciais para o fortalecimento e desenvolvimento do setor, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, e ainda o desenvolvimento de políticas públicas específicas para produtores agroecológicos como o Plano Nacional de Agroecologia.

O Plano Nacional de Agroecologia está sendo elaborado por um grupo coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA e foi anunciado em setembro de 2011 durante a participação da então ministra Izabelle Teixeira no “Encontro Nacional de Diálogos e Convergências: agroecologia, saúde e justiça ambiental, soberania alimentar, economia solidária e feminismo”. De acordo com a ministra, o plano pretende responder às demandas das redes de economia solidária e agricultura familiar. Até o presente momento, (fevereiro 2012) ainda não foi lançado (BRASIL, 2011).

O PRONAF foi criado em 1995 para que os agricultores familiares acessassem crédito a juros mais baixos do que aqueles tradicionalmente operados pelo sistema nacional de crédito rural. Há diversas linhas de financiamento, entre elas consideramos interessantes, a linha destinada à agroecologia, a linha dedicada à floresta (o que inclui os sistemas agroflorestais), a linha de crédito para mulheres e a linha específica para jovens. Os financiamentos podem ser utilizados na compra de equipamentos, no custeio da produção e na construção de agroindústrias (BRASIL, sd b).

Por sua vez, o PNAE garante alimentação de qualidade para as crianças e adolescentes em idade escolar. Seus recursos são originários do Fundo nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE que também regulamenta o programa por meio da Resolução nº38 do Conselho Deliberativo em julho de 2009. A resolução garante o direcionamento de, no mínimo, 30% do valor destinado à compra dos gêneros alimentícios para a alimentação escolar, aos agricultores familiares e empreendedores familiares rurais que comprovem aptidão ao PRONAF (BRASIL, 2009).

De acordo com o Artigo 20º desta resolução sempre que possível devem ser priorizados os alimentos orgânicos e agroecológicos sendo que há um preço-prêmio de 30% a mais para os alimentos produzidos nesses sistemas. Ademais, a compra dos gêneros alimentícios pode ser realizada sem um processo licitatório, mas, necessita de uma pesquisa de preços documentada e um Contrato de Aquisição de Gêneros Alimentícios padronizado, respeitando a diversidade e sazonalidade local.

Por último, o PAA se configura como uma das ações do Programa Fome Zero desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS em parceria com o MDA e a CONAB. O PAA, instituído por meio da Lei Federal nº 10.696 de 2003, visa estabelecer a garantia do direito à alimentação e segurança

alimentar de populações em situações de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social de agricultores familiares. Consiste na compra de gêneros alimentícios provenientes dos agricultores familiares e grupos de agricultores cadastrados no PRONAF, os quais serão destinados à diversas instituições e ações de cunho assistencial como restaurantes populares, cozinhas comunitárias, cestas beneficentes, entre outros. Esses gêneros alimentícios também são adquiridos sem processo licitatório, e, no caso dos sistemas agroecológicos, o preço do produto é 30% superior ao convencional (BRASIL, sd a).

Dentro do contexto das políticas públicas do governo federal dedicadas aos agricultores familiares e aos agricultores agroecológicos é importante analisar a Lei Federal 10.831 de 2003 (BRASIL, 2003). Tal lei institui que, para a comercialização dos produtos, a certificação de conformidade da produção orgânica ou agroecológica se torna obrigatória a partir de 2011.

Observando as condições da economia capitalista se entende que são necessários mecanismos que confirmem a autenticidade e originalidade dos produtos, tendo em vista a possibilidade de falsificação. A explosão da produção e consumo justifica a necessidade da certificação de autenticidade. A certificação também está vinculada à valorização de determinados tipos de produtos, como ocorre no caso dos produtos da agricultura agroecológica, devido ao fato de que sua autenticidade dificilmente pode ser comprovada apenas pela aparência (RADOMSKI, 2008).

Entretanto, se questiona a possibilidade de conversão dos processos de certificação de autenticidade e conformidade em mecanismos geradores de exclusão, pois poderiam favorecer a formação de uma elite de produtores certificados dominantes do mercado (GONZALEZ E NIGH, 2005). Por isso o processo de certificação embasado em experiências estrangeiras vem gerando uma série de questionamentos e se torna um dos pontos centrais da discussão sobre a institucionalização da agricultura agroecológica.

Para compreendermos esta questão é preciso conhecer como funcionam a certificação por auditoria e a certificação por Sistemas Participativos, atualmente aceitos na regulamentação brasileira.

Nesse sentido, é preciso observar o Decreto 6.323 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA de 2007 (BRASIL, 2007) o qual regulamenta a Lei 10.831 de 2003 e institui o Sistema Brasileiro de Avaliação de

Conformidade Orgânica. O decreto ainda dispõe sobre os sistemas certificadores, institui as diretrizes e definições do setor de produção orgânico e agroecológico. Dentre as principais diretrizes, se destacam a conformidade a sistemas de produção ecológicos, relações de trabalho justas e seguras, uso e ordenamento dos recursos renováveis com base local e não permissão do uso de organismos geneticamente modificados.

O Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica é gerido pelo MAPA e realiza o controle e a fiscalização dos Sistemas de Garantia de Conformidade Orgânica, seja a certificação por auditoria, ou a certificação participativa. O referido sistema criou um selo nacional de identificação dos produtos orgânicos e agroecológicos. Tal selo deverá estar acompanhado da identificação do sistema de avaliação de conformidade orgânica utilizado.

De acordo com o Decreto 6.323 (BRASIL, 2007) a certificação por auditoria corresponde ao procedimento de avaliação da conformidade orgânica nos âmbitos da produção e comercialização, concretizada por meio de auditorias externas de entidades cadastradas, em sintonia com as determinações nacionais e internacionais. Pode ser realizada por organizações juridicamente constituídas que devem ser autorizadas pelo MAPA, no qual são cadastradas. Ao mesmo tempo, essas organizações ficam impedidas de realizar assistência técnica e fiscalização nas unidades das quais são os avaliadores. Tal sistema geralmente é constituído por empresas ou instituições certificadoras que oferecem seus serviços a custos altos.

O grande desafio da agroecologia (enquanto ciência e movimento social) seria garantir uma adaptação dos diferentes meios de certificação de conformidade e garantia existentes aos agroecossistemas e seus aspectos culturais e sociais. Neste sentido, os processos de certificação participativos que absorvem os grupos de camponeses foram gerados buscando uma forma de resistir às imposições internacionais, pois trabalham mediante as especificidades dos grupos envolvidos na autogestão do processo produtivo.

Portanto, se considera fundamental a abertura aos Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica, outro aspecto interessante do Decreto 6.323 (BRASIL, 2007). Como mencionado anteriormente, o processo de certificação é constituído por um grupo de atores entre os quais podem incluir-se produtores, armazenadores, transportadores, comercializadores, técnicos, organizações públicas e privadas relacionadas à rede de produção orgânica e ainda os

consumidores. Os Sistemas Participativos de Garantia da Qualidade Orgânica devem ser constituídos juridicamente, por profissionais qualificados, cadastrados junto ao MAPA e aos órgãos estaduais de fiscalização.

Neste contexto, ainda dentro Lei 10.831 se destaca, o Parágrafo 1º do Artigo 3º (BRASIL, 2003) o qual também favorece o desenvolvimento dos atores sociais dentro do processo. Trata-se da permissão para a comercialização direta dos produtos orgânicos ou agroecológicos não certificados. Nesse caso, em que a relação entre consumidor e produtor é direta a certificação não é exigida. Contudo, o produtor precisa estar disponível para averiguação pelo órgão fiscalizador bem como permitir o acesso ao processo produtivo ao consumidor. O produtor também precisa estar vinculado a uma organização de controle social²⁵ cadastrada no MAPA ou a outro órgão fiscalizador cadastrado.

É bastante contraditório pensar no processo de comercialização de todos os produtos orgânicos mediante certificação. Se o Estado não permitisse a relação direta entre o produtor e o consumidor, a lei de certificação poderia configurar-se como um sistema de exclusão social de agricultores que ainda não atingiram as especificidades exigidas pela certificação.

Por isso, são pertinentes as discussões em torno da autonomia dos agricultores e grupos de agricultores no processo de institucionalização da agricultura agroecológica. A tese de Fonseca (2005) tem como problemática justamente a ameaça gerada pelo ordenamento do processo de comercialização e expansão da agricultura orgânica mediante as exigências do mercado externo e as normas internacionais de qualidade.

É necessário observar com cautela o processo de institucionalização, pois ele se constitui como um fator promotor de possibilidades ao desenvolvimento e legitimidade da produção agroecológica, porém, delimita condicionantes para a agricultura agroecológica que podem gerar exclusão de camponeses e dificuldades no desenvolvimento da autonomia das famílias e grupos, pois estas devem seguir um modelo bem definido de orientações.

Ao que parece, o caso brasileiro de institucionalização está diretamente

²⁵ De acordo com o Artigo 2º do Decreto 6.323 do MAPA - Organização de controle social: grupo, associação, cooperativa ou consórcio a que está vinculado o agricultor familiar em venda direta, previamente cadastrado no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com processo organizado de geração de credibilidade a partir da interação de pessoas ou organizações, sustentado na participação, comprometimento, transparência e confiança, reconhecido pela sociedade;

relacionado com o Movimento Agroecológico e atende suas reivindicações, como nos esclarece Fonseca (2005) a partir de seus exemplos da cadeia de orgânicos.

Mesmo assim, tendo em vista a institucionalização, se questiona a possibilidade da continuidade do caráter alternativo do Movimento Agroecológico frente aos modelos impostos pelo mercado hegemônico. Ainda que se considerem as positivities do processo institucional, como o acesso facilitado a produtos mais saudáveis e ascensão dos agricultores no processo produtivo, é possível questionar-se se, nesse período de adaptação à lei e crescimento do mercado, a razão instrumental econômica, que visa especificamente as relações de lucro, pode se sobrepor aos princípios agroecológicos (BRANDENBURG, 2002).

Assim, para avançarmos nesse debate, concordamos com Caporal e Costabeber (sd.), quando os mesmos afirmam que, para o desenvolvimento de novos modelos de agricultura vislumbrando maior sustentabilidade, é preciso um tratamento mais equitativo entre os atores de forma que exerçam e desenvolvam sua autonomia e cidadania. Isto vem sendo considerado no processo de institucionalização.

Todavia, se dialogarmos com a perspectiva de Touraine (2011), considerando que os agricultores se constituem potencialmente como sujeitos de seu próprio destino, tal tratamento equitativo deve ser fruto de sua resistência e lutas para o exercício da sua autonomia. Portanto, a equidade deve resultar de suas conquistas e não apenas ser concedida mediante as instituições estabelecidas.

O Movimento Agroecológico e as articulações em torno da agroecologia nos permitem inferir que para a construção da Lei Federal de 2003 foram consideradas as reivindicações dos grupos de agricultores. Ainda assim, ao observarmos os subsídios gerados mediante adesão a esses programas públicos, podemos retomar nossas discussões sobre a autonomia dos agricultores em relação aos seus projetos de vida. Os agricultores têm direito aos benefícios gerados pelas políticas públicas, porém, qual a garantia de que esses processos não serão convertidos em políticas que não favorecem a construção da autonomia e de sujeitos, pois levam a dependência e ao controle. Lembrando que sujeitos se constroem mediante assunção de si, de seus próprios sentidos e propósitos, para engajar-se em ações de transformação social e resistência ao instituído (TOURAINÉ, 2011).

A agricultura convencional sempre foi subsidiada e incentivada por políticas públicas e como resultado, se visualiza que esses grandes agricultores se tornaram

dependentes de tecnologias externas e de grandes corporações internacionais, além de se submeterem aos direcionamentos de mercados consumidores externos. O processo de institucionalização da agroecologia, incluindo a construção de políticas públicas, está sujeito a seguir pelo mesmo caminho de dependência e exclusão?

Se pensarmos nos processos institucionalizadores como norteadores do processo de desenvolvimento rural, estaríamos repetindo os mesmos caminhos da agricultura convencional ou traçando novos horizontes?

Neste contexto, consideramos pertinente a contribuição de Guerra (2010) que realizou uma pesquisa visando compreender a institucionalização das representações sociais da agroecologia em três grupos de atores agroecológicos: uma instituição de extensão que trabalha na expansão da agroecologia com os agricultores (EMATER), uma instituição de pesquisa em agroecologia (IAPAR) e um grupo de agricultores agroecológicos. Os resultados revelam diferentes representações sociais em relação à institucionalização da agroecologia. Agricultores e extensionistas acreditam que ainda há um longo caminho a ser percorrido em busca da legitimação da agroecologia, sendo que esta sofre com preconceitos e descasos. Ao contrário, os pesquisadores acreditam que ela já está mais institucionalizada.

Esta análise revela que há um distanciamento entre as conquistas de mercado e construção de políticas públicas (mesmo sendo participativas), e o que se percebe e é vivenciado pelos agricultores e extensionistas. Por conseguinte é possível inferir que ainda são legítimas as resistências e lutas por autonomia, que se articulam no Movimento Agroecológico, entendido como a expressão das forças sociais de outros modelos de agricultura. É preciso lembrar também que a agroecologia, vista como um campo de conhecimento técnico e metodológico em construção necessita de aprimoramentos constantes, especialmente no que tange à valorização dos potenciais endógenos de conhecimento dos agricultores e das condições ambientais locais (BRANDENBURG, 2002; CAPORAL *et al*, 2006; CAPORAL E COSTABEBER, sd.).

É possível dizer que não há receitas prontas e nem garantias de que a institucionalização gere autonomias. No entanto, a experiência que vem sendo observada ao longo dos últimos trinta anos pelas pesquisas, demonstra que há possibilidades de construção de autonomias e de sujeitos apenas quando os agricultores assumem papéis centrais no desenho destas novas realidades

(ALTIERI, 2008; PLOEG, 2010; KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004).

3.6 O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO E A FORMAÇÃO DE REDES: A EXPERIÊNCIA DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA

A formação de redes²⁶ dentro do movimento agroecológico e da agroecologia se identifica como fator importante no processo no desenvolvimento do setor. É possível afirmar que esta articulação reflete o amadurecimento do campo agroecológico, haja vista que o próprio fortalecimento da agroecologia passa pela organização dessas redes (DOUTORADO MADE, 2008).

Destacam-se as articulações nascidas no interior do movimento institucional e social da agroecologia, tal qual a Articulação Nacional de Agroecologia - ANA²⁷ que teve origem no I Encontro nacional de Agroecologia - I ENA, realizado no ano de 2002. A criação da ANA foi uma das resoluções do Encontro com o intuito de reunir os envolvidos na construção da agroecologia e do Movimento Agroecológico. A ANA define como seus principais objetivos:

favorecer a ampliação e a intensificação dos fluxos de informação e intercâmbio entre as experiências concretas e as dinâmicas coletivas de inovação agroecológica e de desenvolvimento local, integrando o esforço coletivo dos movimentos sociais e das redes locais e regionais. De outro lado, fortalecer a capacidade do movimento agroecológico para sistematizar e refletir suas próprias experiências, de forma a extrair e socializar seus ensinamentos, bem como construir propostas de políticas públicas fomentadoras da expansão social e geográfica da agroecologia.

Partindo do princípio de que a articulação dos atores envolvidos na agroecologia possibilita uma “mútua fecundação” e influencia os rumos do desenvolvimento, a ANA se organiza em grupos de trabalho - GTs que, por meio da reflexão - ação se dedicam a conhecer e valorizar experiências locais que podem ser inspiradoras para a construção de novas políticas públicas. Os GTs são

²⁶ Redes: A partir de Castells (1999), pode se considerar redes como: Um conjunto de nós (pessoas + instituições) conectados, cujas principais características são a não hierarquização e a flexibilidade. A formação de redes é uma prática humana muito antiga, porém em nosso tempo, as redes transformaram-se em redes de informação energizadas pela internet. Como ferramentas de organização, as redes têm muitas vantagens por sua flexibilidade e adaptabilidade inerentes, características essenciais para se sobreviver e prosperar em um ambiente em rápida mutação. Por isso, hoje esta forma organizacional destaca-se na sociedade e na economia, superando em seu desempenho as corporações verticalmente organizadas, burocratizadas e centralizadas. No entanto, as redes atuais, dependendo do tamanho e da complexidade, apresentam dificuldades em: coordenar funções, em concentrar recursos em metas específicas e em realizar algumas tarefas.

²⁷ Informações obtidas em <http://www.agroecologia.org.br> acesso em janeiro de 2012

ordenados dentro dos seguintes temas centrais: biodiversidade, mulheres e agroecologia, construção do conhecimento agroecológico, segurança e soberania alimentar e financiamento.

É possível também citar a formação da Associação Brasileira de Agroecologia – ABA²⁸ em 2004. Esta abrange um âmbito científico se dedicando ao incentivo, reunião e promoção dos trabalhos acadêmicos gerados em torno da agroecologia. A ABA está envolvida na organização do Congresso Nacional de Agroecologia que divulga e promove a discussão e encontro dos pesquisadores e instituições relacionadas ao tema. Por sua vez, a Revista Brasileira de Agroecologia é uma publicação desenvolvida pela ABA, na qual podem publicar todos os sócios.

A formação de redes é uma das estratégias encontradas para o fortalecimento dos pequenos agricultores²⁹. Por meio de grupos de agricultores inter-relacionados é possível acessar as regulamentações instituídas para os sistemas de certificação. As redes assumem caráter local reunindo grupos que se articulam regionalmente e depois nacionalmente. Tais articulações facilitam o acesso a outros mercados consumidores, pois podem se constituir como redes certificadoras com custos reduzidos. Neste caso o certificado de conformidade é conferido ao grupo (FONSECA, 2005).

Uma das redes que trabalha com a certificação participativa da produção é a Rede Ecovida de Agroecologia³⁰. A Ecovida surgiu em 1998 com o objetivo de reunir os diferentes atores envolvidos no movimento de produção, comercialização, formação e expansão da agroecologia, na região sul do Brasil, com enfoque para os camponeses organizados em grupos. A constituição da rede derivou da organização de diversos atores em torno do movimento pela agricultura alternativa, “apesar de que a organização deste formato da Rede possa ser considerada recente, ela tem uma trajetória importante no bojo dos movimentos sociais do campo, sobretudo os vinculados à agricultura alternativa tais como o TA-Sul, - Rede de Tecnologias

²⁸ Informações obtidas em: <http://www.aba-agroecologia.org.br> acesso em janeiro 2012

²⁹ É preciso esclarecer que apesar de existirem muitas outras redes, grupos e associações ligadas a agroecologia, nos aprofundamos um pouco no estudo da Rede Ecovida em função do vínculo da COOPERAFLORESTA à rede. Porém, para maiores informações recomendamos a leitura de Luzzi, (2006). A pesquisadora indica que foram criadas diversas redes e articulações estaduais e regionais de promoção da agroecologia, especialmente após o I ENA, essas redes orientam-se na busca por direitos dentro das políticas públicas de ATERs. Entre as principais destacam-se: ANA – Amazônia, Grupo de trabalho amazônico, Articulação Capixaba de Agroecologia, Rede Mineira de Agroecologia, Rede Cerrado e Rede ATER – Nordeste.

³⁰ Informações obtidas em: <http://www.ecovida.org.br> acesso em janeiro de 2012.

Alternativas” (RAMDOSKI, 2008, p. 5).

Os objetivos da Rede Ecovida são: Desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia; organizar a rede sem hierarquias; estimular o trabalho associativo e cooperativo na produção e no consumo de produtos agroecológicos; reconhecer os grupos de agricultores e suas famílias; articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas proporcionando espaços de formação e educação; aproximar de forma solidária, agricultores e consumidores, (urbano e o rural); estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular; ter uma marca e um selo que expressam o comprometimento; articular políticas públicas afins; consolidar a soberania e a segurança alimentar; (REDE ECOVIDA, 2007, citada por DOUTORADO MADE, 2009; RADOMSKI, 2008).

Apesar de a certificação participativa ser apenas um de seus objetivos, a constituição de uma rede que ofereceu procedimentos diferenciados de certificação foi o principal fator motivador de sua consolidação (DOUTORADO MADE, 2009). O processo desenvolvido pela Rede Ecovida tem suas especificidades, pois buscou constituir-se sem depender das “organizações e institutos acreditados por federações e organismos internacionais” desenvolvendo uma identidade e um selo próprio que afirmam a conformidade do produtor com os propósitos mencionados (RADOMSKI, 2008 p. 3).

A Rede Ecovida(sd)³¹ considera a certificação participativa como:

um sistema solidário de geração de credibilidade, onde a elaboração e a verificação das normas de produção agroecológica são realizadas com a participação efetiva de agricultores e consumidores, buscando o aperfeiçoamento constante e o respeito às características de cada realidade.

Uma questão interessante que podemos relacionar às conquistas da Rede Ecovida é sua contribuição para a institucionalização dos Sistemas participativos de Garantia de Qualidade Orgânica. A mobilização para a consolidação da Rede teve sua repercussão no processo de construção da Lei Federal de 2003 e regulamentação dos sistemas de conformidade orgânica, invertendo a lógica de adequação às normas prontas. Nesse caso houve sugestão de novas possibilidades, aceitas e normatizadas.

A Rede Ecovida é constituída por núcleos inter-relacionados entre si, os quais se configuram como micro redes de associações de agricultores, ONGs, técnicos, e

³¹ Fonte: Sítio eletrônico da Rede Ecovida, <http://www.ecovida.org.br> acesso em janeiro de 2012

cooperativas de consumidores, podendo abranger mais de um município. Os núcleos constroem os espaços de ação e apresentam distintas identidades e autonomias (Ver figura 1) (DOUTORADO MADE 2009, RADOMSKI, 2008).

As trocas são incentivadas pela rede (conhecimentos, sementes, experiências, etc.) dentro dos núcleos e entre os núcleos, por meio de eventos e festas, sendo estes últimos considerados forças de coesão social. As trocas também podem ser relacionadas a resistência dos agricultores, ao que lhes é imposto, e ao mesmo tempo geradoras de autonomia em relação a sua base de recursos. Também são incentivadas as feiras agroecológicas para a comercialização direta dos produtos (RAMDOSKI, 2008; TOURAINÉ, 2011; PLOEG, 2010)

É no âmbito do núcleo que se desenvolve o processo de certificação participativa, não havendo um grupo diretivo geral. Visto que a Rede não é constituída juridicamente, se criou a Associação Ecovida de Certificação Participativa que responde pelo selo (GAO, 2004). O que se propõe é um controle social descentralizado, que se refere à assunção da responsabilidade de cada envolvido pelo processo que lhe cabe.

Radomski (2008) nos explica que há diferentes fases nesse processo de certificação. O processo se inicia a partir de oficinas definidas dentro do grupo de agricultores que aspira receber a certificação por meio do sistema participativo e, por consequência articular-se a um núcleo da rede. A iniciativa de se filiar a um núcleo e à rede precisa ser do grupo de agricultores.

Nessas oficinas são construídos os objetivos e compromissos do grupo para com a agroecologia, se reflete sobre as ideias e propósitos do grupo que busca a certificação. A seguir é preciso compreender e discutir questões a respeito dos Sistemas de Conformidade e Garantia e os pormenores de um sistema participativo, quais são os procedimentos exigidos pela legislação nacional para a produção agroecológica e quais as vantagens e compromissos de um sistema participativo em rede.

É importante esclarecer que há um regulamento interno da Associação Ecovida de Certificação Participativa que busca se adequar às normas pré-estabelecidas para a produção orgânica. Mas a Rede também objetiva produzir normas que sejam amplas o suficiente para permitir sua maleabilidade frente aos diferentes tipos de agroecossistemas e seus variados estilos de manejo, organizações sociais e culturais. Ao mesmo tempo, tais normas precisam ser

verificadas simplificadaamente por qualquer pessoa, entre agricultor, técnico e consumidor (GAO, 2004).

Posteriormente às reuniões iniciais, o grupo envia ao núcleo uma proposta de filiação expondo suas discussões e intenções, há também um formulário de requerimento específico do produtor. A seguir, o grupo recebe a visita do conselho de ética que deve trazer para o grupo um olhar externo sobre o processo, tal conselho é gerado no âmbito do núcleo devendo apresentar composição mista (agricultores, técnicos, consumidores, etc). Após a visita e análise do conselho, se autoriza ou se nega o pedido de certificação. Assim, o processo de certificação é realizado pelo núcleo regional e comunicado à Rede. Em casos onde sejam identificadas ou comunicadas desconformidades com a proposta da Rede, se direciona o caso para comissões e conselhos de ética para proferir algum parecer.

As instâncias envolvidas na rede são a Propriedade, o Grupo de Agricultores, o Núcleo Regional e a Rede. A propriedade inclui o agricultor e sua família. Tais atores devem buscar converter suas unidades de produção, caso ainda não trabalhem com sistemas agroecológicos, informar-se e organizar-se para construir o plano de manejo da propriedade e seu compromisso com a agroecologia.

O Grupo de Agricultores engloba várias famílias de agricultores que trabalham juntas em um processo de formação da proposta de certificação e posteriormente em encontros periódicos para fortalecimento do grupo e capacitação. O grupo também desenvolve meios de autoavaliação e autorregulação para buscarem a certificação.

O Núcleo Regional corresponde à articulação de diversas instâncias, grupos de agricultores, cooperativas de consumidores, centros tecnológicos, ONGs, entre outros. O Núcleo deve organizar eventos para a formação e inter-relação dos grupos que o compõem fortalecendo o desenvolvimento da responsabilidade mútua. Este deve ainda realizar a mediação da comunicação em rede e desenvolver um Conselho de Ética que, além de emitir os pareceres junto aos grupos de agricultores, decide sobre os casos de suspensão.

A Rede Ecovida promove a inter-relação entres os demais núcleos, gerenciando as necessidades legais por meio da Associação Ecovida de Certificação Participativa, organiza entre seus membros um Conselho de Ética, um Conselho de Certificação e Comissões Técnicas de trabalho e estudo. Também trabalha na produção e organização de eventos gerais, chamados de Encontros

Ampliados da Rede Ecovida de Agroecologia.

A sequência de oficinas, encontros e eventos associados ao processo de certificação participativo pode gerar “laços” entre os atores envolvidos, o que pode ser relacionado à maior possibilidade de comprometimento do agricultor com o grupo (RADOMSKI, 2008).

A certificação participativa parte do pressuposto da confiança na geração da credibilidade dos produtos. A credibilidade gerada ultrapassa a unidade do grupo de agricultores, pois remete à responsabilidade do grupo para a credibilidade da própria rede e ao compromisso assumido para com os outros 3000 agricultores associados na Rede. Caso o agricultor não siga as orientações definidas em grupo e orientadas pelos princípios da agroecologia, ele compromete o grupo todo, com a possibilidade de perderem o vínculo com a Rede e o selo de garantia, tendo em vista que o selo é concedido ao grupo (RADOMSKI, 2008; DOUTORADO MADE, 2009)

Ao total fazem parte da rede 30 ONGs, 300 grupos de produção, 3000 agricultores e 10 cooperativas de consumidores. Por meio da observação da experiência da Rede Ecovida, pode-se dizer que a construção de um projeto de certificação participativo, demonstra a força da luta pelos direitos dos agricultores, consumidores e outros atores envolvidos, e também que “são possíveis outras maneiras de verificação e controle da produção agroecológica socialmente construída” (RAMDOSKI, 2008 p. 18).

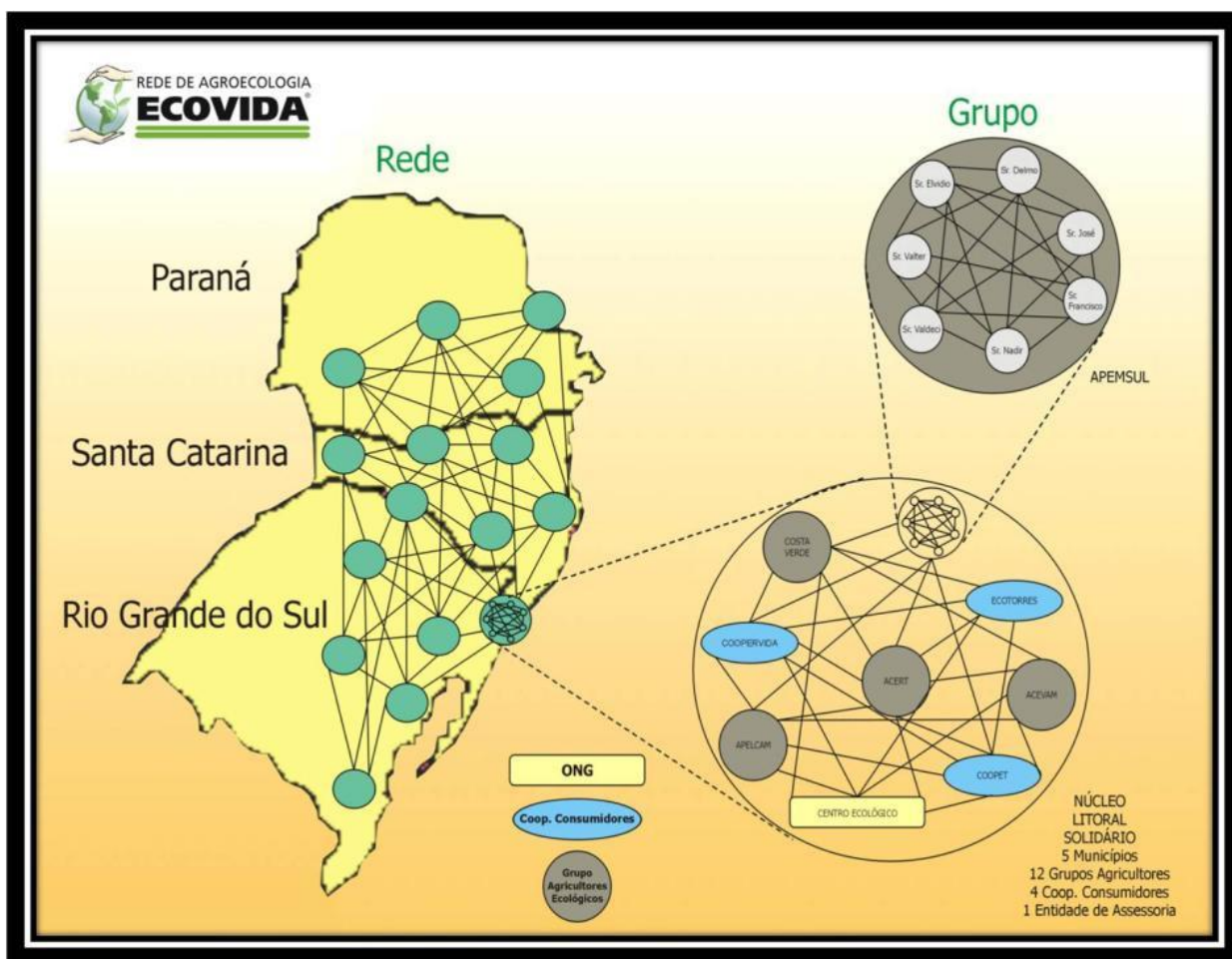


Figura 1 Estruturação de um núcleo dentro da Rede (REDE ECOVIDA, 2007)

3.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a leitura deste capítulo é possível compreender a problemática deste trabalho. Ele partiu de uma problemática geral que atinge a agricultura camponesa como um todo, a qual pode ser chamada de Crise Alimentar. Abordou estratégias de enfrentamento e resistências ao modelo industrial de produção e organização do setor de alimentação, a exemplo do Movimento Agroecológico. Entretanto, vimos que a racionalidade instrumental e econômica foi se apropriando das alternativas recriadas. Ou ainda que as próprias lutas por legitimidade geraram a possibilidade de moldar os agricultores e sua produção dentro de normas e imposições e ou mecanismos de dependência, como pudemos analisar no processo de Certificação e construção de políticas públicas. Vivenciamos neste momento a necessidade de novas resistências contra a possibilidade de submissão da autonomia dos agricultores à dependência e exclusão daqueles que ainda não têm possibilidade de acessar os mecanismos institucionais.

Ao observar a trajetória do Movimento Agroecológico (ver quadro 2) suas repercussões no desenvolvimento da agricultura no Brasil e também na construção de políticas públicas, se pode perceber grandes mudanças que transformaram tanto o Movimento quanto os estudos nesses últimos 10 anos. Destacaram-se as diferenças entre os estudos realizados anteriormente a publicação da Lei 10.821 de 2003. Nesses se apontavam questionamentos relacionados às inseguranças do processo de institucionalização e se este mecanismo regulamentador continuaria se convertendo em um mecanismo excludente.

Há muitas conquistas e avanços na busca por legitimidade e construção de novos espaços e mercados, como nos mostram as ordenações permitidas pelos sistemas participativos de certificação. É possível observar também que, dentro das discussões, foram aprofundados os temas dos direitos humanos e que as questões ecológicas alimentam cada vez mais as pautas do MA, ao mesmo tempo em que se alinham com questões de gênero. Afirma-se que a adesão ao consumo de produtos agroecológicos também continua crescendo, conforme nos indicou Fonseca (2005).

A partir desta abordagem pode-se dizer que entre os principais desafios na consolidação da proposta agroecológica mediante o processo de institucionalização e ao contexto mundial de transformação social definido pelas sucessivas crises econômicas, sociais e ambientais se visualiza a necessidade de constantes análises e construções críticas a respeito do próprio Movimento Agroecológico. Haja vista a possibilidade de fazer emergir sujeitos na construção de novos paradigmas e realidades sem transformar-se em uma nova hegemonia (SOUSA SANTOS, 2005; TOURAINE, 2011).

É possível afirmar que ainda há um longo caminho para construir a legitimidade da proposta agroecológica sem render-se ao domínio da economia do mercado financeiro (GUERRA, 2010; BRANDENBURG, 2002). Constituir-se enquanto resistência aos modelos instituídos de produção industrial faz-se ainda necessário, tendo em vista que o cenário de crise econômico mundial pode afetar o desenvolvimento de novas possibilidades de existência, pois ele não amadurece os frutos e “não derruba somente as folhas mortas, mas as próprias árvores”. (TOURAINE, 2011, p127)

1960 - 1970	<ul style="list-style-type: none"> - Êxodo rural; - Denúncias da contaminação pelo uso dos Agrotóxicos;
1980	<ul style="list-style-type: none"> - Agroecologia surge como Campo de conhecimento; - Grupos de agricultura alternativa; - CPT e AS-PTA se reúnem com grupos de agricultores valorizando práticas tradicionais de produção; - EBAA's – Encontros Brasileiros Agricultura Alternativa; - Formação de ONGs e instituições de pesquisa;
1990	<ul style="list-style-type: none"> - ECO 92 – Associação com o Movimento Ambientalista; - Institucionalização internacional da Agricultura orgânica; - Pressões pela institucionalização no Brasil; - Expansão do mercado, em função da busca por alimentos saudáveis; - Expansão de produtores orgânicos; - Adoção da Agroecologia pelas ATERs (EMATER, etc);
2000 -2012	<ul style="list-style-type: none"> - ENA - Encontros Nacionais de Agroecologia; - ANA – Articulação Nacional de Agroecologia e formação de outras redes (Rede Ecovida de Agroecologia); - GAO – Grupo de Agricultura Orgânica; - Regulamentação por meio da Lei nº10.831/03 e Decreto nº6.323/07 Sistema Nacional de Avaliação da Conformidade Orgânica; - Institucionalização dos Processos de Certificação participativa; - Reconhecimento da Agroecologia como uma possibilidade de agricultura mais sustentável;

Quadro 2 Linha do Tempo do Movimento Agroecológico Brasileiro

O que pode fazer emergir uma “situação pós-social”, na construção de outras realidades em que a agroecologia e outras formas de produção de alimentos se tornem, não somente a solução para os problemas gerados pelo modelo da

sociedade industrial, mas, uma possibilidade de construir novos futuros? A capacidade dos atores de se autotransformarem, a confiança em si mesmos e as ações coletivas baseadas nos direitos humanos, podem juntas constituir-se como um dos caminhos. Acredita-se que a assunção de si possa nos colocar na direção de uma evolução progressiva para outro tipo de sociedade, onde a consciência e o projeto estejam presentes e embasados nos direitos universais (TOURAINÉ, 2011).

Podemos então acreditar que o Movimento Agroecológico, fertilizado por uma consciência de si, crítica e combatente (e autocrítica) ao mesmo tempo em que tenha bom conhecimento do inimigo a ser combatido e do reconhecimento das implicações deste embate, poderá ser parte na “reconstrução de um conjunto social vivo e ativo” na geração de novas realidades (TOURAINÉ, 2011 p. 130).

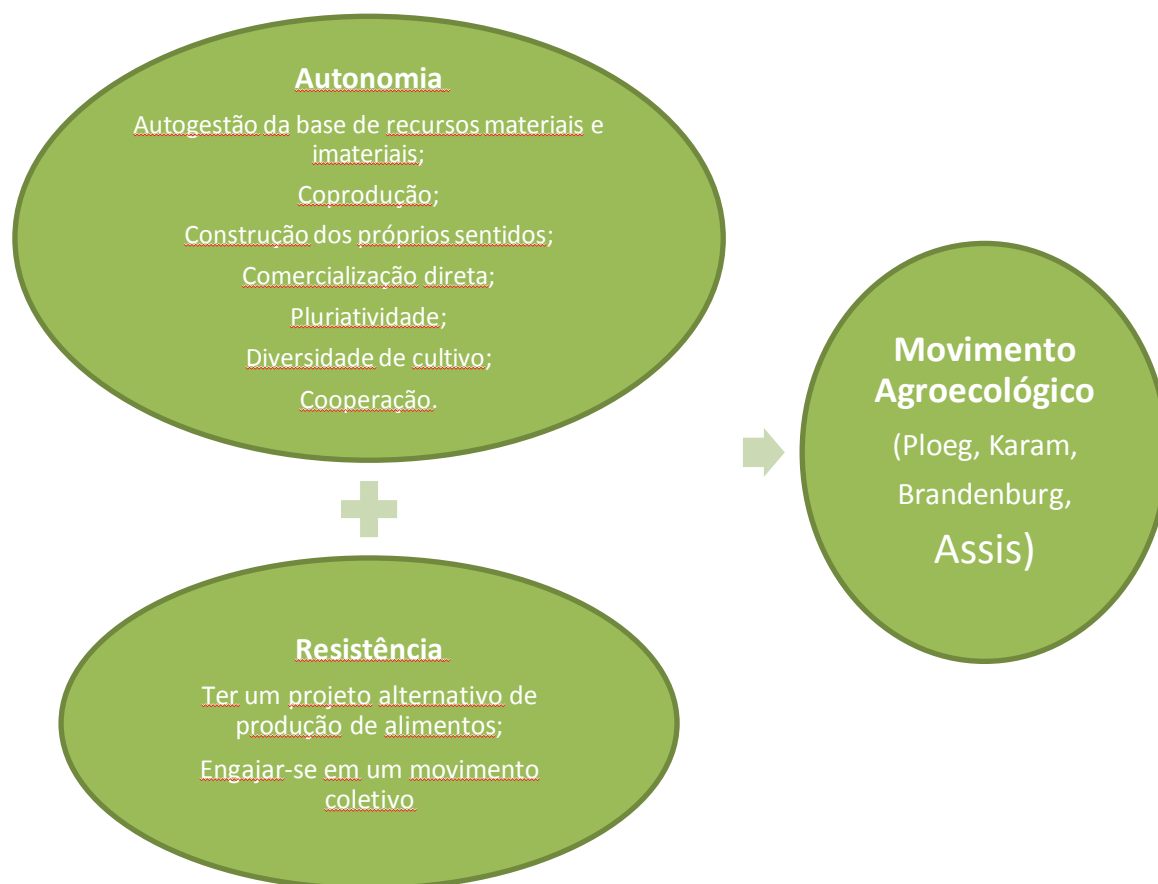
Para retomarmos nosso objetivo com o estudo do Movimento Agroecológico, qual seja a relação com as categorias de resistência e autonomia, construímos um quadro 3, para fins analíticos, com os elementos constituintes da resistência ao modelo instituído de produção de alimentos e a autonomia dos agricultores em relação aos seus projetos de vida.

Consideramos que para a geração de resistência ao modelo de ordenamento industrial, ou ao “Império” (PLOEG, 2008), é importante construir um projeto alternativo de produção de alimentos e organizar-se em um movimento coletivo, que, para o caso do MA se constitui como um movimento híbrido, com reivindicações econômicas, políticas, sociais, ambientais, culturais e de gênero.

Nesse processo de resistência é preciso construir a autonomia do agricultor em relação ao seu projeto de vida. Para isso a autogestão da base de recursos materiais e imateriais é importante, pois pode gerar projetos com diversidade de cultivos e agregar diversas outras atividades à produção, o que se define pela pluriatividade. Destaca-se que a pluriatividade pode promover a independência do agricultor em relação às condições climáticas, por exemplo.

Um dos fatores geradores de independência e, por isso de autonomia, é a comercialização direta, a qual pode ser realizada individualmente ou em uma relação de cooperação. Esta última também é favorecida pela organização de grupos, que formam a base para o movimento coletivo. Orientado por esses fatores anteriores o agricultor pode desenvolver uma relação de coprodução com a natureza em que os benefícios da integração são mútuos. E por fim, assumindo para si estes posicionamentos é possível que o agricultor ou o grupo construa os próprios

sentidos de sua ação social e desenvolva sua autonomia, relativa a esses sentidos, mediado pelas relações acima descritas como a ideia de cooperação e coprodução.



Quadro 3 Elementos constitutivos da Resistência e Autonomia para o Movimento Agroecológico

4 O PRESENTE OLHAR PARA A COOPERAFORESTA: PASSOS E MÉTODOS.

Este capítulo tem o objetivo de situar e esclarecer ao leitor sobre as motivações e situações que geraram este trabalho, tanto no âmbito epistemológico quanto metodológico, pois descreve o percurso intelectual da pesquisa. Após sua leitura será possível compreender porque escolhemos a COOPERAFORESTA e quais razões nos levaram a desenvolver os procedimentos metodológicos definidos. Também será esclarecido o processo de construção das hipóteses de pesquisa e ainda algumas transformações ocorridas no decorrer do tempo, tanto no olhar da pesquisadora e seus orientadores, quanto nas próprias perguntas da pesquisa.

4.1 UMA APRECIÇÃO E JUSTIFICATIVA EPISTEMOLÓGICA

Ploeg (2008) nos aponta duas tendências nas ciências sociais para a produção de conhecimentos sobre o rural. Primeiro, a corrente hegemônica que trata o agricultor e especialmente o camponês como uma classe que tende a ser suprimida pelo modo “imperial” de se fazer agricultura que inevitavelmente será convertida em produção empresarial e industrial. Segundo o autor tal vertente gerou uma imagem equivocada do rural e uma marginalização constante do modo camponês de vida e trabalho, justificando as necessidades de modernização industrial e instrumentalização da agricultura.

A segunda corrente está voltada para o estudo dos processos de recampanização, até pouco tempo negligenciados e sem representação teórica. Estes estudos reconhecem a existência de camponeses e suas lutas pela autonomia. O camponês, sob a perspectiva de Ploeg (2008) coexiste na condição de agente com a agricultura industrial, lutando pela construção e defesa de seus recursos materiais e imateriais.

Nesta direção, Ploeg (2008) indica que o rural representa a fonte da produção de novos conhecimentos. Partindo da perspectiva teórico-prática e sob a ótica da integração entre a pesquisa e o rural, estudos dentro desta segunda corrente podem trazer para a academia o que o autor considerou como “novidades”, isto é um conjunto de inovações periféricas aos sistemas, mas que, de modo agregado, representam potencial para se afirmarem como modelos alternativos de produção e consumo alimentar. Ademais, o autor sustenta que o acordo produtivo entre

agricultores e cientistas possibilita um melhor diálogo com o Estado facilitando, por exemplo, negociações em questões ambientais, atualmente deslocados da realidade agrícola.

Aproxima-se neste contexto a discussão de Boaventura Sousa Santos (2009, 2005) sobre a necessidade de democratização da ciência. O autor indica ser preciso o desenvolvimento de novas relações entre os cidadãos e a comunidade científica, desligando os cidadãos da categoria de objetos, tendo em vista que o projeto progressista da ciência não alcançou os resultados esperados. Sousa Santos está engajado em um processo que busca a inovação nas ciências sociais e a reinvenção da emancipação social. Para isso aponta que a transição paradigmática, fruto da crise de confiança epistemológica e confrontação entre conhecimentos rivais, abre campo para a inovação. Esta possibilidade depende de cientistas (ativistas e pesquisadores) sociais engajados e comprometidos com a produção de conhecimentos em prol da autonomia, igualdade e “solidariedade política com as lutas sociais dos oprimidos” (SOUSA SANTOS, 2005, p. 17).

Baseando-se nestas contribuições entendemos que esta postura epistemológica visualiza outras formas de produção de conhecimento as quais aspiram os campos interdisciplinares trabalhados pelo PPG-MADE³², Compreende-se também que uma pesquisa desenvolvida em grupo de estudo, como este mestrado, traz respostas e perguntas mais completas à sociedade, além de proporcionar a mudança do próprio pesquisador. Portanto, se explicita como justificativa desta escolha epistemológica e metodológica a possibilidade de diálogo multidisciplinar entre a agronomia, educação, sociologia, nutrição, direito e filosofia, campos de conhecimentos presentes no grupo de pesquisa do mestrado. E quiçá indica a possibilidade de diálogo com outros saberes teórico-práticos como os dos agricultores agroflorestais.

4.2. COMO ESTUDAR OS SUJEITOS?

O método sociológico de Touraine para o estudo do sujeito convida a priorizar a investigação das ações e das relações sociais, entendendo que há para além dos discursos um sistema de significações e por detrás da sociedade instituída,

³² Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento – MADE ao qual a pesquisadora se insere.

há a sociedade instituinte, o sujeito. (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004 p. 256)

Assim, o autor acredita que a sociedade está agindo sobre seus membros da mesma maneira que os indivíduos e grupos estão agindo sobre ela: a constroem, a destroem e a reconstroem. Nesse sentido a produção e reprodução do social também são processos de autotransformação. E o pesquisador necessita “encontrar o movimento de produção da sociedade por si mesma” (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004, p. 257), o que pode ser trabalhado por um sistema de hipóteses, buscando fazer emergir o que está escondido.

É possível afirmar que a postura epistemológica de Touraine, na prática de pesquisa, se aproxima de uma perspectiva de promover ações sociais e possíveis mudanças no contexto estudado. Quando o pesquisador está presente e participa dentro do procedimento de pesquisa, ele deve facilitar e fortalecer a construção dos indivíduos enquanto sujeitos.

Em sua obra “A Busca de Si”, Khosrokhavar e Touraine (2004, p. 130) esclarecem que, em suas pesquisas atuais, Touraine prefere dedicar maior enfoque sobre os indivíduos:

Se eu tivesse ainda alguns anos para dedicar à pesquisa, daria prioridade a uma nova onda de intervenções sociológicas que seriam bem mais centradas sobre os indivíduos, tentando talvez, estabelecer relações interpessoais com eles, mas que, de toda maneira, fariam com que os grupos refletissem sobre suas próprias experiências individuais, produzindo o esforço para extrair de cada um o sentido de suas preocupações individuais. As pessoas têm muito mais peso do que seus atos ou palavras.

Neste sentido compreendendo que os caminhos para o estudo aprofundado do Sujeito envolvem a intervenção sociológica, Touraine (2007, p. 125) esclarece que:

Para o sociólogo, o sujeito não é apenas uma noção construída através de um procedimento intelectual geral: ele deve ser observável, ou seja, apresentar-se à consciência dos atores sociais ao mesmo tempo em que é reintegrado pelo analista numa situação social que corresponde ao maior número possível de suas características.

O processo de intervenção sociológica propõe a busca do sujeito no interior dos discursos e práticas. Ele consiste em uma relação do pesquisador, geralmente um grupo de pesquisadores, a partir de uma situação de pesquisa em que o pesquisado se depara com o outro. O outro de seus conflitos internos, o outro que defende os mesmos direitos ou ainda o outro oponente.

O método de intervenção necessita de um acordo de pesquisa em que há

envolvimento de longa duração dos pesquisadores com o grupo pesquisado. No processo da intervenção sociológica, o pesquisador exercita o grupo para visualizar o nível mais alto de sua ação, se centrando sempre nos sentidos produzidos. No momento expoente da pesquisa, há a introdução da hipótese central. A seguir se observam os resultados de tal introdução dentro do grupo pesquisado. O método prevê uma aproximação dos pesquisadores com os atores da pesquisa buscando devolver para eles o próprio sentido possível de sua ação e, ao mesmo tempo, avaliando o engajamento do ator no movimento e na ação social (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004). Assim, movimento social pode ser visto como uma categoria de ação que possibilita investigar se há evidências de transformações da lógica social e construção de novas realidades.

4.2.1. O estudo da resistência e autonomia do sujeito agroecológico: Construindo hipóteses de pesquisa

Percebe-se que na América Latina de modo geral, há conformações mais híbridas de movimentos sociais, em que estão surgindo novos atores e práticas coletivas, em que suas reivindicações culturais e as buscas por novos padrões de relações sociais, se somam às lutas pelo poder e contra hegemonia política (CALDERÓN e JELIN, 1987). Mesmo com suas constantes contradições e conflitos (inerentes) os movimentos emancipatórios se mantêm “ao lado dos direitos universais do indivíduo” - liberdade, igualdade, justiça e respeito, e por isso podem constituir-se como espaços de emergência de sujeitos (TOURAINE, 2007 p. 141). A experiência de ser sujeito é uma possibilidade constante no desenvolvimento do ser, apesar de compreendermos que não há possibilidade de sermos sujeitos autônomos todo o tempo.

Portanto, se supõe neste estudo, que o Movimento Agroecológico se constitui de um campo propício para a emergência de sujeitos e pode favorecer a construção da autonomia do agricultor com respeito ao outro. Consideramos o Movimento Agroecológico como um movimento híbrido (social e cultural) haja vista que Touraine mediante seus estudos sobre os Novos Movimentos Sociais no Brasil, compreende que os aspectos econômicos ainda são bastante importantes dentro das pautas (TOURAINE, citado por ALONSO, 2009).

Compreende-se que este sujeito emergente nos movimentos sociais está sempre em construção, sempre se recriando em processos de subjetivação e dessubjetivação. Nesse sentido, a perspectiva de luta por direitos pessoais e coletivos, se indica como uma das suas principais características. O exercício da autonomia, como uma forma de autoconstrução e autoafirmação, também se define como uma busca constante, pois lutar por direitos pessoais e coletivos implica na defesa de interesses e projetos de vida, individuais e coletivos.

A observação das lutas e contradições que os atores do Movimento Agroecológico vêm enfrentando indica que o sujeito está perpassando as buscas pela institucionalização consciente, os desafios em torno da legitimidade do conhecimento agroecológico e especialmente no dia a dia para a permanência do agricultor agroecológico no campo.

Acredita-se também no potencial transformador de mentes, comportamentos e quiçá mudança social, que a assunção para si de reflexões agroecológicas pode desencadear tendo em vista os elementos sociais, culturais, psicológicos e valorativos, constituintes deste ser.

Contudo, defender uma possibilidade de mudança por meio da agroecologia não significa assumir uma visão ingênua sobre o movimento. Para não ter uma postura apaixonada é preciso questionar-se sobre a proposta de ser alternativo. Estes que se propõem alternativos, também são atravessados por valores internalizados, por processos de socialização mediados por instituições e por relações de poder. É necessária a reflexão crítica sobre o próprio movimento.

Touraine (2007) alerta para a possibilidade que ronda os movimentos sociais, mesmo os novos formatos ambientalistas e culturais, de assumirem caminhos que podem tolher, desvalorizar ou suprimir o desenvolvimento e expressão do sujeito e sua autonomia. Comunidades que se fecham sobre si mesmas e afirmam a autonomia dos seus integrantes, muitas vezes estão direcionando os discursos e a liberdade de seus membros, ou seja, impondo características idealizadas, mas que não se constituem como elementos presentes na cultura dos envolvidos. Por isso, as restrições no processo de construção e emergência de sujeitos autônomos não estão somente vinculadas ao externo, ao instituído pelo social hegemônico, mas também podem ser internas aos grupos.

Em resumo, enfocando a ideia de autonomia do agricultor camponês podemos relacioná-la a três possibilidades, centrais para este estudo: Primeiro, o

modelo industrial instituído para a produção de alimentos ignora a existência de diversificados projetos de vida e conhecimentos individuais e coletivos presentes na agricultora agroecológica.

Segundo, o sujeito constrói novas regras e as institui, com um movimento duplo de formação, porém, muitas vezes o instituído se converte em um mecanismo excludente, desenvolvendo estruturas prontas que podem ser repressoras na aceitação de novos sentidos. No caso do Movimento Agroecológico, o problema não seria instituir regras, mas gerar novas exclusões mediante a institucionalização, afastando-o da construção da autonomia.

Terceiro, uma organização comunitária pode também suprimir o exercício de autoconstrução, pois, mesmo existindo um processo de luta contra o instituído externo, podem se construir fundamentalismos que não observam os direitos individuais de liberdade, impossibilitando a autonomia.

Em síntese, definimos o alicerce para a realização da pesquisa: Buscamos nos aproximar de uma pesquisa que contempla o rural como um espaço propício a geração de novos conhecimentos e realidades. Estudamos as categorias de Resistência e Autonomia na teoria dos sujeitos de Touraine e suas orientações metodológicas. E ainda a emergência do Movimento Agroecológico como um movimento híbrido, entre os Novos Movimentos Sociais e os Movimentos Sociais Tradicionais, que pode construir resistências ao modelo instituído de produção de alimentos e geração de autonomia do agricultor. Mediante esses ancoradouros e a pesquisa exploratória na COOPERAFORESTA construímos nossas hipóteses indicadas na introdução e escolhemos algumas técnicas metodológicas indicadas por Touraine para o estudo dos sujeitos, haja vista que não tínhamos condições e tempo hábil para desenvolver toda a orientação metodológica proposta.

4.3 OS PASSOS E PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

A partir da perspectiva interdisciplinar o PPG-MADE, iniciou o programa de mestrado no ano de 2010, mediante a maturidade do programa de doutorado, com 20 anos de experiência. Os novos alunos mestrandos foram aproximados dos grupos de pesquisa formados na turma anterior de doutorado. A partir desta união os

discentes desenvolveram uma visão geral sobre a interdisciplinaridade³³, trabalhada de modo intensivo nos grupos de estudo das turmas de doutorado. Face às dificuldades de, no curto espaço de tempo do mestrado, integrar mestrandos de diferentes disciplinas, se considerou que, mesmo que os trabalhos não atingissem as características da interdisciplinaridade, a visão multidisciplinar, ou seja, múltiplos olhares sobre o mesmo problema, já configuraria um avanço significativo para o nível de mestrado. Sendo assim, a inclinação inicial da pesquisadora aliou os estudos com o grupo de pesquisa da turma de doutorandos sobre a Questão Alimentar e Agroecologia.

Os doutorandos haviam escolhido como instituição aglutinadora dos estudos a Rede Ecovida de Agroecologia que, segundo eles, responde aos anseios dos pesquisadores envolvidos, haja vista que configura formas alternativas de produção e comercialização agrícola além de apresentar “formas não oficiais de regulação que posteriormente foram regularizadas pelo direito” como a certificação participativa (DOUTORADO, 2009, p. 5).

O grupo do doutorado realizou levantamentos sobre os subgrupos de agricultores pertencentes à Rede Ecovida de Agroecologia. Alguns dos alunos entenderam que o núcleo da COOPERAFORESTA, que desenvolve os sistemas agroflorestais, seria muito apropriado para estudos aprofundados sobre as alternativas ao modelo de produção agrícola instituído, tema que permeia todas as pesquisas do grupo.

Este estudo se delineou engajado neste grupo de pesquisa, a partir do acordo de que há outras possibilidades de produção de conhecimento junto a este núcleo de produção agroflorestal que, como indicado acima, se diferencia dos demais grupos da rede Ecovida em algumas peculiaridades, tais como: a comercialização conjunta, a realização de mutirões de trabalho e capacitação e a produção agroflorestal.

Foi também consenso que o núcleo poderia atender aos interesses de pesquisa dos mestrandos. Sendo assim, se esperou que o grupo pudesse dialogar a

³³ Interdisciplinaridade pode ser entendida como “o propósito de reorientar o conhecimento para reapreender a unidade da realidade e para solucionar os complexos problemas gerados pela homogeneização forçada que induz a racionalidade econômica-tecnológica dominante. Esse projeto busca fundamentar-se num método capaz de fazer convergir os olhares dispersos dos saberes disciplinares sobre uma realidade homogênea, racional e funcional, eliminando as divisões estabelecidas pelas fronteiras dos territórios científicos, cancelando o espaço próprio de seus objetos de conhecimento para reconstruir um mundo unitário” (LEFF, 2000, p. 170)

partir das fronteiras entre suas questões de pesquisa, tendo em vista que teriam o mesmo espaço e temática geral de pesquisa.

No decorrer do último trimestre de 2010, quando os mestrandos já estavam integrados no grupo de pesquisa sobre a questão alimentar, se realizaram as visitas iniciais de familiarização com a localidade e os atores envolvidos, nas quais foi desenvolvida a fase exploratória da pesquisa, em que os pesquisadores preencheram juntamente aos agricultores questionários para a renovação do cadastro para a certificação participativa da Rede Ecovida de Agroecologia.

Neste período o grupo se aliou a outro grupo de pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), tendo em vista a aprovação de dois projetos de pesquisa e extensão destas instituições em parceria com a COOPERAFORESTA.

Um dos projetos, denominado Agroflorestar, foi pleiteado pela COOPERAFORESTA junto à PETROBRAS com o intuito de promover a expansão do modelo de produção e organização agroflorestal para outras famílias em outras regiões. Como demanda, parte do conhecimento produzido a partir do manejo agroflorestal está sendo sistematizado e registrado com a participação dos agricultores. A COOPERAFORESTA contratou novos profissionais para a gestão do trabalho e compraram novos equipamentos. O outro projeto, Agroflorestas, é coordenado pela EMBRAPA em parceria com universidades, entre elas a UFPR (Curitiba e Litoral), e objetiva principalmente a sistematização e compreensão da tecnologia “agrofloresteira” para geração de modelos replicáveis.

A partir deste encontro entre os pesquisadores do MADE e os demais pesquisadores se formou um grande grupo de pesquisa. Percebeu-se neste momento a emergência de um desafio para organizar o trabalho com o intuito de atender os anseios dos pesquisadores sem cansar os agricultores e coordenar os levantamentos para a harmonização dos dados, buscando evitar esforços duplicados. Ressalta-se que o caráter multidisciplinar pôde multiplicar-se, pois o diálogo entre esta equipe de pesquisadores de múltiplas instituições pode resultar em visões das ciências naturais, sociais e econômicas.

Cabe aqui destacar as dificuldades que uma intervenção de pesquisa com dimensões não previstas e não realizada anteriormente na COOPERAFORESTA geraram. A necessidade de articular as pesquisas demandou um excessivo exercício

de organização e planejamento das intervenções, o que muitas vezes não acompanhou a necessidade de avanço dos trabalhos de campo. O numeroso contingente de pesquisadores dificultou o acesso aos atores, pois todos os procedimentos necessitaram de intermediação e aprovação para a execução. Não é pretensão de estas colocações criticarem a organização do processo, a Associação ou as manifestações do grupo de agricultores quando buscam informações sobre a pesquisa, apenas explicitar o momento e algumas tensões no processo de pesquisa.

Sendo assim, explicitamos nosso cenário de pesquisa: A Associação de Agricultores Agroflorestais em expansão, articulada com diversas instituições e pesquisadores. Inicialmente se acreditou que, neste espaço de trabalho, com a presença de muitos pesquisadores e seus conhecimentos baseados em modelos racionalistas, seria um momento favorável à realização deste estudo social. Os atores estariam frente a novas experiências e relações e, teoricamente, expressariam atitudes e narrativas interessantes à observação de resistências a processos instituídos dominadores e em relação à construção e exercício de sua autonomia, ou, ao contrário, do não exercício da autonomia.

Neste momento, se explicitam dois pontos de vista: primeiro, a execução da pesquisa, em meio a essas dimensões, poderia configurar um cenário montado para demonstração dos aspectos positivos da Associação aos pesquisadores, o que para nossos objetivos seria desfavorável, pois estaríamos frente a discursos prontos e atitudes programadas. Sob outro olhar, a partir da convivência com os agricultores, entendemos ser difícil a manipulação total dos fatos, mentes, discursos e acontecimentos coletivos. Portanto, se acredita que a observação e o estudo proposto puderam ser realizados com muita atenção e foco bem definido.

Durante o segundo semestre de 2011 os pesquisadores do grupo do MADE desenvolveram uma comunicação mais ativa com a COOPERAFORESTA sobre os trabalhos de campo. Esta ação de integração objetivou facilitar o trabalho, buscando autonomia nas locomoções e inserções, contando com a colaboração dos agricultores.

4.3.1 Uma pretensão metodológica

O estudo no campo buscou desenvolver uma abordagem afim à pesquisa fenomenológica, compreendendo que as observações do cotidiano dos atores, de

suas significações, inter-relações sociais, podem levar o pesquisador a revelar sentidos subjetivos ocultos que estão imersos no universo dos atores sociais (MINAYO, 1999) e também pode fertilizar a investigação com novas perguntas.

Esclarecemos, entretanto que, estudar os processos de subjetivação, propostos por Touraine, se constitui de tarefa muito delicada e requer a aplicação da metodologia de intervenção sociológica exposta acima. Isto necessitaria de um engajamento maior da pesquisadora no campo, como por exemplo, a permanência de alguns meses morando junto deles, convivendo em situações que permitissem a observação da construção do sujeito.

Algumas das situações interessantes, tais como assembleias e reuniões realizadas pelos associados à COOPERAFORESTA poderiam ser assistidas apenas mediante uma aprovação coletiva da observação pelos participantes, o que atrasaria deveras os procedimentos no campo tendo em vista a periodicidade desses encontros. Apesar de compreender esse procedimento, que se remete ao próprio direito de serem ou não pesquisados, imaginamos que se fôssemos submetidos a eles naquele momento poderíamos constituir análises parciais ou superficiais.

Assim, tendo em vista as questões gerais que animavam a pesquisa, no projeto e em nosso referencial teórico adentramos no processo exploratório. Partimos para as observações com esta questão central: será o movimento agroecológico vivenciado pela COOPERAFORESTA um terreno fértil para a emergência de sujeitos? Dessa forma foi possível construir e conhecer relações, ao mesmo tempo em que novas questões e tensões foram transformando a pesquisa, processo que explicamos a seguir.

A pesquisa exploratória, a análise das situações e do cenário que adentramos e o retorno ao referencial teórico nos mostraram que, para estudar a questão do sujeito em sua completude, muitos fatores precisariam ser somados à pesquisa, (tais quais a ideia de liberdade, a experiência e consciência de si) e nos fez compreender tamanha complexidade do tema, por isso essa seria uma análise desfavorável neste momento.

Sendo assim, a partir dos olhares sobre os primeiros resultados das observações se delineou o novo objetivo. Mudamos o foco do objetivo inicial: Identificar elementos que favoreçam ou dificultam a emergência de sujeitos, para o foco nas características essenciais do sujeito, adaptando-as a ideia de um sujeito

agroflorestal quais sejam: a resistência ao modelo instituído de produção de alimentos e construção da autonomia dos agricultores em relação aos seus projetos de vida. A delimitação das categorias nos permitiu realizar a pesquisa possível neste momento. Também este mesmo olhar para os primeiros diálogos e observações realizados junto ao preenchimento de questionários para a renovação do cadastro dos agricultores para a Rede Ecovida, parte do nosso acordo de pesquisa, possibilitou a geração de nossas hipóteses, originadas também após a construção da problemática do trabalho o que ocorreu simultaneamente ao estudo exploratório

Assim, mesmo enfocando apenas algumas características do sujeito, a resistência e a autonomia, o trabalho se alinha com os pressupostos metodológicos desenvolvidos por Touraine adaptando os procedimentos de coleta de dados para a situação da pesquisadora e dos pesquisados.

4.3.2. Procedimentos de coleta de dados

A observação participante, nosso procedimento central de coleta, pode ser definida como a inserção do pesquisador nas situações sociais dos pesquisados, em suas atividades cotidianas e cenários culturais. Neste movimento quando o pesquisador participa das atividades, consegue coletar dados importantes para desenvolver sua pesquisa. Ao mesmo tempo em que o pesquisador pode modificar o grupo é modificado por ele (MINAYO, 1999). Por isso é importante ao pesquisador manter-se sempre em vigilância para que sua aproximação seja um processo construtivo e não somente uma confirmação de suas concepções.

Concordamos com Denzin (citado por MINAYO, 1999) que a convivência com os pesquisados pode transformar as próprias questões de pesquisa, podendo medir a relevância dos questionamentos perante as observações do grupo. Malinowski, um dos precursores deste método, (citado por MINAYO, 1999) entende que é preciso ter em mente o que será observado e como observar, porém que os apontamentos precisam estar ancorados em uma teoria bem estabelecida. A apresentação dos resultados precisa diferenciar entre o que se refere à interpretação do pesquisador do que é observação direta.

A autonomia do sujeito de Touraine (2004) não pode ser apenas definida pelas palavras ditas, mas também pelas ações sociais dos sujeitos em seus momentos coletivos e pelo histórico de atuação do ator na Associação. E este ponto

é importante quando buscamos compreender nosso quadro teórico. Quando Touraine se foca sobre os indivíduos, entendendo sua potencialidade enquanto sujeito, esclarece que há construção primeiramente interna do sujeito, da busca pessoal de sentido para suas próprias ações. Contudo a sua efetiva construção depende da atuação enquanto ator social.

Assim sendo, os gestos, as manifestações sociais e culturais, as atividades cotidianas foram observadas pela pesquisadora com o intuito de montar um cenário do campo, conhecer seus atores e suas relações sociais. Em resumo apontamos aqui que realizamos uma pesquisa exploratória que nos permitiu a redefinição das nossas questões de pesquisa e conhecemos o cenário mediante a observação participante.

Procuramos observar e descrever os atores em sua organização social, investigar quem são construindo breves históricos sobre eles e como se relacionam. Também buscamos entender a instituição COOPERAFORESTA, definimos suas lógicas e relações internas. Este exercício nos permitiu construir uma problemática específica, descrita brevemente na introdução e desenvolvida ao longo dos demais capítulos.

Assim, se realizou um exercício descritivo dos processos sociais dos atores da COOPERAFORESTA como o mutirão de capacitação, caracterizado por um encontro mensal de dois ou três grupos de agricultores e um técnico da Associação para um dia de trabalho e qualificação, uma oficina da construção das “Estrelas de Agrofloresta”, a qual se refere a um exercício de autoavaliação dos agricultores e suas agroflorestas, o cotidiano familiar e o contato com os pesquisadores, cujas observações foram registradas em um diário de campo, no qual também foram anotadas as percepções e sentimentos da pesquisadora em seu processo criativo. Nessas observações foram coletadas narrativas em que se percebeu a presença ou ausência dos elementos constituintes da ideia de resistência e construção de autonomia dos agricultores. As narrativas, histórias e pensamentos do agricultor, contados livremente foram gravadas. Observou-se também como se desenvolvem as relações sociais, institucionais e associativas dos atores. Quando houve abertura se introduziu temas abertos que não estão presentes em todos os diálogos de maneira direta, mas em algum momento apareceram nas colocações. Entre os temas se destacam a perspectiva de passado, presente e futuro e os mutirões. O estudo destas descrições e percepções à luz das teorias sociais escolhidas

construiu a análise.

Para complementar o processo ocorreram também entrevistas semi estruturadas e abertas realizadas em conjunto com os demais alunos do grupo do MADE. Entrevistas semi estruturadas consistem em diálogos realizados com objetivos delimitados para investigação, combinando questões abertas e fechadas (MINAYO, 1999). As entrevistas abrangeram temas diversificados, mas que permitiram a abordagem e o relato de temas livres e narrações com elementos significativos para a identificação ou ausência de resistência e autonomia. É importante destacar que o estudo se delineou por amostragem não probabilística, definido no grupo de pesquisadores segundo um conjunto de critérios que atenderam as necessidades de todos. Aqui explicitamos alguns fatores específicos que nortearam a escolha dos atores para as entrevistas e observações de cotidiano:

Foram considerados os tempos de experiência dos agricultores com a agrofloresta e com a COOPERAFORESTA. Alguns dos selecionados acompanham o processo desde o início, há dezesseis anos, e alguns se engajaram há 5 anos. Este fator se justifica pela necessidade de entender se o tempo de experiência influencia na maneira como se relacionam social e institucionalmente e se há relações de hierarquia. Se o tempo de experiência influencia no desenvolvimento de resistências e na construção ou ausência de autonomia.

Considerou-se como um fator, a indicação de entrevistado, o que se refere ao que se chama de bola de neve. Ou seja, no decorrer da pesquisa poderiam surgir atores indicados pelos demais que pudessem responder às perguntas da pesquisa.

A disposição pessoal também foi importante na seleção dos entrevistados e observados. Supôs-se a possibilidade de alguns atores se apresentarem para dialogar mediante identificação com a discussão. Imaginou-se que isso pudesse ocorrer em virtude da observação participante de vivências sociais dos agricultores como o mutirão.

Optou-se também por entrevistar atores com engajamento na condução institucional e trabalho técnico.

Foi entrevistado um dos agricultores envolvidos na diretoria da Associação, outros três agricultores e também um técnico, bem como foi realizada a análise do histórico de atuação destes atores. Tais roteiros de entrevistas estão dispostos em apêndice e representaram uma referência a temas que foram trabalhados na entrevista, não tendo finalidade diretiva ou fechada.

Para fim de análises nas entrevistas se procurou investigar como os discursos são construídos quais os seus referenciais, quais são as similaridades entre eles. Questionou-se a partir da análise dos discursos, se as percepções verbalizadas pelos sujeitos podem relacionar-se a um movimento de resistência, que fatos em suas narrativas podem ser indícios de exercício de autonomia em relação ao modelo de produção de alimentos instituído, em relação aos seus projetos de vida, em suas relações de trabalho, nas formas de comercialização. Ainda se observou a autonomia do agricultor em relação à própria Associação. Tais análises foram importantes para levantar os dados que complementaram e especificaram a problemática de estudo.

Os diálogos e narrativas coletados estão presentes em diversos momentos do texto com objetivos diversos, por exemplo, no entendimento do contexto, quando versaram sobre a história da Associação ou em suas opiniões específicas sobre comercialização.

Em resumo, se explicita a abordagem qualitativa deste estudo, pois, como nos explica Yin (2005) esta abordagem permite entender as singularidades do objeto, e admite a complexidade das questões sociais, como este estudo a respeito dos espaços de resistência e construção da autonomia no olhar mais específico sobre a COOPERAFLORESTA e sua inserção no Movimento Agroecológico. Quanto ao objeto a pesquisa se classifica como exploratória e explicativa, pois a partir da descrição dos processos sociais, dos elementos analisados e confrontados com o alicerce teórico, foi possível inferir relações e explicações sobre as questões levantadas, sem pretensões de fechar as respostas, mas expor visões para novas análises e levantar novas questões.

Para isso, se apoiou ao mesmo tempo em uma pesquisa bibliográfica, que tem uma parte teórica e outra de análise documental. A análise documental se refere ao estudo de campo sobre a COOPERAFLORESTA, relatórios internos, cartilhas, estatuto e regimento interno da mesma Associação. A pesquisa de campo se constituiu mediante 11 (onze) viagens até a Barra do Turvo, sendo que duas se dedicaram à fase exploratória inicial, duas foram para a realização de oficinas de pesquisa com os pesquisadores e sete objetivaram a coleta de dados. Juntos, os procedimentos de pesquisa (observação e entrevista) abrangeram 30% (por cento) dos agricultores associados, totalizando 34 (trinta e quatro) agricultores e 2 (dois) técnicos.

Para orientar a análise dos dados partimos de nossas categorias resistência e autonomia, e buscamos identificar seus principais elementos constitutivos tendo em vista todo o referencial teórico trabalhado. Os elementos constitutivos estão reunidos nos quadros 1 e 3 e são retomados novamente no quadro 4. Quando identificamos tais elementos nos discursos e observações realizadas procuramos problematizar tal relação e desenvolvemos a análise mediante a aproximação dos dados e as interpretações dos elementos, assim orientamos o leitor para o caráter minucioso da observação, pois se buscou reunir grande número de aproximações com os elementos constituintes das categorias.

Este capítulo se revela como alicerce da pesquisa. Por meio da ferramenta descritiva buscamos trabalhar todas as amarrações e pormenores do processo de construção da pesquisa. Justificamos as escolhas de nossas categorias e procedimentos de coleta e análise de dados. Deste modo acreditamos que ele seja útil ao leitor quando questionar-se sobre como a pesquisa foi desenvolvida.

5 O MOVIMENTO AGROECOLÓGICO NA COOPERAFLORESTA

Este capítulo tem o objetivo de apresentar os detalhes do nosso campo de estudos. Demonstramos aqui um cenário social, geográfico, cultural e histórico do espaço onde realizamos a pesquisa, partindo dos depoimentos dos atores colhidos nas observações e entrevistas realizadas. Não abordamos com profundidade aqui os detalhes sobre a organização institucional da Associação, o processo de trabalho e a comercialização porque serão analisados nos capítulos seguintes para o teste das hipóteses. Dispõe-se nesta seção ainda a descrição sobre os atores pesquisados.

5.1 A BARRA DO TURVO: ONDE SURTIU A COOPERAFLORESTA

A Barra do Turvo é um município do estado de São Paulo localizado na divisa com o estado do Paraná (ver figura 2) que foi desmembrada de Iporanga - SP em 1964. A fundação do povoado data de 1852, com a chegada de Antônio Bueno Sampaio, que se instalou nas margens do rio Turvo se dedicando à criação de porcos e ao plantio de milho e feijão. No decorrer do tempo a criação de suínos se destacou, os quais eram enviados até Iporanga ou Itapeva de barco ou por tração de mulas.

Com uma população de 7.729 habitantes, área de 1.008km², o município se localiza na latitude 24°45'23" sul e na longitude 48°30'17" oeste, estando numa altitude de 158 metros.³⁴ Caracteriza-se por um relevo acidentado no bioma da Mata Atlântica. Em relação à hidrografia os principais rios que atravessam o município são: o Rio Turvo e o Rio Pardo. Grande parte do território está inserido em unidades de conservação, tanto de proteção integral com vistas apenas à preservação, quanto de uso sustentável. A Barra do Turvo possui 78,73% de sua área localizada dentro do Parque Estadual de Jacupiranga, criado em 1969 pelo Decreto/lei estadual nº145/69 (SÃO PAULO, 1969) que abrange 150 mil ha do litoral sul do estado de São Paulo com rico patrimônio geológico, biológico e cultural.

Recentemente, o governo do estado de São Paulo instituiu o "Mosaico de Unidades de Conservação de Jacupiranga" por meio da Lei nº12.810/2008 (SÃO

³⁴ De acordo com o sítio eletrônico do IBGE/Cidades, disponível em www.ibge.gov.br/cidadesat..

PAULO, 2008) que reorganiza os limites do parque e institui diversas outras modalidades de unidades de conservação nessa região. Destaca-se dentro dessa nova lei a instituição da Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS dos Quilombos de Barra do Turvo, reivindicada pelas comunidades de Ribeirão Grande/Terra Seca, Cedro e Pedra Preta, abrangendo 5.826.46 hectares que se sobrepõem com as áreas do Parque Estadual, tais comunidades compõem grande parte do nosso campo de pesquisa.

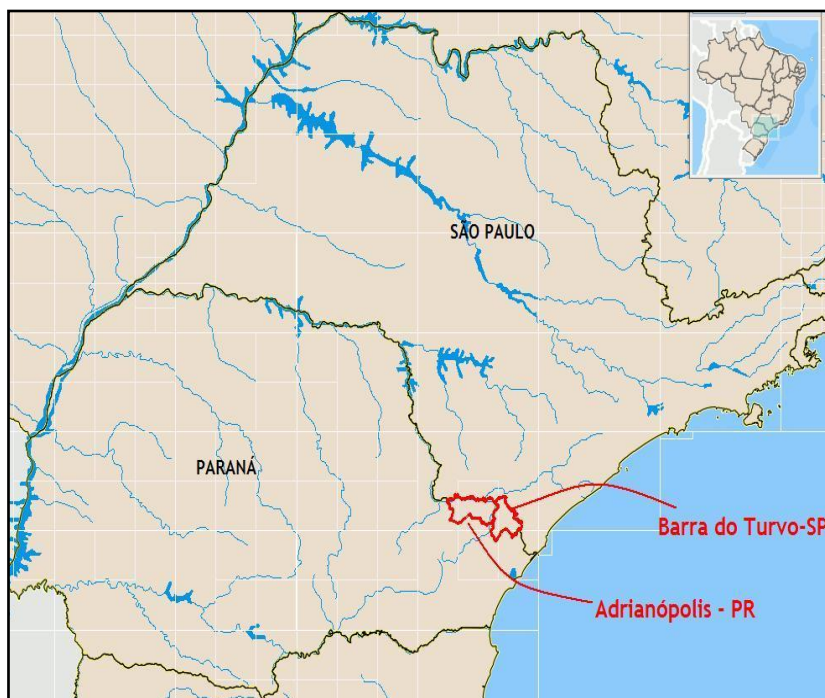


Figura 2 Localização da Barra do Turvo e Adrianópolis destaque do grupo de pesquisa (IBGE, 2010)

Destacam-se ainda a Reserva de Desenvolvimento Sustentável - RDS Barreiro/Anhemas com 3.175,07ha e a RDS dos Pinheirinhos com área de 1.531,09 ha. Instituiu-se também a Área de Proteção Ambiental - APA do Rio Pardinho e Rio Vermelho com 3.235,47 hectares dentro do município da Barra, a APA do Planalto do Turvo com 2.721,87 ha, dentro dos municípios de Barra do Turvo e no município de Cajati e a APA dos Quilombos do Médio Ribeira com 64.625,04 ha situados dentro dos municípios de Iporanga, Barra do Turvo e Eldorado.

O Parque Estadual de Jacupiranga ainda foi subdividido em Parque Estadual do Rio Turvo e Parque Estadual da Caverna do Diabo, que também incluem o município de Barra do Turvo, além das zonas de amortecimento das respectivas unidades de conservação. Os planos de manejo dessas unidades de conservação devem estar prontos até 2013.

De acordo com o sítio eletrônico da prefeitura de Barra do Turvo, o

extrativismo de palmito juçara e atividades agropecuárias, foram substituídos pelos pastos de búfalos e por agroflorestas nas encostas de mata atlântica.

A situação socioeconômica do município de Barra do Turvo se constitui como um fator interessante para pensarmos a aceitação da proposta agroflorestal e a construção do modelo associativo da COOPERAFLORESTA. Entre seus moradores, 78,23% (por cento) são alfabetizados. De acordo com o IBGE/Cidades a Barra do Turvo apresenta um baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano)³⁵, o que indica um baixo padrão de qualidade de vida.

Destaca-se também a presença de remanescentes de quilombos³⁶ em Barra do Turvo. Apesar da importância desta história para a região, o sítio eletrônico da prefeitura e os dados históricos do IBGE sequer fazem menção a este fato. A Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”; - (ITESP) constitui-se no órgão estadual paulista que procede ao reconhecimento e a garantia do título de terras para os moradores dos quilombos, mediante um relatório de cunho antropológico, denominado Relatório Técnico Científico que registra a história do quilombo.

O direito ao reconhecimento da posse da terra ocupada pelos remanescentes das comunidades de quilombos é garantido pela Constituição Federal de 1988. “Aos remanescentes das Comunidades de Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo ao Estado emitir-lhe títulos” (SILVA, sd.). O título definitivo de propriedade de terras consiste numa reivindicação dos moradores que se reconhecerem como remanescentes de quilombo e assumirem sua identidade afrodescendente.

O Relatório Técnico Científico do quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca (SILVA, sd, p. 2) nos esclarece que o Termo Remanescente de Quilombo, definido em uma reunião da Associação Brasileira de Antropologia – ABA significa:

A situação presente dos segmentos negros em diferentes regiões e contextos e é utilizada para designar um legado, uma herança cultural e material que lhe confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar e a um grupo específico.

Enfatiza-se que este processo de reconhecimento de terras tem, portanto,

³⁵ O IDH é calculado mediante médias entre os índices de expectativa de vida ao nascer, os anos de escolaridade e da expectativa de escolaridade com o produto interno bruto.

³⁶ Apesar de registrarmos aqui a importância desta história, este trabalho não se desenvolveu mediante esta reflexão étnico cultural, pois outros trabalhos no mesmo grupo de pesquisa enfocam com profundidade esta temática, para mais análises, consultar FONINI, (2012) e BORN, (2012).

duas iniciativas paralelas: o cumprimento da constituição e por isso a criação de órgãos estaduais de reconhecimentos, mas também a reivindicação e luta por direitos dessas comunidades. A afirmação de pertencimento a uma comunidade e identidade quilombola indica a presença de lutas por direitos, e também, nesse sentido a defesa de seus modos de vida, elementos considerados na construção da autonomia desenvolvida por Touraine (2011, 2004, 2007).

O reconhecimento das terras se desenvolveu no mesmo período de tempo de construção da COOPERAFORESTA, e por isso é possível estabelecer uma relação de reciprocidade entre os dois processos. De acordo com a COOPERAFORESTA, 70% das famílias residem em bairros reconhecidos como remanescentes de quilombos. Para a COOPERAFORESTA, “a união e a organização nessas Associações Quilombolas fortalece e é fortalecida pela ação da COOPERAFORESTA” (COOPERAFORESTA 2011a, p. 5). Muitas dessas comunidades já possuem associações que trabalham para fortalecer e valorizar a cultura dos ancestrais dos moradores, além de incentivarem relações de solidariedade entre os moradores, inclusive com outros grupos de mutirão de trabalho.

A associação dos quilombos já tá com seis anos. Ela veio dos tempos dos meus antepassados. Meus avós vieram lá de Iporanga e Indaiatuba, que fica lá do outro lado do rio. Vieram pra fazer roça, aqui era mata virgem. Eles eram descendentes de negros desses tempos de escravos. Eles eram umas pessoas meio corrida né, descendentes de negros. A minha mãe contava que eles eram umas pessoas muito sofridas, a avó dela era pegada a laço era índia misturada daí casou. Daí de lá eles vieram aqui nessa beira de rio aqui (Terra Seca) eles traziam farinha de lá, acampavam na beira do rio e pescavam peixe com ferramenta e armadilha, cascudo pra fazer sopa, daí eles abriram a roça aqui, dessa época em diante foram aumentando, daí foram buscar as mulheres que tinham deixado lá. Vieram dois casais de lá as duas moças eram irmãs. Construíram as casinhas deles e fizeram as primeiras rocinhas. E tinha muito bicho aqui, peixe carne de anta. Daí eles combinaram, uns ficaram aqui (Terra Seca), outros lá no Ribeirão Grande. A minha mãe era a mais nova da família deles. Daí vieram os fazendeiros querendo comprar, aí eles entregaram de mão beijada. Achavam que aquele dinheiro valia. Aí perdiam a terra e o dinheiro, porque dinheiro evapora. Minha mãe é falecida, ela teria uns 79 anos. Daí agora naquelas igrejas católicas, eles que puxaram esse movimento pelos direitos, eles criaram esse negócio de quilombo aí dizendo que eles eram muito discriminados. Daí criaram a associação e hoje está aí [Dona Alice, moradora e agricultora do Bairro Terra Seca, Associada à COOPERAFORESTA e à Associação dos Quilombolas]³⁷.

Em 2008, de acordo com o que expusemos acima, foram instituídas, por reivindicação das próprias comunidades a Reserva de Desenvolvimento Sustentável

³⁷ Conheça os detalhes sobre os nossos entrevistados e observados na seção 5.3.

- RDS dos Quilombos de Barra do Turvo, nas comunidades de Ribeirão Grande/Terra Seca, Cedro e Pedra Preta, abrangendo 5.826.46 hectares. Observa-se no Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, instituído pela lei federal nº9.985/2000 (BRASIL, 2000) que a RDS mantém o direito das populações tradicionais desenvolverem atividades que valorizem sua cultura desde que mantenham as condições ecológicas e obedeçam ao plano de manejo definido para a unidade.

A definição da RDS abre possibilidades às comunidades, ao contrário do Parque, que visa apenas a preservação integral da área. O Sr. Antônio, presidente da Associação dos Remanescentes dos Quilombos Ribeirão Grande e Terra Seca em um depoimento colhido em observação participante na comunidade Terra Seca, define as conquistas legais em relação à gestão do território do quilombo advindas com a formação da Associação dos Quilombos:

Foi bom né. Para nós ficamos livres, antigamente a pessoa não podia nem pensar de cortar um pau que já tava comprometido, hoje é liberado, porque quem resolve é o grupo. Antes não tinha nada disso aí. Fica pra quem é da família mesmo, né não quem é de fora que não tem nada a ver né, que tava entrando aí. A gente vem lutando, pelos filhos né, porque a gente já tem né, que os pais da gente fizeram por nós né, a gente não pode deixar eles na mão. São em oito filhos, duas meninas, todos estão em Curitiba. Tudo eles já tem o lugarzinho deles... Eles ajudam também, são cadastrados como quilombolas. Tudo aqui é quilombo. Mas eu tenho um pedaço de terra lá em cima no quilombo que eu nem uso. A área que a gente tem já é suficiente mas por causa da criança... Sou dirigente aqui do quilombo, já vai pra três anos já. Tem muita reunião que a gente tem pra ir [Antônio].

É pra ter benefício né, para ter projeto, mas até agora só teve muita reunião, reunião, reunião... uma vez por mês, e a coordenadora traz as novidades pra nós né. E daí tem o ITESP também, daí tem a reunião do ITESP, tem a reunião do Wagner da RDS, e tem a reunião da COOPERA né. Daí mistura muita coisa. Mas eu acho que vai trazer sim algum benefício, que se a gente puder fazer uns projetos, que a turma do ITESP quer fazer com nós, pra conseguir capacitação, pra todo mundo que não tá na coopera né, fazer este tipo de trabalho [Alice].

Os depoimentos anteriores demonstram que os entrevistados acreditam na possibilidade de melhorias que podem advir da Associação dos Remanescentes de Quilombos. Entretanto, se incomodam com os procedimentos burocráticos necessários e o tempo de execução dos projetos até o alcance de benefícios. A história recente do reconhecimento das terras dos quilombos na Barra do Turvo nos mostra que eles não tinham conhecimentos sobre o “direito de ter direitos” (ARENDT, citada por TOURAINE, 2011, p. 122). Quando nos contaram as histórias sobre os antepassados, os sentimentos observados foram a vergonha de um

passado opressor, mas, demonstraram ter esperança pela descoberta da capacidade de conquistar direitos. Assim, da mesma forma que estão engajados na luta pela possibilidade de sobrevivência por meio da agrofloresta, eles também estão engajados na luta pelos direitos étnicos e culturais lhes negados e omitidos até então.

5.2 A COOPERAFORESTA – PRINCIPAIS FATOS HISTÓRICOS

A “Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo - SP e Adrianópolis - PR” – COOPERAFORESTA é constituída por 112 famílias que trabalham suas terras a partir do manejo agroflorestal. Divididos em pequenos subgrupos se relacionam por meio de mutirões de trabalho, mutirões de capacitação e comercializam conjuntamente os produtos por meio da Associação.

A COOPERAFORESTA se situa na Barra do Turvo, contudo alguns dos associados também habitam os municípios de Adrianópolis e Bocaiuva do Sul, localizados no Paraná. O sítio eletrônico da Associação relata que a implantação do sistema de produção agroflorestal em Barra do Turvo teve início em 1994 quando um dos atuais integrantes do corpo técnico da COOPERAFORESTA, chamado Tales, na época trabalhava como extensionista e difundiu técnicas agroflorestais entre algumas famílias.

O Sr. Alfredo, um dos primeiros agricultores a trabalhar com o sistema agroflorestal em Barra do Turvo, nos contou que o primeiro objetivo de Tales em 1994, seria promover um projeto chamado “Frutas na mesa”. O projeto tinha o intuito de incentivar a diversificação na produção e promover a alimentação de frutas. Por meio do projeto foram distribuídas mudas de árvores frutíferas para 120 famílias de agricultores. O Sr. Alfredo nos relatou também que nem todos os participantes deste primeiro projeto praticam agrofloresta hoje em dia. Em seguida, ainda por iniciativa do técnico Tales, se incentivou a comercialização direta dos agricultores com a implantação de uma feira no município.

Eu com o Alex, fomos nós dois, eu sou 3 dias mais velho que ele...hhahh é que o Tales chegou aqui com essa história de agrofloresta. Eu nem sabia o que era isso e quando falou o nome eu fiquei com medo. Eu pensei logo uma coisa: e a floresta... que deixa a gente mais perturbado... quem trabalha na roça é perturbado pode ter certeza disso principalmente quem mexe com fogo e veneno tá pagando pra ser perturbado [Alfredo].

Este depoimento nos revela que o Sr. Alfredo considera o trabalho na agricultura ameaçado por uma conjuntura de legislação ambiental fiscalizada pela polícia florestal, sendo assim, as próprias técnicas da agrofloresta analisadas isoladamente, que intensificam o manejo das florestas poderiam ameaçar ainda mais os agricultores, pois estariam infringindo as leis de proteção da floresta. É possível afirmar que Alfredo se sentia oprimido pela instituição da legislação ambiental e que se posicionou com desconfiança quando apresentado à agrofloresta.

De acordo com o Sr. Alfredo, Tales tinha um histórico de contato com o manejo agroflorestal e acreditou que a agrofloresta seria um bom empreendimento para a Barra do Turvo, considerando características como o relevo acidentado, a presença de comunidades quilombolas e o insucesso dos modelos agrícolas convencionais, com pasto e agricultura de coivara³⁸.

Um dos momentos significativos no início do trabalho ocorreu em 1996, quando se organizou um curso de agrofloresta com a presença do Ernest Götsch³⁹, precursor do sistema de produção agroflorestal. Neste momento o Sr. Túlio, um agrônomo adepto do Movimento Agroecológico, passou a viver com os agricultores em Barra do Turvo como ele nos relatou em entrevista. Túlio nos indicou que houve uma identificação dos agricultores com as propostas da agrofloresta e uma sinergia entre os atores.

Quando eu me formei eu queria trabalhar no norte, mas vim aqui dar um pulinho no sul e fiquei na casa de uma amiga minha. Ai um amigo engajado na AOPA me chamou para um curso para agricultores em Barra do Turvo promovido pelo Tales, que recentemente estava na Barra, e sua primeira atividade tinha sido organizar a feirinha do produtor e chamou o curso com Ernesto. Ele já tinha feito uma arinha de agrofloresta com um agricultor que veio a falecer, e o boi comeu, coisa rápida. Nós, eu e o Tales, pedimos um estagio para Ernesto que marcou para depois de seis meses. E estávamos nós aqui com seis meses livres e com agricultores empolgados. Bem então fiquei trabalhando voluntariamente na propriedade do Alfredo até a gente

³⁸ Agricultura de Coivara ou sistema de derrubada e queima: possui origem no período neolítico, consistia no desmatamento de uma parcela seguido de queimada, onde eram introduzidas as culturas durante um, dois ou no máximo três anos, após esse período havia um processo de pousio florestal por uma ou várias décadas, até serem novamente desmatadas e cultivadas. (MAZOYER e ROUDART, 2010, p. 130 e 131)

³⁹ Ernest Götsch é suíço radicado no Brasil. Trabalhou muitos anos na Europa em laboratórios de biotecnologia até que a partir de uma perspectiva crítica decide vir para a América na busca de outras formas de se viver e produzir. É na Costa Rica que terá os primeiros contatos com a agrofloresta, manejo milenar realizado pelos indígenas de todo o continente, que integra plantas anuais, cultivos perenes e florestais. A intuição e percepção aguçadas farão de Ernst não só um divulgador mas um propulsor de métodos agroflorestais que estão em constante transformação. Vale lembrar que ele esteve na COOPERAFLORESTA por duas vezes prestando assessoria, sendo a última delas no início do ano de 2011.

fazer o estágio lá. Uma semana depois a família do Alex se empolgou... [Túlio].

O depoimento anterior nos esclarece que a introdução da agrofloresta na Barra do Turvo dependeu da força de vontade e empenho dos técnicos e agricultores interessados, ideia que se complementa na continuidade da narrativa do técnico Túlio quando argumenta sobre a falta de conhecimento técnico em agrofloresta naquela época.

Quando começamos aqui o que aconteceu? É a história do contaminar. Então, já contaminou aí? Porque quando contamina não tem jeito. Esses agricultores ficaram encantados, tiveram um vislumbre. Mas a gente tinha um entendimento de que a gente conhecia muito pouco. Então a gente tinha ao mesmo tempo a certeza de que o planeta terra se extinguiria se não fosse feita agrofloresta nele todo e a nossa limitação enquanto fazedor de agrofloresta. A gente tinha noção de que aquilo daria certo um dia. Apesar da gente ter essa consciência tinha um certo pensamento mágico, apesar que sabíamos que era uma experimentação, a gente tinha que pensar nas combinações harmônicas, no tempo certo de plantar. Porque que a coisa deu certo, porque alguns agricultores foram juntando as coisas, ao mesmo tempo a gente respeitou o conhecimento do agricultor, frente a nossa impotência técnica a gente não tinha receita, porque é um negócio tão complexo, que tem que haver um processo de negociação o tempo inteiro e é de veras que houve uma grande junção de conhecimentos [Túlio].

É possível também afirmar que as dificuldades socioeconômicas da região e sua situação de abandono social podem ser fatores que favoreceram a aceitação da proposta, neste sentido eles relatam os sofrimentos vivenciados no período anterior à agrofloresta:

Eu sofri demais nessa lomba né. A safra mais era feijão né, pra gente vender, e a gente plantava só arroz, feijão, milho e um pouco de mandioca né, não tinha onde vender. Eu desde os oito anos de idade eu fui trabalhar na roça e sempre foi muita dificuldade em casa. Antes a gente tinha sustento, mas não tinha onde vender, daí a gente passava necessidade, não podia comprar uma roupa pra criança, eu tinha criação, mas a criação não dá pra comer todo dia senão acaba. Não ficava sem comer, mas apertava. Nem pensar em receber uma visita, porque como fazer um panelão de comida? A gente levava a vida, mas era muito difícil não tinha energia ainda [Alice].

As narrativas dos agricultores abordaram a história de inserção na agrofloresta a partir de sua relação com o passado e com os sofrimentos com a agricultura que praticavam. Podemos observar que a situação anterior à agrofloresta era caracterizada pela busca da sobrevivência em condições de exclusão social, sem perspectivas para a continuidade da agricultura.

Em todas as convivências e depoimentos ficou evidente que os agricultores estavam desanimados com a vida no campo antes da agrofloresta, muitos já buscavam outros empregos no meio urbano ou em fazendas de grandes produtores.

Por isso foi interessante abordar a percepção dos próprios entrevistados e incluir neste item em que apresentamos a COOPERAFLORESTA sob uma perspectiva histórica.

Neste sentido, podemos observar a narrativa da agricultora Anita sobre como era antes da agrofloresta:

Era roça de queimada, queimava uma roça, depois plantava, daí colhia e ali ficava só tigüera, soltava a criação (cavalo, porco, gado). Daí ia p/ outro lugar, e aí formava capoeira de novo e só voltava depois de 10 anos, assim era o sistema dos mais velhos. Hoje não temos terra p/ fazer isso, e o sistema de Agrofloresta foi muito bom. Depois foi o sistema de carpida com a enxada, e a terra cada vez mais foi “pelando”, aqui era um lugar que fazia a carpida, enleirava os ciscos e o pai tacava fogo ainda. Se não fosse o sistema de agrofloresta pra nós hoje, se fosse continuar conforme nós trabalhava antes, não tinha onde trabalhar. No tempo do mutirão era um começo ainda, nós estava carpindo ainda, mas aí foi plantado guandu. [Anita]

A narrativa anterior cita o sistema agrícola baseado na capina e fogo que era utilizado antes da introdução do sistema de manejo da agrofloresta. Percebe-se que acreditar na agrofloresta enquanto promotora da própria vida é uma ideia internalizada por essa entrevistada, pois esse sistema de produção garante que ainda possam trabalhar na região, ao contrário de perderem suas áreas pela degradação provocada pelo sistema de manejo utilizado anteriormente. No depoimento se observa que os procedimentos técnicos foram sendo substituídos progressivamente e por meio de mutirões. A mesma entrevistada ainda relata que observou uma melhora nas condições do solo com a utilização das novas técnicas agroflorestais e que por meio deste trabalho eles passaram a cuidar das condições do solo:

A terra melhora, mesmo que não seja completo o trabalho, a terra fica boa ainda, porque se fosse pra continuar do jeito que tava não dava. Um servicinho que a gente faz, a gente cuida da terra, uma cobertura, um adubo verde a gente cuida [Anita].

Vejamos também o depoimento de um dos pioneiros:

eu como estava vendendo o sítio ... aí eu achei que podia ser a solução né! Antes de 3 meses eu não acreditava bem se dava certo ou não, aí quando o Túlio fizeram uma área ali com um filho meu. Andaram semeando feijão no meio do capim, andou plantando uma mistura de coisas lá. Aí com dois meses eu já vi que tinha tudo para dar certo, tava bonita as planta no meio do capim [Alfredo].

Os agricultores iam corrigindo, mas a gente fez muita besteira no início. Eu trabalhava todos os dias no campo desde o amanhecer até o fim do dia. Várias dessas áreas não tiveram grande sucesso, entre 1996 e 1998. Cheguei aqui em maio de 1996. No dia seguinte ao final do curso com Ernesto, eu fiquei na casa do Alfredo, e eu fui implantar área com o filho

dele. Então tinha a ideia, mas tinha a nossa disposição de viver com eles, e tinha muito de relacionamento humano. São pessoas carentes que não tinham atenção de técnicos e você valorizando o conhecimento deles [Túlio].

Os dois depoimentos relatam a situação de início do trabalho de implantação do sistema agroflorestal na Barra do Turvo. É inerente em todos os depoimentos, a aceitação da proposta agroflorestal como sendo uma oportunidade de mudança positiva na vida dos associados, enfocando os mais diversos aspectos, sociais, econômicos, culturais, ecológicos e espirituais.

A COOPERA veio e deu as dicas. No começo foi duro. Muitas pessoas teimavam que não queriam plantar árvore na roça. Achavam que aquilo era uma praga. Então foi complicado até pegar o ritmo. E também no salão, não tinha a comercialização. Só o feijão que a turma vendia e tava ficando fraca a venda, daí o pessoal tava saindo embora daqui. O pessoal que comprava banana pagava muito baratinho a caixa de banana e não compensava, e roça já não tava dando mais, as terras tavam fraca e o pessoal indo embora. Através da agrofloresta a gente foi achando outro tipo de produção pra tentar sobreviver [Anita].

O sítio eletrônico da COOPERAFORESTA relata que em 1998 se iniciou um processo de comercialização coletiva, direta e solidária da produção agroflorestal que envolveu 30 famílias. Durante o ano 2000 a COOPERAFORESTA recebeu recursos provenientes da prefeitura de Barra do Turvo para expandir o trabalho, com isso o número de associados se elevou para 150 famílias. Neste mesmo período ocorreu a associação com a Associação de Agricultura Orgânica do Paraná – AOPA. Em 2001 os recursos oriundos da prefeitura para a Associação diminuíram, em função deste fato, ocorreu o decréscimo no número de associados para 100. Neste mesmo ano nasceu a parceria com a Rede Ecovida de Agroecologia e a Associação desenvolveu restrições para a entrada de novos sócios. Em 2003 ocorreu a fundação legal da COOPERAFORESTA.

A Associação esteve sempre articulada com diversos projetos de desenvolvimento e envolvida em outras iniciativas de promoção da sustentabilidade, vejamos o depoimento de uma entrevistada:

Depois que eu comecei com o trabalho na Agrofloresta, vieram o projeto Iguatu. O projeto Iguatu trouxe mudas de pupunha, muda de bananas, laranja... os banheiros secos, as fossas. Eu senti muita firmeza, muito que a gente tá vendo que a gente tá ajudando a natureza. Tá certo tem as épocas mais fracas né, a gente tem que ter outros meios né, sem ter que sair fora esse é um momento que a gente sente muito feliz né, que a gente pode tirar o sustento daqui [Alice].

De acordo com o sítio eletrônico da Associação o Projeto Iguatu, relacionado ao estado do Paraná, foi uma iniciativa que reuniu instituições dos movimentos

sociais no campo, universidades, empresas estatais e o Estado na aplicação de ações efetivas para a gestão dos recursos hídricos por meio da disseminação da agroecologia. A COOPERAFORESTA participou como parceira do Projeto Iguatu I e II durante os anos de 2006 e 2007 e desenvolveu junto aos agricultores ações de formação e capacitação, adoção de tecnologias e geração de referências técnico-científicas para a gestão da água no meio rural. O principal objetivo foi contribuir para a recuperação e conservação ambiental e para a melhoria da qualidade de vida das comunidades.

Pode-se dizer que a partir da agrofloresta há mudanças na perspectiva dos agricultores em relação à forma como se relacionam com ambiente o que fica evidente nos discursos observados:

Antes a gente só queria limpar pra plantar só a planta, e hoje quando a gente vai limpar, a gente olha aquela arvorezinha saindo do chão, então sempre tá com cuidado, mesmo que não seja um trabalho completo. A gente já pensava que tinha que preservar. Hoje a gente pode usar, mas tem que plantar [Anita].

Foi uma novidade para nós aqui um trabalho moderno hein... trabalhar com os adubos natural né as próprias folhas gera comida para nossa mãe terra para ela se fortalecer para criar...

Apesar de que tem uma ameaça aí, parece que a banana tá com os dias contados... então me trouxe uma preocupação. Eu não sei é um tipo de doença, e outro, do jeito que as pessoas estão mexendo com veneno... vai chegar num ponto que ela não tem natureza mais a banana não tem saúde mais. Porque nós mesmos se não souber se cuidar nós não estamos resistindo essa alimentação que estamos tendo hoje sabe.

A pessoa tem que acreditar e passar a ter amor pelo serviço, esse que eu acho que é mais dificuldade. Porque a própria natureza ela tá oferecendo condições para a gente melhorar a vida da gente, porque ela planta mais do que a gente, é só você cuidar dos passarinhos, da vida da natureza, por que nós pensamos que é nós que mandamos na natureza, e é engano, a natureza não precisa de nós é nós é que precisamos dela, então por causa disto é que temos que ter cuidado, porque o homem, como já falei, só sabe tirar, não sabe repor, é igual uma árvore né? Pra cortar uma árvore, ele não pensa duas vezes, mas para plantar tem uma preguiça danada, né?[Alfredo].

Em 2010 a renda anual média da família proveniente da agrofloresta, foi de R\$3.755,46 (Três mil setecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e seis centavos). Cálculo realizado a partir dos dados de comercialização, sem contabilizar a produção de alimentos para autoconsumo ou comercializações realizadas pelo agricultor em sua residência (COOPERAFORESTA, 2010).

Atualmente, vivenciam um novo momento de expansão em que ocorrem processos de desenvolvimento interligados por meio da Associação, além da comercialização, gestão do processo produtivo e certificação, há o sistema de

capacitação continuado o qual ocorre por meio dos mutirões de capacitação reunindo técnicos, agricultores e agentes multiplicadores (os agentes multiplicadores são agricultores que participaram de cursos intensivos e atuam na replicação do sistema agroflorestal em parceria com a Associação).

A Associação atualmente está engajada em dois grandes projetos, um com financiamento da PETROBRAS, chamado “Agroflorestar” que desenvolve diversas iniciativas educativas entre elas se destaca a “Escolinha de Agrofloresta” que promove a qualificação de jovens agricultores, filhos dos associados, trabalha com educação ambiental infantil e promove visitas educativas. Este último projeto também promoveu a expansão dos equipamentos da Associação e desenvolve metodologias de autogestão. O outro projeto, denominado “Agroflorestas”, é realizado em parceria com a EMBRAPA e tem como principais objetivos a expansão do sistema agroflorestal para outras comunidades, especialmente no litoral do Paraná, e a produção e sistematização de conhecimentos agroflorestais. Vejamos como o presidente da COOPERAFORESTA nos explicou esses projetos:

Na verdade são 2 projetos: um é fruto da agrofloresta para geração de renda e o outro é o agroflorestar que é mais uma ferramenta para expandir as agroflorestas, inclusive pra fora da COOPERAFORESTA, que é uma coisa que Eu sempre achei que deveria de ser, porque tipo assim, uma pessoa pra fazer agrofloresta ela não precisa fazer parte COOPERAFORESTA... mas muitas vezes ela precisa do conhecimento que já foi gerado na COOPERAFORESTA...e esse projeto ta possibilitando isso, traz pessoas de outras instituições, visitas nas áreas de agrofloresta, ouve os agricultores, ouve os técnicos e vai para casa deles e lá eles podem agir de uma forma diferente da de então... lá no litoral, tão fazendo acompanhamento de dois grupos, MST inclusive, e lá vai acompanhar até a comercialização, os primeiros passos da comercialização. Então eu acho que é uma coisa que complementa a outra e a agrofloresta só tem que melhorar nesse aspecto e internamente na COOPERAFORESTA já tenho percebido mudança de atitude dos próprios agricultores com essas capacitações, a pessoa já está com aquele brilho insano no olho sabe? Você olha pra ele assim e o olho dele tá brilhando, um brilho de doido, porque tá enxergando a coisa que estava na frente do nariz dele e ele não via, tava indo a reboque, agora ele já ta descendo do ônibus⁴⁰ e ajudando a empurrar. Nós tivemos recurso pra comprar um caminhão também com 7 toneladas, está aí já trabalhando, andando cheio, então é isso [Alex].

Em relação aos projetos, os agricultores demonstram abertura às inovações e são hospitaleiros na recepção dos pesquisadores e dos grupos de visitantes que

⁴⁰ O Sr. Alex utilizou uma metáfora para definir a própria Associação: a COOPERAFORESTA é que nem um ônibus, cheio de gente, só que não tem motor... são pessoas que empurram esse ônibus. Então cada vez que um ta lá dentro, acorda e ajuda a empurrar ele vai ficando mais leve, mais rápido..é assim que funciona. Tem gente que só fica lá dentro reclamando, mas uma hora ele começa a despertar e aí ajuda a empurrar... e é gozado que aí cessa a reclamação porque percebe a qualidade e a natureza das coisas.

estão previstos para o ano de 2012. A introdução das visitas com fins educativos, mesmo que subsidiadas pelos projetos se constitui de uma modalidade de visita turística e pode representar indícios da diversificação das atividades desenvolvidas pelos agricultores. O que representa um dos elementos constitutivos da autonomia de Ploeg (2010) a pluriatividade. O depoimento a seguir também relata a disposição dos agricultores em receber os pesquisadores e os envolvidos nos projetos. O fator que ela destaca é o aumento da renda que está sendo gerado pela inserção no projeto.

Agora com as visitas a gente vai ter uma renda a mais. Ah ! Eu gosto porque a gente dá o almoço e eles pagam a gente né, é sempre uma ajudinha a mais né. Ainda mais agora que eu tive que fazer a minha cozinha aqui né. Agora (agosto 2011) a agrofloresta tá meio fraca né. Ai a gente arrecada e não precisa sair ganhar dinheiro fora. Eu acho que eles vêm aprender o trabalho da agrofloresta com a gente né. Saber como a gente se alimenta. Aprender fazer esse trabalho de agrofloresta, acho que é isso aí. Eles pedem pra gente dá palestra né saber como era antes. Esse tipo de trabalho [Alice].

Para finalizarmos essa breve introdução histórica sobre a COOPERAFORESTA, citamos o seguinte fragmento do Marco Pedagógico da Escolinha de Agrofloresta da Associação (COOPERAFORESTA, 2011b) que expressa uma autodefinição em relação a importância desta experiência para a expansão da agrofloresta.

A experiência da COOPERAFORESTA vem servindo de referência para a implantação de agroflorestas não só na região, mas também em diferentes partes do país, através de cursos, visitas técnicas e palestras, demandados por diferentes atores sociais, entre agricultores, técnicos, consumidores, organizações de desenvolvimento rural, instituições de pesquisa e universidades (COOPERAFORESTA, 2011a).

Eu pra mim melhorou 100% depois que eu entrei na COOPERA [Alice].

Este último fragmento da entrevista demonstra a satisfação do agricultor com sua experiência na COOPERAFORESTA e com isso nos permite afirmar, tendo em vista o texto anterior na sua íntegra que a experiência da agrofloresta e da COOPERAFORESTA na Barra do Turvo está promovendo mudanças significativas no contexto e nos atores envolvidos.

5.3 QUEM SÃO OS ATORES DA PESQUISA NA COOPERAFORESTA

Este item esclarece ao leitor detalhes sobre os nossos atores da pesquisa. Trabalha-se aqui uma breve descrição dos entrevistados e alguns dos observados.

Este exercício somado ao estudo da organização da COOPERAFLORESTA nos permitiu construir uma problemática específica, descrita brevemente na introdução e trabalhada ao longo dos demais capítulos.

As informações foram coletadas junto aos próprios entrevistados ou observados, e também a partir de outros trabalhos acadêmicos desenvolvidos no âmbito do grupo de pesquisa, como histórias de vida e ainda mediante consultas aos planos de manejo⁴¹ dos agricultores preenchidos pela COOPERAFLORESTA para a renovação do cadastro na Rede Ecovida de Agroecologia. É importante lembrar que o processo de coleta de dados foi realizado em sua grande maioria junto aos demais pesquisadores do grupo de pesquisa, portanto os dados são compartilhados entre os integrantes. Os nomes dos atores foram substituídos por nomes fictícios, a exemplo de Guerra (2010) para facilitar a identificação, os agricultores receberam nomes iniciados com a letra A e para os técnicos utilizou-se letra T.

O entrevistado nº1, Sr. Alex, é um dos pioneiros no trabalho com a agrofloresta na Barra do Turvo. Iniciou a implantação dos sistemas agroflorestais há dezesseis anos e atualmente exerce o cargo de presidente da Associação, no seu segundo mandato. O Sr Alex desenvolve em sua propriedade, além de agroflorestras em parceria com dois irmãos e sua esposa, algumas atividades de visitação turística e educação agroflorestral em cursos e vivências na agrofloresta. O entrevistado define não ter uma religião específica, mas princípios de Deus em sua vida. Houve três encontros em que pudemos ouvir o agricultor, primeiramente durante as duas oficinas de acordo de pesquisa que ocorreram em sua propriedade e posteriormente em visita específica para entrevista.

O entrevistado nº2 o Sr. Alfredo foi também um dos pioneiros e está engajado no trabalho com a agrofloresta há dezesseis anos. O agricultor estava vendendo a propriedade quando recebeu a proposta de trabalho com a agrofloresta. Define sua religião como protestante, tem 69 anos é casado e teve sete filhos. Observa seu trabalho como um processo educativo, visto que tem experiência em recepcionar grupos de adultos e crianças. As convivências com o agricultor aconteceram em três momentos: numa visita em sua propriedade quando foi entrevistado, numa tarde

⁴¹ Tais planos de manejo foram preenchidos junto com os agricultores entre os meses de novembro e janeiro de 2010 e 2011, pelo grupo de pesquisa do MADE, como um requisito de contrapartida para a realização da pesquisa na COOPERAFLORESTA. Esses planos de manejo contêm informações socioambientais, práticas de manejo da propriedade e algumas percepções dos agricultores em relação à agrofloresta e conservação. Este procedimento foi considerado nossa fase exploratória da pesquisa.

chuvosa e por isso não foi ao campo manejar suas agroflorestas e pode narrar suas histórias e quando acompanhamos a apresentação do grupo de pesquisadores sobre os procedimentos futuros de pesquisa.

A entrevistada n°3, Sra. Alice, é casada e possui seis filhos. Trabalha como agricultora desde o nascimento há 49 anos. Antes se dedicava ao sistema de derrubada e queima e trabalha com agrofloresta há treze anos. Mora no Bairro Terra Seca e participa também da Associação dos remanescentes do Quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca. Define sua religião como protestante e participa como líder da Pastoral da Criança⁴². Trabalha com um grupo de mutirão de mulheres “agrofloreteiras”, momento semanal em que elas trocam mudas, sementes, trabalham e conversam. Tivemos a oportunidade de conhecê-la durante o preenchimento dos planos de manejo para a certificação da Rede Ecovida. E posteriormente convivemos com ela em três momentos: durante a oficina para a construção das “Estrelas da Agrofloresta”, durante um almoço que ela preparou para os pesquisadores dos projetos e em uma visita onde pudemos acompanhar um dia de trabalho com sua família no Bairro Terra Seca⁴³.

A entrevistada n°4, Sra Anita, é moradora do quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca e se dedica à agricultura desde criança, também participa da associação do quilombo. Ela é casada e tem três filhos, trabalha com agrofloresta há sete anos e também no setor de embalagem de produtos para a comercialização da Associação. Formou-se como agente multiplicadora de agrofloresta⁴⁴. Os contatos com esta entrevistada ocorreram em três oportunidades: primeiramente em uma visita ao barracão de embalagens da Associação, também durante a dinâmica de construção das “Estrelas da Agrofloresta” e posteriormente em uma visita em sua propriedade para uma entrevista formal.

O técnico A, Túlio, se formou em agronomia e possui longo engajamento no Movimento Agroecológico Brasileiro, se mudou para a Barra do Turvo em 1996.

⁴² A Pastoral da Criança é uma organização vinculada à igreja católica que trabalha com crianças em risco nutricional e de saúde, acompanhando as crianças desde a gravidez até os seis anos de idade, oferecem orientações às mães sobre alimentação e valores, e também encaminham casos de doença ou outras necessidades sociais aos órgãos competentes.

⁴³ É importante destacar que quando tratamos de Bairro Terra Seca e Bairro Ribeirão Grande estamos nos referindo às áreas do Quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca.

⁴⁴ Agentes multiplicadores são agricultores associados à COOPERAFLORESTA que participaram de processos intensivos de capacitação e podem orientar os novos grupos de agricultores no processo de inserção na agrofloresta, ao mesmo tempo em que difundem as técnicas e preceitos e acompanha os grupos de agricultores.

Envolvendo-se na formação da Associação com assistência técnica, assumiu como ferramenta metodológica um engajamento no universo dos próprios agricultores. Estivemos com tal técnico em três oportunidades, durante as duas reuniões de acordo de pesquisa e numa visita na sede da COOPERAFORESTA para realizarmos a entrevista.

O técnico B, Tales, aparece diversas vezes nas narrativas dos agricultores, entretanto não foi possível observá-lo ou entrevistá-lo. Ele trouxe a proposta da agrofloresta para a Barra do Turvo e segundo os relatos, prefere trabalhar com assistência técnica diretamente com os agricultores no campo. O técnico C, Tiago, é um dos integrantes do corpo técnico que realiza juntamente com os agentes multiplicadores os processos de capacitação nos mutirões, foi observado durante o mutirão de capacitação assistido.

O observado nº1, o Sr. Altair é agricultor e reside também no quilombo Ribeirão Grande/Terra Seca, é casado, trabalha com agrofloresta há quinze anos e tem três filhos. Foi observado em três oportunidades: primeiramente acompanhamos uma manhã de coleta de solo em sua propriedade para o projeto Agroflorestas da Embrapa, enquanto ele realizava uma colheita semanal em suas agroflorestas. Acompanhamos também uma visita dos pesquisadores para apresentarem os procedimentos futuros de coleta de dados em sua casa. E por último participamos de um mutirão de capacitação em sua propriedade com a presença de um dos técnicos da COOPERAFORESTA.

O observado nº2 Sr Antônio, é agricultor e casado com oito filhos. Ele trabalhou alguns anos com agrofloresta e hoje é aposentado, contudo, defende-a como uma importante forma de viver da agricultura, por complicações de saúde atualmente não está trabalhando. É presidente da Associação dos Remanescentes de Quilombo Ribeirão Grande e Terra Seca. Seu depoimento foi coletado durante uma visita para convivências no Bairro Terra Seca.

5.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo apresentou a COOPERAFORESTA a partir de uma perspectiva social e histórica, considerando as percepções e narrativas dos próprios atores pesquisados. Assim, buscamos nas considerações finais registrar as observações e análises a partir destes dados. É preciso esclarecer que tais interpretações se

aproximam da análise das nossas categorias de autonomia e resistência buscando desde já tecer as relações entre elas e o campo de estudos. Entretanto, nos permitimos observar os dados considerando o todo da teoria estudada.

Os movimentos para o reconhecimento dos quilombos e a formação da COOPERAFLORESTA com suas peculiaridades se configuram como movimentos com reivindicações muito próximas das defendidas por Touraine (2004, 2007, 2011) em sua análise sobre os Novos Movimentos Culturais passíveis à emergência de sujeitos. Notamos a partir deste capítulo que os movimentos na Barra do Turvo são fertilizados por um conteúdo étnico e um processo de valorização de condições locais e modos tradicionais de vida.

Contudo, se percebe que os movimentos desenvolvidos na Barra do Turvo foram sugeridos por atores e instituições externas aos agricultores, como a igreja católica, o ITESP e os extensionistas, sendo, portanto, lançados pelo instituído. Os agricultores da Barra do Turvo foram incentivados e receberam uma nova proposta produção agrícola, a agrofloresta, além de receberem auxílio para conquistar seus direitos socioculturais. Se considerarmos apenas este fator, o início dos movimentos, podemos nos questionar se estariam contrários à concepção de sujeito de Touraine (2004, 2011), pois foram gerados pelo instituído.

Considera-se que o grupo de agricultores se identificou e se engajou no movimento pelo reconhecimento de seus direitos culturais e também com a questão produtiva da agrofloresta. Estes elementos são importantes porque a COOPERAFLORESTA e as Associações dos Remanescentes dos Quilombos se constituíram mediante as aberturas provocadas por mecanismos, como a Constituição Federal, para a defesa dos direitos humanos, por atuação do Estado e por assistência de instituições religiosas.

Neste sentido podemos refletir sobre a ideia de sinergia referida pelo técnico Túlio quando indica que os agricultores estavam muito interessados nesse novo modelo agrícola. Para o Túlio este foi um dos elementos essenciais na organização da Associação. Os agricultores, que antes viviam em uma situação de abandono e exclusão, quando descobriram que tinham direito de ter direitos se organizaram e buscaram lutar por eles. É possível relacionar a condição dos técnicos como coprotagonistas destas lutas ao lado os agricultores porque passaram a viver junto a eles somando seus conhecimentos e se abrindo para a construção de novas realidades de forma compartilhada.

Se considerarmos essas análises verdadeiras podemos novamente aproximar os movimentos vivenciados na Barra do Turvo como defensores de direitos coletivos aos moldes dos movimentos defendidos por Touraine (2011) como geradores de novas realidades.

Um fator interessante em nossa análise da história da COOPERAFLORESTA é a perspectiva de mudança positiva avaliada após esses anos de trabalho, todos relatam melhorias e satisfação com a agrofloresta. Ao observarmos os relatos oriundos do questionamento sobre como viviam antes da agrofloresta e como avaliam a situação após a agrofloresta é preciso ter cautela e orientar-se pelas condições da pesquisa e pela identidade dos atores pesquisados. É possível que as evidências apontadas nos discursos sobre a mudança de vida com a agrofloresta possam ter sido geradas pelas condições da própria pesquisa e pela escolha dos atores. No entanto, instigamos o leitor a acompanhar duas interpretações para essa visão positiva dos atores entrevistados.

Primeiro, devemos lembrar que tais atores representam os pioneiros e os entusiastas da Associação que assumiram papéis de liderança e protagonizaram o movimento social. Ao relatarem sua história e percepções parecem tendenciosos a enaltecer as conquistas de seu trabalho, aproximando-os a um processo de autoelogio. Porém, considerando a perspectiva de Touraine, (2007) da afirmação dos sentidos das próprias ações, talvez estejam demonstrando sua autonomia quando avaliam as mudanças ocorridas nesse período.

Em uma segunda análise, mediante os relatos observados podemos supor que o movimento da COOPERAFLORESTA e do reconhecimento dos quilombos demonstrem um processo de transformação socioambiental, originado pelo instituído (Estado e igrejas) no caso em questão, mas legitimado e desenvolvido pelos agricultores. Se esta interpretação for verdadeira é possível aproximá-los da ideia de autonomia do sujeito de Touraine (2007), pois encontraram, mesmo dezesseis anos após o início da organização, os significados de suas ações e continuam lutando por eles apesar das dificuldades.

Podemos enfocar outro aspecto essencial da constituição do sujeito de Touraine (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004, p.137) a conflituosidade, a qual define como uma situação social que pode despertar no indivíduo a capacidade de olhar para si e desenvolver em si a subjetivação. O autor diferencia a conflituosidade do sofrimento, tendo em vista que o sofrimento e a opressão contínua suprimem a

capacidade de construção do sujeito.

É interessante confrontar a realidade da Barra do Turvo, com essa característica da conflituosidade. O acesso à energia elétrica, à escola e aos programas estatais, ainda são restritos e recentes, nos incitando a imaginar uma situação de conflituosidade e até de abandono. Sob essa perspectiva, talvez possamos inferir que ao perceberem-se numa situação de subordinação e abandono, mas munidos de uma observação positiva de si, de suas capacidades de criação e luta, se engajaram nos projetos coletivos e resistiram à dominação total.

Os atores, tais quais os relatos históricos apontaram, estavam sendo vencidos por uma situação de exclusão ao ponto de deixarem seus territórios. Mesmo nessas condições, os moradores, se engajaram nos movimentos institucionalizantes como o da COOPERAFORESTA e o processo de reconhecimento dos quilombos que permitiram o acesso a outras instituições, escola, Estado e mídia, por meio da energia elétrica. Neste sentido eles estão acessando as comodidades da modernidade em um momento em que a comunicação, antes muito difícil, pôde tornar-se instantânea, o que pode ser muito positivo caso eles consigam afirmar sua resistência à dominação.

Vale destacar que Touraine (2004) defende a ideia do sujeito argumentando que não há diferença entre pobres e ricos no exercício de relação de si para si, na busca de seus próprios sentidos, porém que a estratégia de sujeito se refere aos dominados.

Mesmo antes de acessarem esse modelo de vida, pelo qual eles lutaram e continuam lutando, estariam eles resistindo e afirmando outras possibilidades de existência? Com muitas dificuldades evidentes nos depoimentos, estavam vivendo como há 100 (cem) anos até 4 ou 5 anos atrás. Seriam esses movimentos, o de desenvolver a agrofloresta associados à COOPERAFORESTA e afirmar sua identidade negra, enquanto remanescentes de quilombos, os caminhos encontrados por essas comunidades como facilitadores da construção desses sujeitos em busca de autonomia?

Em resumo, neste capítulo aproximamos o caso da COOPERAFORESTA dos seguintes elementos constituintes (ver quadro 1) da autonomia e resistência do sujeito de Touraine: A descoberta e consciência dos direitos e o engajamento no movimento coletivo pela defesa destes, o que neste capítulo se ilustra especialmente em relação ao movimento de reconhecimento dos quilombolas. O outro elemento se

refere à perspectiva de autoafirmação dos atores ao defenderem os significados de suas práticas quando avaliam positivamente a vida após a agrofloresta, o que pode em alguns momentos aproximá-los de autoelogio.

Se relacionarmos os principais fatos históricos contados neste capítulo e os elementos constituintes da resistência e autonomia do Movimento Agroecológico, (ver quadro 3) podemos identificar a perspectiva de engajamento em um movimento coletivo, já discutido anteriormente, como um indício de resistência. Identificamos também a recente diversificação das atividades desenvolvidas pelos agricultores como a inclusão das visitas educativas por meio dos projetos em desenvolvimento, por isso é possível aproximá-los da ideia de autonomia por meio do elemento pluriatividade, indicada por Ploeg (2010) como importante na geração de autonomia.

Mesmo identificando esses elementos não podemos ainda afirmar que a experiência da COOPERAFORESTA é geradora de autonomia, pois não foram identificadas, nesse capítulo, quantidades significativas de elementos constituintes das categorias de autonomia e resistência, apenas indícios da presença delas.

Após a leitura deste primeiro capítulo contextualizador e histórico o leitor está informado sobre os atores da pesquisa, a história da Associação e algumas aproximações explicativas sobre o sucesso, o qual deduzimos a partir dos depoimentos, da proposta agroflorestal na Barra do Turvo e arredores. Consideramos essas explicações como indícios ou aproximações porque não estudamos a fundo a história do Vale do Ribeira, onde a Barra do Turvo e os remanescentes de Quilombo se localizam. Por isso sugerimos essa pesquisa para um momento posterior qual seja relacionar especificamente a prosperidade do sistema agroflorestal e a identificação dos atores com a proposta e as condições histórico-sociais centenárias da região.

Entretanto o interlocutor deve estar procurando algumas informações essenciais tais quais, a definição precisa do que configura um sistema agroflorestal e como a COOPERAFORESTA se organiza institucionalmente. Entendemos que a agrofloresta pode ser compreendida a partir de seus próprios protagonistas, por isso ao invés de separarmos um capítulo teórico sobre o sistema agroflorestal, resolvemos estudar as definições de agrofloresta em diálogo com os “agrofloreteiros”, o que será apresentado a seguir. Em relação à instituição e suas regulamentações também argumentamos que todos esses dados são nosso objeto de pesquisa e por isso receberam um capítulo específico para descrição e análise.

6 O SUJEITO AGROFLORESTAL – A AGROFLORESTA ENQUANTO RESISTÊNCIA AO MODELO INSTITUÍDO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS.

Este capítulo apresenta as concepções do sistema de produção agroflorestal, definições, conhecimentos e valores agregados defendidos pelo seu precursor Ernest Götsch, o qual desenvolveu cursos e consultorias para a COOPERAFLORESTA. Apresenta também a relação entre a agrofloresta e as relações socioambientais que ela propõe e como isso é interpretado pelos agricultores da Associação.

Em seguida trabalhamos com as concepções de agrofloresta desenvolvidas na COOPERAFLORESTA, observando como seus associados a vivenciam e percebem o que se entende por agrofloresta, peculiaridades, vantagens e perspectivas. Tais exercícios permitiram testar a hipótese a) O modo de produção agroflorestal se configura em uma resistência ao modelos industriais de produção e ao mesmo tempo promove a autonomia dos agricultores em relação a gestão dos recursos florestais disponíveis. Para isso aproximamos as concepções sobre a agrofloresta dos agricultores e suas perspectivas de futuro do nosso referencial teórico, buscando encontrar elementos que provassem ou desaprovassem a hipótese.

6.1 AGROFLORESTA: UM MODELO DE AGRICULTURA ECOLÓGICA OU A PRÓPRIA CULTURA DA LÓGICA DA FLORESTA?

Seria fácil dizer que ela [Agrofloresta] vem de Ernesto, mas eu não acredito que ela vem dele, claro que Ernesto é um grande teórico, claro que é um grande prático. A academia pode chamá-lo de empírico, mas Ernesto é um indutivista, ele é um teórico como não tem na academia, até acho que esse indutivo está presente na cultura popular, é uma teoria que vai da observação ou da vivência. Eu tenho certeza que Ernesto bebeu dos povos da América. Quando viveu na Costa Rica que tem uma influência indígena muito grande, foi ali que ele começou a se construir enquanto o conhecimento da Agrofloresta. Porque Ernesto exerce tanto fascínio nos povos mais alternativos? As coisas que ele fala acabam sintetizando ideias populares , além disso, faz junções incríveis que já estavam presentes, são recebidas de um jeito que as pessoas estão preparadas para ouvir [Túlio].

Acredita-se que o modelo de agroflorestas defendido por Ernest Götsch, ao qual a COOPERAFLORESTA se assemelha não se concretiza apenas pelo seu potencial de crítica ao modelo industrial de produção de alimentos. O modelo vai

além desta proposta, pois congrega a possibilidade de viver bem com a natureza para se produzir o necessário, na tentativa de harmonizar os trabalhos do homem à natureza, promovendo o aumento da vida (CENTRO AGROECOLÓGICO SABIÁ, in GÖTSCH, 1997). Observando essas duas contribuições dos “discípulos” de Ernest Götsch, é possível perceber a vinculação do sistema de produção agroflorestal com a geração de um conhecimento híbrido, entre as experiências empíricas, a intuição⁴⁵ e a observação. Outros destaques se referem à relação com o conhecimento dos povos tradicionais e na transformação da relação com o mundo a partir da agrofloresta.

Mediante esses apontamentos se observa que as palestras de Götsch (in VAZ, sd) publicadas sobre a agrofloresta se iniciam com um componente reflexivo, na busca de uma compreensão sobre a matéria e a vida. Para ele o primeiro passo para trabalhar com a agrofloresta seria uma mudança fundamental na própria maneira de compreender a vida, ao que Götsch considera como uma abertura à matéria para desenvolver laços com a natureza (GÖTSCH, 1997).

Um conceito fundamental que o autor trabalha se refere à ideia de sintropia, a qual pode ser entendida como o contrário da entropia.⁴⁶ Para ele a sintropia é a lei que rege a construção da complexidade dos sistemas, do mais simples ao mais complexo, e por fim da complexidade da própria vida. Götsch (1997) entende que os processos no universo são complementares entre si e que a vida sempre tende a aumentar, considera que a entropia é um componente da sintropia, pois os sistemas sintrópicos (geradores de vida e da complexificação da vida) complexificam a energia liberada pelos sistemas entrópicos. A complexificação é gerada a partir de unidades simples e acúmulo de energia, a mesma energia gerada pelos processos entrópicos. Estes últimos são observados sob uma perspectiva sistêmica, como um todo, e cumprem sua função de manter e aumentar a vida (VAZ, sd.).

⁴⁵ Intuição (JÜNG, 1987, p. 9): A ideia de intuição se relaciona à perspectiva de construção de conhecimento, arte e ação social partindo da premissa de não conceber o homem fora da natureza como um todo, o que não era instituído quando Jüng desenvolveu suas teorias. “A união indissolúvel e inconsciente entre homem e mundo ainda era um dado absoluto contra o qual seu intelecto começava a lutar contra as armas do empirismo científico”. Para Jüng, na produção de conhecimento também estava contida a intuição, ou seja, a percepção clara sem a necessidade de raciocínio.

⁴⁶ Entropia: Para Leff, (2006) a entropia é a lei-limite da racionalidade econômica, ou também considerada como lei-limite da natureza; pode ser entendida como: a não possibilidade de reciclagem total da energia de um sistema. Provém da segunda lei da termodinâmica que trata da irreversibilidade ou retorno ao estado original, pois sempre uma quantidade de energia será dissipada por meio das trocas de calor que promovem um aumento do “grau de desordem” dentro de um sistema.

A ideia fundamental defendida é o aumento da vida (GÖTSCH, 1997). O autor acredita que manter e proliferar a vida por meio do acúmulo de energia consiste numa característica de qualquer ser vivo e que a vida sempre tende a aumentar. “Não há morte nesse planeta, apenas a transformação daqueles que já cumpriram sua função dentro do processo sintrópico” (VAZ, sd., p. 2).

O agricultor sábio vai tentar planejar e realizar suas intervenções de uma forma que o resultado das suas operações seja uma harmonização e uma sincronização e talvez no melhor dos casos, uma aceleração dos processos que contribuem para o aumento da vida (GÖTSCH, 1997, p. 9).

Götsh (citado por VAZ, sd.) entende a Terra como um único organismo, um macro organismo, um ser vivo, também vista como o nosso paraíso. Ao tentar dominar a natureza o homem se desligou do seu papel sintrópico, se separou do ambiente e da lógica de gerar vida para o planeta como um todo.

Geralmente os animais se adaptam e cultivam o ambiente a partir da observação, assumindo seu lugar na cadeia da vida, como por exemplo, na dispersão de sementes. A integração dos animais é intrínseca com as necessidades da natureza, eles plantam e manejam para a “perpetuação do sistema”. Contudo, alguns animais seguem a mesma lógica da dominação humana para adaptar o ambiente às suas necessidades, mesmo assim, na maioria dos casos assumem seus papéis para o aumento da vida. Se observarmos os animais podemos aprender sobre as necessidades de cada lugar (VAZ, sd.).

Por exemplo, a invasão de formigas saúvas pode ser considerada como a necessidade de que o ambiente necessita de uma grande poda, “elas podam tudo o que no momento não tem capacidade para contribuir da melhor forma para o aumento da vida num determinado lugar”. As formigas são fertilizadoras do solo, afofam a terra e aumentam a quantidade de matéria orgânica. As plantas também trazem fertilidade ao solo, inclusive as plantas consideradas pragas ou invasoras. As “pragas” são indicadoras das necessidades do ambiente, mostrando ao observador o que é necessário melhorar, uma vez que ele pode comparar os locais invadidos com um lugar onde não houve a invasão das mesmas plantas. Além disso, as plantas invasoras podem converter-se em cobertura de solo e matéria orgânica. Ou ainda podem ser substituídas por espécies cultiváveis que desenvolvam a mesma função da planta invasora (GÖTSCH, 1997).

Imprescindível no movimento de construção de uma agrofloresta consiste no estudo da própria natureza. “Faz o que a natureza te ensina, planta o que pode

prosperar nas condições do seu solo” (GÖTSCH, 1997 p. 8). Este seria o caminho para iniciar um sistema agroflorestal. Pode-se dizer que a principal ferramenta metodológica utilizada por Götsch quando relata suas primeiras experiências com SAFs (Sistemas Agroflorestais), se refere à experimentação e observação de erros e acertos (GÖTSCH, 1994).

Para desenvolver os SAFs, é preciso ter como objetivos a geração da vida, visualizar o aumento da fertilidade e buscar mais prosperidade para o sistema. Cabe ao agricultor agroflorestal observar a prosperidade das plantas, como elas se organizam em seus consórcios, estudar o solo a partir do “ponto de vista da planta que queres produzir” e buscar saber se ela se adapta às suas condições. Outra observação fundamental se refere ao solo após a colheita. É preciso perceber se ele se torna mais ou menos fértil. Quando essas observações forem positivas podemos considerar que a agricultura é sustentável (GÖTSCH, 1997 p. 7).

As experiências de Götsch (1994) consideram os sistemas agrícolas tradicionais, especialmente em relação ao uso de policultivos, dispersão de sementes nas proximidades das residências ou por descarte do lixo orgânico, os procedimentos de semeadura direta na roça sob a sombra de outras espécies, tal qual a mandioca, práticas que ele também orienta para o desenvolvimento de SAFs.

Entre as outras práticas de manejo se destaca o plantio de consórcios de espécies diversificadas, tanto quanto possível, incluindo espécies de todas as etapas da sucessão florestal, desde as pioneiras até o clímax. É preciso plantar todas juntas no mesmo lugar ao mesmo tempo, pois os consórcios aumentam a prosperidade do sistema, como ocorre na natureza, pois uma depende da outra para se desenvolver. Neste sentido é importante compreender a vida enquanto um fluxo, como uma corrente de espécies e gerações que condicionam o que vem a seguir, assim como essas espécies são determinadas pelas anteriores (GÖTSCH, 1997).

Outro procedimento importante consiste na capina seletiva que pode eliminar ervas e mudas que não estão contribuindo para a prosperidade do sistema naquele momento, promovendo assim um rejuvenescimento do mesmo. É importante realizar ainda a poda de herbáceas perenes, árvores e arbustos observando as necessidades da planta e do sistema, os galhos e folhas resultantes da poda devem ser deitados no próprio local. A poda promove a entrada de luz e o aumento da matéria orgânica no solo, melhorando inclusive a quantidade de água e regulando o PH por meio dos micro-organismos decompositores (GÖTSCH, 1997).

Em relação às técnicas que se utiliza na agrofloresta se excluem o fogo, a monocultura, o maquinário pesado, os agrotóxicos e a adubação proveniente de fora da propriedade. De acordo com as concepções de Götsch (1997) o fogo e o arado quebram a construção da complexidade da vida, gerando a perda da vida. A adubação externa ou química provoca uma ilusão para a planta, assim como a aração, o leiramento e a capina geral podem empobrecer o solo. Logo após o consumo da energia liberada por esses processos o sistema irá regredir neste sentido essas técnicas seriam como “muletas” para a planta, mas não promoveriam o aumento da vida como um todo.

Para o autor, o agricultor que deseja desenvolver agroflorestas deve buscar favorecer o fluxo natural da vida e adequar seus sistemas de cultivo, manejo, espécies às próprias necessidades do ambiente tendo em vista um balanço energético sempre positivo, assim poderá ser gratificado pela abundância da vida da terra e encontrará a paz (GÖTSCH, 1997).

A agrofloresta consiste em um sistema de produção ecológico de alimentos e também em um modo de relacionar-se com a natureza que considera os movimentos e inter-relações pré-existentes. O produtor disposto a desenvolver um sistema agroflorestal não encontra uma receita pronta, pois cada agrofloresta será o reflexo das especificidades das condições do ambiente que a cerca e da observação e intervenção sintrópica do agricultor que a cultiva. Entretanto as técnicas para a cultura de agrofloresta são bem definidas e, partindo da lógica da floresta orientam o aumento da produtividade, com isso geram a sustentação do agricultor. Para complementar esta interpretação sobre a definição de agrofloresta inserimos o depoimento do técnico entrevistado que afirma a importância das técnicas no cultivo da agrofloresta.

Boa parte das experiências da agrofloresta ainda é uma dificuldade técnica. Se esse (agricultor) tá muito diferente daquele, mas é porque ele ainda não chegou lá, ainda não compreendeu a lógica de plantio de árvores em quantidades muito maiores das que vão permanecer. Da ordem de cem pra um. Entendendo que a natureza faz. Ressalto o conhecimento das pessoas aqui, sobre o meio ambiente e a dinâmica florestal, diferente de muitos outros lugares do Brasil onde não há mais florestas. Aqui tem um ambiente muito florestal que tem regeneração espontânea, muitas das árvores que encontramos tem muita espécie espontânea. Onde não tem, é porque o cara capinou. O fato de vários deixarem é uma mudança significativa, sem dúvida. É uma parceria por igual, o que importa é que a planta depois de nascida siga o seu rumo [Túlio].

6.2 O QUE SE ENTENDE POR AGROFLORESTA NA COOPERAFLORESTA

As definições e concepções sobre agrofloresta estiveram presentes em todos os contatos com os atores da pesquisa. Para obtermos essas declarações não foi preciso grande esforço, contudo, nas entrevistas os atores foram incentivados para se expressarem nesse sentido. Vejamos alguns depoimentos:

A agrofloresta é uma área da propriedade que é produtiva o ano todo e com isso aí a gente se torna mais feliz. Que é uma poupança que estamos fazendo na própria terra, né! Nem que não tenha dinheiro na conta, lá bastante... Mas temos as planta produzindo aí. Vendo a natureza falando com a gente né! Através dos passarinhos e tudo! Porque a natureza ela conversa, e a gente precisa saber conversar com ela também, né! Então, vamos aprender a viver com a natureza [Alfredo].

É muito mais do que a relação com as plantas, é aquela pergunta assim: será que eu interferindo aqui, o resultado da minha interferência vai gerar saldo ou vai virar dívida? Entende? Essa consciência de questionar porque que eu vou fazer alguma coisa será que isso vai valer a pena, o mundo vai ficar melhor depois que eu fizer isso? Para mim este é um pensamento agroflorestal, não precisa ser na roça, em qualquer outra coisa [Alex].

As narrativas anteriores expressam a concepção de agrofloresta que é defendida na Associação, ou seja, uma relação que está para além do sistema de produção de alimentos e a sustentação do agricultor. Elas abordam a ideia de se relacionar com a natureza por meio da agrofloresta. Também demonstram uma posição reflexiva sobre os próprios atos na geração de uma consciência sobre as ações e uma relação de si para com o ambiente ou para com o outro.

Estes discursos nos instigam a estabelecer diversas relações e interpretações. Porém, compreendendo que eles trabalham com uma definição ideal, ou seja, propósitos que eles desejam disseminar e compreender. Não esperamos que todas essas ideias sejam praticadas em suas condutas e dia a dia. Mesmo assim podemos explorar a proposta de relação com o outro.

Partindo de Touriane (2007) é possível dizer que a relação ao outro, semelhante ou diferente é o momento central para construir-se enquanto sujeito e de maneira autônoma. Identifica-se nos discursos anteriores uma forte relação entre as ações no tempo presente, suas repercussões, agora e no futuro, para si, para a natureza e para o mundo. Neste sentido também podemos relacioná-los ao elemento responsabilidade, constitutivo da autonomia do sujeito de Touraine, porque este elemento se refere especialmente com a relação ao outro.

Outro elemento constitutivo da autonomia ao qual podemos relacionar as

concepções acima se refere à ideia de coprodução (Ploeg, 2008) a qual é essencial à condição camponesa e à construção da autonomia, pois ela “diz respeito à interação e transformação mútua constantes entre o homem e a natureza viva” (PLOEG, 2008 p. 40). Os depoimentos acima defendem que a relação com a natureza e sua transformação por meio da intervenção agroflorestal procura considerar os resultados desse processo em cadeia, numa relação favorável tanto ao agricultor quanto à natureza, nesse saldo positivo o agricultor desenvolve os meios para sua vivência. Podemos relembrar neste sentido, a ideia de sintropia (GÖTSCH, 1997) defendida pela teoria agroflorestal como um princípio gerador da vida. A ideia de sintropia pode ser relacionada com o sentido de coprodução (PLOEG, 2008), pois o somatório das energias gera a prosperidade dos sistemas e todos os organismos articulados constroem uma situação favorável.

A agrofloresta pra mim é tudo [Alice].

Agrofloresta é importante para a valorização do agricultor. Então o trabalho de agrofloresta tem essa importância porque nós não trabalha nem com veneno nem com fogo, então. As vantagens estão em produzir as coisas saudável, os nossos produtos não são bonitos como aquele produto convencional veja a banana, aquelas bruta bananona bonita, mas vai ver o tanto de veneno [Alfredo].

A agrofloresta é a agricultura da natureza e do espírito [Túlio].

Então, de repente é aquilo que eu te falei, a agrofloresta não é só plantar, tem outros níveis, essas percepções que se pode atuar usando os princípios da agrofloresta. São atitudes, não sei. Até o próprio consumo sabe, saber que uma coisa foi produzida na agrofloresta com a mesma aparência de uma que usou veneno, um monte de coisas e você não saber qual que você escolhe. Tenho esperança nisso ainda, tenho fé que isso vai acontecer um dia [Alex].

Novamente esse conjunto de discursos nos remete a concepção de agrofloresta enquanto um modo de viver e pensar, que pode inclusive modificar as formas de relação com o mundo. Eles abordam noções abrangentes e abstratas, mas, que se relaciona à perspectiva de Touraine (2004) ao elemento consciência, constituinte da ideia de resistência. A produção sem veneno e a escolha pelo produto originário da agrofloresta podem contribuir para a saúde do consumidor, para o sustento e saúde do agricultor e para a saúde do planeta. Tendo conhecimento sobre a importância de suas ações para a saúde eles se tornam mais fortes contra as imposições do modelo instituído.

Esta última interpretação nos indica novamente a ideia de responsabilidade, constitutiva da autonomia de Touraine (2007). Ao contribuírem com a saúde

assumem a responsabilidade pela produção de alimentos que beneficiem o coletivo, em detrimento das produções voltadas ao mercado e simplesmente à geração de renda, tal qual a agricultura moderna, desvincilhada da responsabilidade com a saúde e adepta da transgenia e dos agrotóxicos para servir um mercado industrial.

Outra característica relacionada à construção da autonomia do sujeito de Touraine (2011) se refere à autoafirmação. Defender a agrofloresta enquanto uma forma de agricultura que promove a valorização do agricultor e para a promoção da saúde, demonstra que eles reconhecem os sentidos de suas práticas para o coletivo, para a sociedade, um forte indício da autonomia do sujeito.

No relato a seguir encontramos a definição de algumas técnicas utilizadas para a produção de agrofloresta. Percebe-se que a relação com a transição de um nível de agrofloresta para outro (da floresta para horta) é dinâmica e necessária para a sustentação do agricultor. O trecho também aborda a ideia de diversidade de espécies na organização dos sistemas.

Você planta as plantas que vai demorar anos pra produzir frutas e você planta estas de crescimento rápido, tem que plantar junto, se não é uma trabalhada a toa, né? Imagina que eu vou manter um lugar só de horta a vida inteira? Eu não vou fazer isso. Mas eu posso voltar para a horta a hora que eu quiser, só meter a motosserra em tudo e começar de novo, aí eu não preciso nem de esterco de vaca. Vai ter esterco de um monte de bicho lá no mato [Alex].

Podemos relacionar a construção da autonomia do agricultor para os autores do Movimento Agroecológico (ASSIS, 2006; GLIESSMAN, 2002; PLOEG, 2010) à perspectiva de diversidade de espécies, haja vista que o plantio de consórcios também favorece a independência do agricultor em relação a mercados imponentes, às intempéries climáticas e aos ataques de “pragas”. O próprio depoimento nos esclarece que a diversidade é benéfica porque permite ao agricultor colher frutos em diferentes épocas.

6.3 PERSPECTIVAS EM RELAÇÃO AO FUTURO

Relacionamos a perspectiva dos agricultores em relação ao futuro neste capítulo porque ela nos remete à efetividade da construção da autonomia, ou ao contrário da não geração de autonomia. Em geral eles demonstram segurança em relação ao futuro desde que estejam ancorados pela COOPERA FLORESTA. Vejamos os depoimentos:

A minha agrofloresta cresceu bastante, ela não é completa, mas eu considero como agrofloresta né. Eu espero melhorar né, espero fazer reformas, podas, sempre um manejo para ficar melhor. A gente espera que esse gado ajude também, eu não sei se é porque eu já passei muita dificuldade, eu pretendo assim ter uma maneira de melhorar né. A gente mesmo que tá na coopera, sabe que tem muita coisa ainda pra fazer, sempre tinha que ter esses projetos, o Projeto Iguatu dava dinheiro pra diárias para trabalhar, capacitava, levava a gente pra visitar, dava a tela para cerca. Cada dia mais coisa boa né. Vim projeto, tem que ter um meio de sobreviver aqui, aqui tem que melhorar mais, roça é um serviço lento, mas se você trabalhar em agrofloresta a gente nunca perde né, porque a gente tem variedade né. E aquilo ali é coisa pro futuro né, se a gente não aproveitar né, alguém vai aproveitar né. Tem coisas que a gente nem vende né. Tem época que é mais a banana né. A gente tem capacidade de muitas coisas além da banana. Dai tem o Taiá, a Taioba, inhame, mandioca, batata-doce, pupunha [Alice].

A partir deste discurso podemos dizer que os subsídios e apoios Estadais e institucionais foram e continuam sendo essenciais à continuidade do processo de desenvolvimento dos agricultores. O que nos incita a imaginar um grau de dependência para com estes mecanismos, o que desfavorece a autonomia do sujeito tanto para Touraine, (2007) quanto para o MA (ver quadro 4). Entretanto, quando a associada se refere aos projetos observa a pró-ação para a conquista dos benefícios, os quais podem ser originados junto à COOPERA FLORESTA, nos permite inferir o contrário, que juntos eles estão buscando seus direitos por acessar políticas públicas, ou seja, lutam por seus direitos, exercendo resistência aos modelos instituídos de produção.

No futuro eu imagino muita variedade de produto. Hoje a gente tem, mas vai ter mais ainda para o nosso sustento e para a comercialização. A agroindústria vai gerar mais renda no lugar e que mais gente entra para fazer agrofloresta. Através da agrofloresta a água tá aumentando, a gente que cuidar da água [Anita].

O trabalho de agrofloresta: Eu não sei se vai ser a solução para o mundo todo, mas pelo menos para o pequeno agricultor que se organize como nós estamos organizados... [Alfredo].

Eu espero que se a gente conseguir se manter firme no nosso caminho, por si só a agrofloresta vai andar [Alex].

Nestes depoimentos observamos diversas relações. A ideia de aumento da diversidade, já explicada anteriormente, a possibilidade de transformação dos produtos na agroindústria favorecer o crescimento da renda dos agricultores, o aumento da quantidade de atores na agrofloresta, a melhoria das condições socioambientais e a valorização da articulação institucional. Podemos relacionar a proposta de agregar valor aos produtos à pluriatividade de Ploeg (2010), e também

do mesmo autor a ideia de autogestão orientada pela associação dos agricultores em instituições organizadas. Ambos, pluriatividade e autogestão são componentes da autonomia para o MA. Em relação às transformações socioambientais relacionamos aos elementos consciência e responsabilidade na relação com o outro, este outro ator do futuro e o outro enquanto a água, ou natureza. Estes últimos constituem fatores importantes para a autonomia do sujeito de Touraine (2007, 2011).

Por último, as afirmações de se manterem ancorados em seus ideais e também de acreditarem na importância do aumento de atores trabalhando com agrofloresta demonstram novamente a construção e a autoafirmação dos sentidos de suas práticas e ideias, estes últimos também alimentam a autonomia do sujeito de Touraine (2011) e do MA (consultar quadro 4).

6.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agrofloresta não se trata somente de um sistema lógico. Cada “agrofloreteiro” constrói suas agroflorestas na medida em que se reconhece ou redescobre os sentidos dessa prática em si mesmo. De acordo com os relatos a substituição do sistema produtivo não depende apenas da transformação das técnicas de manejo, mas também de uma percepção e observação do agricultor de suas próprias condições e objetivos em relação ao trabalho, à produção e ao engajamento no projeto coletivo. Podemos inferir duas interpretações para esse reconhecimento do agricultor com a agrofloresta e com a COOPERAFORESTA.

A primeira possibilidade supõe que a transformação do agricultor em “agrofloreteiro” depende da submissão deste às normas da Associação e ao sistema de produção agroflorestral. Pois, como vimos no capítulo 5 e veremos no capítulo 7, essa submissão (se ela existir) é sustentada pela força do projeto da COOPERAFORESTA, pela garantia da comercialização e pela fonte de educação para os filhos mediante os projetos de educação para os jovens. Se esta interpretação estiver correta o projeto da COOPERAFORESTA gera dependência da Associação e ainda certo grau de dominação social, o que é contrário à autonomia. Entretanto, a própria interpretação nos permite uma crítica, pois se o projeto gera educação para jovens, relacionada com a agrofloresta, ou seja, com a permanência desses no campo, podemos sugerir que o projeto prevê um futuro mais

autônomo para esses jovens. Assim desconsideramos esta interpretação.

A segunda possibilidade supõe que o agricultor reconhece em sua experiência a agrofloresta como um sistema promotor da vida (GÖTSCH, 1997), inclusive da própria vida. Este reconhecimento deriva de uma autoconstrução enquanto sujeito de seu próprio projeto de vida (TOURAINÉ, 2004) tendo em vista que se engaja na batalha por seus interesses e direitos pessoais e coletivos. A questão do coletivo nos remete ao outro, do sujeito de Touraine (ver quadro 4), tendo em vista que a luta por direitos e a construção da autonomia envolvem a necessidade dessa relação. Cada um tem que trabalhar em sua agrofloresta a partir de seus objetivos e sentidos pessoais, ao mesmo tempo em que trabalha para a coletividade. Aqui podemos identificar os elementos, construção dos próprios sentidos e responsabilidade (outro) elementos constitutivos da autonomia do sujeito de Touraine e para a autonomia no Movimento Agroecológico (ver quadro 4).

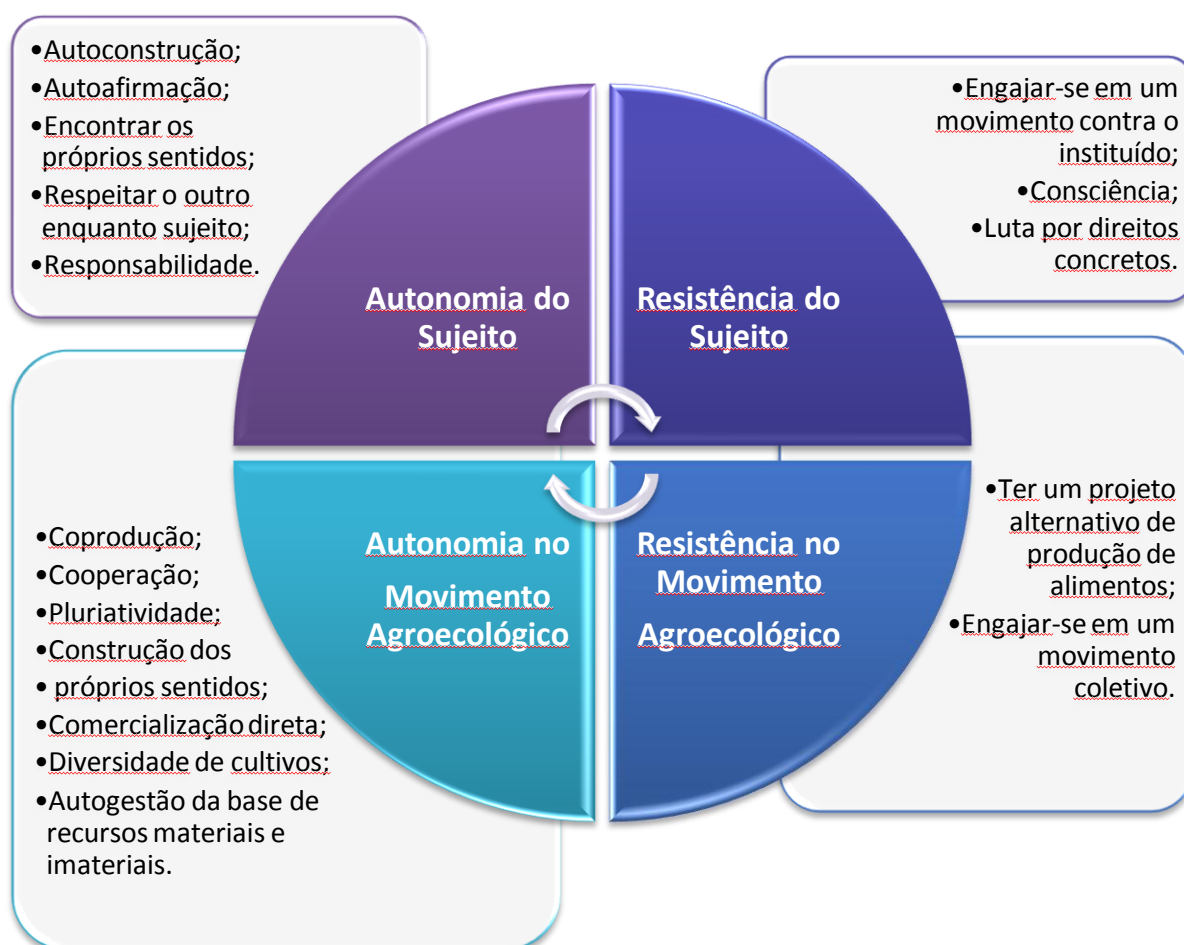
Neste sentido o projeto coletivo da COOPERAFORESTA requer a iniciativa de cada um para compreender os sentidos de sua própria luta enquanto agricultor de áreas de conservação, com relevo acidentado e condições sociais, até recentemente, de abandono. O que nos incita a inferir existência das características de consciência de si e de seus direitos e engajamento no movimento coletivo, ambos reveladores da resistência ao instituído para o sujeito de Touraine e para o Movimento Agroecológico (ver quadro 4).

O projeto coletivo pode também ser fruto da assunção da perspectiva da própria agrofloresta. Como nos indica (GÖTSCH, 1997) o princípio produtivo básico da agrofloresta se relaciona à inter-relação entre as espécies por meio dos consórcios. Assim, ao se perceber como parte do sistema, o agricultor passa a desempenhar seu papel no coletivo, COOPERAFORESTA, e também no coletivo de espécies animais e vegetais, agrofloresta. Esta última sentença nos permite lembrar a ideia de coprodução, elemento constituinte da autonomia para Ploeg (2008) dentro do Movimento Agroecológico.

Ao observarmos a perspectiva de futuro dos agricultores destacamos que eles têm consciência e autoafirmam os sentidos de suas práticas, o que os aproxima da autonomia tanto para Touraine, quanto para o MA. Nesta direção orientam a expansão da agrofloresta como uma possibilidade de transformação de realidades socioambientais por meio de organização de associações aos moldes da COOPERAFORESTA.

Retornando à hipótese a) O modo de produção agroflorestal se configura em uma resistência aos modelos industriais de produção e ao mesmo tempo promove a autonomia dos agricultores em relação a gestão dos recursos florestais disponíveis;

Em relação à resistência contra os modelos industriais a hipótese foi confirmada, pois eles estão engajados em movimentos de luta coletiva pelos direitos ao reconhecerem os sentidos de suas práticas agroflorestais como uma possibilidade de geração de outras relações com a natureza, que não só econômicas e instrumentais. Esta perspectiva foi observada na consciência que eles apresentam em relação a sua ação de produção de alimentos agroflorestais e a repercussão dela para a saúde integral. Os depoimentos também indicam a resistência na afirmação da necessidade de acessar políticas públicas por meio de projetos desenvolvidos pela Associação, ou seja, luta por direitos.



Quadro 4 Elementos constitutivos da Resistência e Autonomia do Sujeito Agroflorestal.

Parece auto evidente, entretanto é fundamental reafirmarmos a prática da agrofloresta como um modelo alternativo de produção de alimentos, fato que gerou

toda a organização da COOPERAFLORESTA e que demonstra a resistência essencial à lógica instituída pela produção industrial de descaracterização do ecossistema de origem. Constitui-se como um modelo alternativo porque se orienta pela conjugação de técnicas tradicionais de cultivo como a capina seletiva e o uso de diversificadas espécies. O sistema agroflorestal também se alimenta de novos conhecimentos gerados pela observação e experimentação da natureza.

Sobre a geração de autonomia promovida pela gestão dos recursos disponíveis, outra afirmação da hipótese a, podemos inferir que também é verdadeira porque os princípios teóricos e práticas observados na COOPERAFLORESTA demonstram a inter-relação com a floresta promovida pela agrofloresta. Isto pôde ser comprovado pela ideia de coprodução apresentada em diversos discursos, esta última é promotora e promove a responsabilidade elemento também gerador da autonomia. Observamos a construção da autonomia também na autoafirmação das próprias práticas e na autoafirmação dos sentidos dessas práticas.

7 COOPERAFORESTA: MECANISMOS DE GESTÃO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Este capítulo observa e analisa o processo de organização institucional da COOPERAFORESTA, detalhando os procedimentos empregados na gestão, comercialização e autoavaliação. Nosso foco aqui se refere ao teste da hipótese b) A escolha por processos participativos de gestão institucional é geradora de autonomia, pois favorece o desenvolvimento da autogestão de seus projetos de vida.

Também descrevemos e analisamos nesta seção um exercício de autogestão e avaliação chamado de “Estrelas da Agrofloresta” aplicado nos grupos de agricultores com o intuito de promover uma reflexão sobre seu trabalho e suas agroflorestas.

7.1 A ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA COOPERAFORESTA

O Estatuto e o Regimento Interno da Associação indicam que a instituição direciona seus esforços na construção de processos administrativos que priorizem a autogestão de seus recursos, tendo em vista tanto a Associação quanto as propriedades agroflorestais. Seus objetivos gerais configuram-se como:

I - Contribuir para a construção de um paradigma de cooperação dos seres humanos entre si e com a natureza.

II – Promover a recuperação ambiental e a inclusão social através do fortalecimento da agricultura familiar, da agroecologia e do desenvolvimento e multiplicação de sistemas agroflorestais baseados (na estrutura, dinâmica e biodiversidade dos ecossistemas naturais) e no entendimento, cooperação e imitação do caminho que a natureza faz, continuamente gerando maior fartura e diversidade de vida.

O site eletrônico da Associação divulga os seguintes objetivos:

A COOPERAFORESTA caminha em busca do fortalecimento da agricultura familiar e do desenvolvimento de uma consciência ambiental, visando à construção da agroecologia e da prática agroflorestal para o enfrentamento da exclusão social através de alternativas de produção e renda para os trabalhadores e trabalhadoras rurais. Para tal, a COOPERAFORESTA se propõe a facilitar os processos de organização, formação e capacitação das famílias agricultoras, planejamento dos sistemas agroflorestais, além do beneficiamento, agro industrialização e comercialização da produção.

Ao observarmos estas concepções teóricas, que são os imperativos do processo institucional da Associação, podemos identificar diversos elementos constituintes da resistência ao modelo instituído de produção de alimentos (ver

quadro 4). Há um movimento coletivo gerador de um projeto alternativo de produção de alimentos de acordo com as concepções do Movimento Agroecológico. Identificamos a perspectiva de consciência em relação a este projeto e sua possibilidade de defesa de direitos coletivos tais quais a igualdade e a justiça social (TOURAINÉ, 2011).

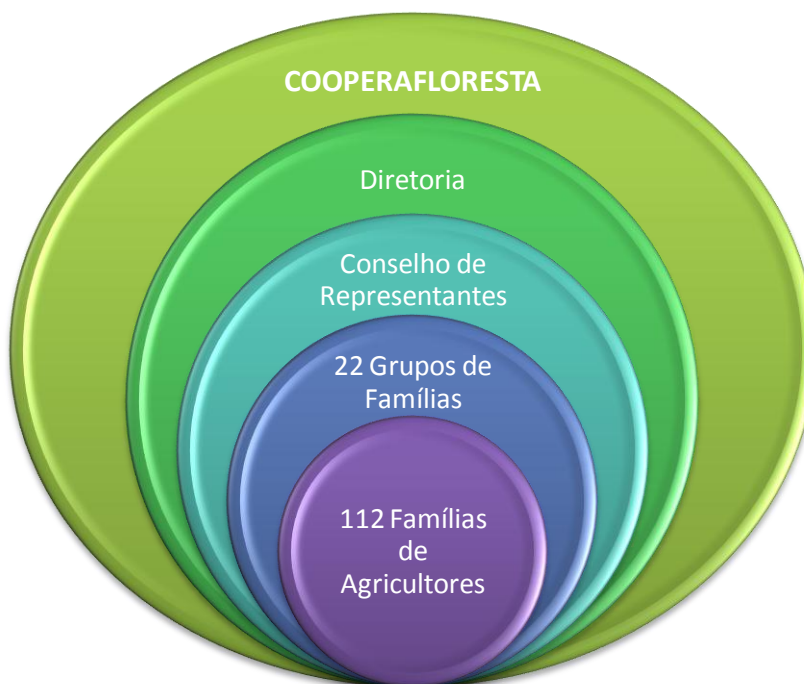


Figura 3 COOPERA FLORESTA – Organização Institucional

Os mesmos documentos citados acima descrevem o processo de gestão com vistas ao envolvimento de todos os agricultores para autogerir a Associação, na comercialização coletiva e na execução de seus objetivos. A administração é organizada da seguinte forma.

Os associados se caracterizam por 112 unidades familiares se organizam em 22 pequenos grupos de, no mínimo, cinco famílias para a realização de mutirões de trabalho e capacitação. Esses grupos se reúnem mensalmente em reunião cuja pauta e ata devem ser registradas em um caderno do grupo. Cada grupo elege um representante para participar do Conselho de representantes, o qual não tem direito a reeleição (COOPERA FLORESTA, 2011a).

O Conselho de Representantes é a instância que estabelece a relação dos grupos com a direção e exerce funções de discussão e deliberação. Reúne-se mensalmente para tratar de questões administrativas de todas as instâncias.

A direção da instituição é composta por um presidente, um vice-presidente, um secretário e um tesoureiro. A direção é eleita a cada dois anos e há possibilidade

de uma reeleição de presidente. Há uma assembleia geral anual em que todos os associados são convocados para a prestação de contas.

Há também um corpo técnico que organiza junto à direção os procedimentos técnicos e burocráticos da Associação. Tal corpo técnico é composto por um engenheiro florestal, dois engenheiros agrônomos, um contador e uma secretária. Os técnicos estão envolvidos nos processos de capacitação e educação desenvolvidos pela Associação, tanto por meio dos mutirões, quanto pela “Escolinha de Agrofloresta”. Auxiliam também nesses processos os quarenta agentes multiplicadores que, como indicamos anteriormente, são agricultores qualificados que assumiram a função de disseminar a agrofloresta junto à Associação. Entre as outras ações se destaca a assessoria jurídica aos associados (COOPERAFORESTA, 2011a).

O Regimento Interno institui que é dever de todas as famílias associadas apresentarem e desenvolverem um plano anual. Este plano precisa demonstrar o comprometimento do agricultor em transformar todo o sítio em agrofloresta. Corresponde a uma espécie de plano de manejo que é desenvolvido pela família com o auxílio de um agente multiplicador assessorado por um técnico da instituição. Os planos são apresentados ao Secretário da COOPERAFORESTA que auxiliará na correção de eventuais irregularidades. Para novas famílias ingressas há um prazo de três meses para elaboração e apresentação do plano.

Quando novas famílias pretendem se associar, elas já devem praticar agrofloresta e buscar informações sobre as regras de funcionamento da COOPERAFORESTA, junto a um grupo de agricultores. É também necessário que ela se insira em um grupo, o qual aprova ou não a entrada da família. Se aprovada, inicia sua participação nas reuniões e nos trabalhos de mutirão. Após três meses, ela pode se integrar no processo de comercialização do grupo mediante a aprovação do Conselho de Representantes, desde que esteja de acordo com as demais normas, como a distância de locais onde se utilizam agrotóxicos ou que suas áreas cultiváveis estejam em período de descontaminação.

Ao observarmos esta organização institucional percebemos, de acordo com Ploeg (2008, 2010), uma orientação para a construção de autonomia dos grupos e famílias por meio da ideia de autogestão da sua base de recursos. Na perspectiva familiar, o instrumento de geração de autonomia identificado é o plano anual. Na perspectiva dos grupos, os instrumentos de autogestão se referem às reuniões

mensais de gestão e os mutirões e no contexto geral da Associação por meio do Conselho de Representantes.

Neste sentido é interessante destacar que os integrantes do grupo de pesquisa estiveram envolvidos no preenchimento dos planos de manejo simplificados das propriedades, exigidos para o processo de certificação da Rede Ecvoda de Agroecologia, os quais podem ser considerados instrumentos de autogestão. Observamos também nas ações da COOPERAFORESTA a assistência técnica para a elaboração de mapas georreferenciados para facilitar a gestão e planejamento das propriedades e também para fins de pesquisas. Nesta observação foi possível perceber que o processo do agricultor para racionalização da produção e planejamento obedece a outras lógicas que não apenas escrever planos e desenhar mapas.

É fortemente influenciado pela agrofloresta, quem maneja não é você, mas aquele que precisa sair, você ajuda a sair porque é o sistema que te leva e não você que leva o sistema, você em sintonia com a natureza. Diferente da perspectiva de alguém que está fazendo políticas públicas. Quero ver ele conseguir planejar as ações dos agricultores, pois eles estão em diálogo com Deus, existe uma dificuldade desse pessoal compreender que a relação com a natureza é que define as práticas na agrofloresta. É claro que tem projeto, eu planto cem espécies a mais. Eu planejei os estratos mas, qual eu vou ter que cortar, não sei, aquela que tiver feia, é um planejamento não previsível [Túlio].

O relato anterior esclarece sobre a maneira como se organizam os planejamentos e as práticas das próprias famílias. As decisões das ações de manejo são realizadas pelo agricultor em sua relação com a sua agrofloresta. Entretanto, se percebe que há instâncias e instrumentos institucionais definidos para a gestão da Associação e orientações em relação à gestão das propriedades, os quais teoricamente são orientados por preceitos geradores de autonomia, por exemplo, a autoafirmação dos próprios sentidos da ação definidas pelo agricultor em sua relação com a agrofloresta (TOURAINÉ, 2004). Ou ainda a perspectiva de geração de independência dos grupos quanto à aceitação de novas famílias (PLOEG, 2010).

Esclarecemos que durante as entrevistas e observações não foram desenvolvidas questões sobre a administração, pois julgamos que isso direcionaria os depoimentos. Vejamos um relato que se relaciona ao processo administrativo da Associação. Neste depoimento, a agricultora comenta também a respeito da sua relação com a COOPERAFORESTA.

A reunião da coopera ainda da um resultado né porque ajuda um pouquinho a gente. Porque às vezes tem uma diária, é assim né uma vez por mês lá em baixo e às vezes tem nos bairros né. É como um amor que a gente já

tem pela COOPERA. Eu acho que a gente tinha que continuar sempre esse tipo de trabalho né. A gente não podia deixar acabar, tinha que ter uma pessoa. Mas isso aí a gente tem que deixa para os filhos para os netos e sempre ter esse tipo de trabalho, ter uma vida saudável. Tinha que ter umas pessoas capacitadas né, por isso que eles já estão capacitando alguns, e tem agricultores estudando [Alice].

O relato anterior é significativo na medida em que são constantes os elogios e o reconhecimento de que a organização é muito importante para o sucesso do conjunto do movimento e de que precisam de pessoas qualificadas para desenvolver este trabalho administrativo. Há uma relação sentimental com o movimento e seus atores. A perspectiva da sua continuidade está relacionada à necessidade da qualificação de agricultores para desempenhar essas funções.

É preciso esclarecer que no Regimento interno se definem alguns acordos tais quais: não é permitido difamar ou falar mal da Associação, do corpo técnico e da diretoria, fora das reuniões. Os casos desse tipo serão analisados perante o Conselho de Representantes e estão sujeitos a suspensão do direito de participar da comercialização. Ocorrências não previstas no regimento interno e nas deliberações do Conselho de Representantes podem ser encaminhadas para a reunião do Conselho de Ética.

O depoimento acima ainda demonstra a preocupação com a necessidade de continuidade da Associação. Encontramos no relato e no pagamento de diárias para o estímulo à participação indícios de uma relação de dependência dos agricultores pela Associação. Os agricultores recebem “diárias” quando precisam deixar suas agroflorestas para participar de eventos administrativos, quando esses obrigam o agricultor a deixarem de produzir sua própria renda. Esta prática nos motiva a questionar a organização da Associação sobre esses mecanismos geradores de dependência, claramente oposta à independência, elemento constituinte da autonomia para o Movimento Agroecológico (ver quadro 4). Observamos que a justificativa por assumir essas práticas como legítimas se refere à situação socioeconômica dos associados, haja vista que um dia de trabalho para dedicação ao processo administrativo representa uma perda econômica significativa, por isso se utilizam dos subsídios do projeto da COOPERAFLORÉSTA. Em contraponto, mesmo com subsídios, encontramos outros indícios do incentivo à geração de independência, tal qual o depoimento a seguir:

Cada um teu seu tempo. O fato é que conforme vai despertando prá isso vai ficando a pessoa mais leve, sabe? Eu vejo a COOPERAFLORÉSTA que nem um ônibus, cheio de gente, só que não tem motor são pessoas que

empurram esse ônibus. Então cada vez que um tá lá dentro, acorda e ajuda a empurrar ele vai ficando mais leve, mais rápido.. é assim que funciona. Tem gente que só fica lá dentro reclamando, mas uma hora ele começa a despertar e aí ajuda a empurrar... e é gozado que aí cessa a reclamação porque percebe a qualidade e a natureza das coisas [Alex].

Esse depoimento apresenta a postura do atual diretor. A partir dele podemos inferir algumas diferenças entre a COOPERAFORESTA e as instituições do Estado da Providência, criticadas por Touraine (2004, 2007, 2011). A instituição COOPERAFORESTA somente poderá funcionar melhor quando o engajamento de seus membros for pró-ativo e participante. Desde já é preciso compreender a postura e o papel do entrevistado em questão, o qual sem ingenuidades defende a instituição, assim como os demais associados. Podemos observar a analogia feita pelo Sr. Alex supondo que ao assumir para si as responsabilidades pelo coletivo o indivíduo promove mudanças em suas atitudes, o que por sua vez afeta o coletivo. Nesta perspectiva retornamos à proposta de constituição de si em relação ao outro, e ao engajamento em um movimento coletivo para gerar resistências, elementos constituintes da autonomia (TOURAINÉ, 2007).

Entretanto, a concepção da autonomia do sujeito de Touraine (2007) se orienta pela característica da liberdade e da desconfiança quanto à institucionalização, a falta de liberdade pode ferir as possibilidades de autonomia do sujeito. Neste sentido, se observarmos a postura auto protetora dos entrevistados, sugerimos que o risco de se fecharem em suas próprias normalizações não propicia a emergência da autonomia do sujeito dentro da COOPERAFORESTA, ao mesmo tempo em que pode gerar novos instituídos talvez excludentes.

Estas observações nos instigam a problematizar a possibilidade da construção da autonomia na COOPERAFORESTA. Qual seria a lógica para o estabelecimento de um acordo em torno da não difamação da Associação no próprio Regimento Interno? Seria um mecanismo de controle instituído? Qual seria a efetividade deste mecanismo? As nossas condições de pesquisa e os atores entrevistados nos demonstraram uma proteção da Associação e um apego. Os nossos questionamentos aos entrevistados não trouxeram críticas contundentes do processo, talvez por conta da nossa condição de pesquisa ou pela escolha das nossas ferramentas para a coleta de dados.

Entretanto, observamos que o processo de organização da COOPERAFORESTA se desenvolveu mediante a organização de um modelo em

que os agricultores estiveram presentes por meios das instâncias e espaços representativos. Entre elas o Conselho de Representantes, os grupos de mutirão, o processo de formação de agentes multiplicadores e as assembleias gerais. Nesses espaços e processos identificamos os elementos constituintes de autonomia (ver quadro 4) de cooperação, de responsabilidade pelo coletivo e de construção dos próprios sentidos.

Se os agricultores associados definiram em conjunto que a difamação e o protesto individual fora das reuniões, sejam elementos desestruturantes do projeto coletivo, mas, caso os associados tenham críticas possam se expressar diretamente ao grupo, como nos indica o Regimento Interno, podemos aproximá-los da instituição do respeito pelo projeto coletivo e pelos seus atores. Se a construção e acordos coletivos são verdadeiros, o processo de instituição da norma incentivou a construção da autonomia do sujeito, tendo em vista o elemento “respeitar o outro enquanto sujeito” (TOURAINÉ, 2007).

A minha família sempre dizia para mim... você fica na mão da associação, não pode cortar aqui, não pode cortar lá...mas eu falo pro meu pai: se você vai num banco não tem um monte de regra? na agrofloresta e na associação você obedece uma regra no início e depois você cria outras regras...[Agricultor, in:COOPERAFLORESTA,2011a)

Este depoimento não foi coletado no âmbito da pesquisa, porém consideramos significativo em relação à organização da COOPERAFLORESTA e à institucionalização. A família do agricultor o alertou para a possibilidade de ser submetido a um processo normalizador e que isso seria uma ameaça à sua autonomia. Ele pode ser um indício positivo da construção da autonomia, pois há uma relação consciente de reflexão sobre a própria institucionalização. Contudo ele está inserido numa publicação oficial da COOPERAFLORESTA.

Podemos afirmar que mesmo com indícios e questionamentos sobre a construção da autonomia na Associação concluímos que toda autonomia é relativa a alguns fatores e com isso são necessários acordos em que todos precisam ceder um pouco de sua individualidade em virtude do projeto coletivo e que os subsídios são imprescindíveis nos processos de desenvolvimento como os da COOPERAFLORESTA. É possível afirmar ainda que incentivos são necessários a todas as outras atividades econômicas em seu início. Afirmamos, portanto que a ideia de dependência pode ser entendida como acordo e incentivo da Associação para o desenvolvimento do processo.

7.1.1 Certificação Participativa da Agrofloresta

A COOPERAFORESTA desenvolve um sistema de certificação participativo da produção agroecológica vinculado à Rede Ecovida de Agroecologia.

Há regras definidas para os associados delimitadas pela regulamentação do processo de certificação participativo, como por exemplo, a proibição de queimadas e utilização de agrotóxicos e adubos químicos, nesses casos as famílias poderão ser expulsas da Associação. Os procedimentos de certificação obedecem ao mesmo processo exigido para a filiação. Os interessados devem ser vinculados a um grupo de mutirão, onde se desenvolvem as relações de autoavaliação entre os agricultores e se organizam os acordos em torno da certificação.

O Conselho de Ética previsto no Regimento Interno da COOPERAFORESTA foi constituído recentemente por uma exigência da Rede Ecovida e é composto por oito agricultores que participam de processos específicos de qualificação para a certificação participativa. De acordo com o Sr. Alex os processos sociais originados na execução dos mutirões já seriam suficientes para realizar a certificação. Repetimos aqui o fragmento da entrevista do presidente que trata desta posição.

E tem também essa história da Rede Ecovida, que a gente tem essa certificação participativa, então o mutirão é a nossa maior ferramenta para que a certificação seja participativa... porque não deveria ter uma comissão de ética. Agora a gente tem uma comissão de ética por causa da imposição da Rede Ecovida, mas nunca precisou comissão de ética. É o mutirão que resolve as coisas, porque já houve caso de um grupo inteiro ser suspenso por causa de falhas, quer dizer, concertar o erro logo e demorar pra voltar pro grupo né [Alex].

Ao observarmos o depoimento concordamos com o presidente que os mutirões são mecanismos de autoavaliação e autogestão eficientes na organização da certificação, pois são geradores de “laços” que promovem o desenvolvimento do comprometimento coletivo dos agricultores com a certificação (RADOMSKI, 2008). É possível relacionar os sistemas participativos de gestão à ideia de confiança e corresponsabilidade, pois todos os integrantes dos grupos participam dos processos de manejo das propriedades e têm possibilidade de avaliar cada uma delas assim como monitorá-las. Relembrando que o processo de certificação pelos grupos é um meio de controle social descentralizado e promotor da autoavaliação (GAO, 2004).

Neste sentido, se analisarmos toda a constituição institucional da COOPERAFORESTA, mesmo com a visão crítica explícita nesse depoimento, é possível aproximá-los da constituição da própria Rede Ecovida de Agroecologia e

sua organização horizontal. Ambas foram organizadas nos últimos quinze anos, em uma relação integrada. Por exemplo, no que se refere ao interesse dos próprios grupos para a mobilização em torno da certificação, a organização de pequenos grupos autogestionados. Assim, é contundente analisar o processo de certificação participativo como gerador de autonomia, associando-o aos elementos de responsabilidade, autoconstrução, independência e cooperação (ver quadro 4).

Ao mesmo tempo se constitui como um elemento forte da resistência ao instituído tendo em vista que foi gerado no contexto da própria institucionalização das agriculturas ecológicas e sugerido aos mecanismos instituintes, conforme discutimos anteriormente. O processo de certificação participativa da COOPERAFORESTA revela os elementos consciência dos direitos, geração de um projeto alternativo de produção de alimentos e produção de um movimento coletivo, confirmando mais uma vez a resistência ao instituído.

7.2 AS ESTRELAS DA AGROFLORESTA

Esta seção tem o propósito de descrever uma prática institucional desenvolvida pela COOPERAFORESTA voltada ao desenvolvimento da autoavaliação dos agricultores. Descrevemos aqui as observações realizadas na oficina para a construção das “Estrelas da Agrofloresta”, no dia 19 de maio de 2011, na residência de um morador do Bairro/Quilombo Terra Seca, reunindo um grupo de mutirão associado à COOPERAFORESTA.

O exercício se desenvolveu com doze agricultores em um espaço plano entre o quintal da casa e as agroflorestas. Os agricultores se reuniram em roda para iniciar a atividade por meio da realização de uma oração e uma dinâmica de integração, coordenadas pelo mediador da atividade, o mesmo coordenador de pesquisa da Associação. Durante o exercício os agricultores pareciam integrados entre si, e também curiosos em relação aos pesquisadores presentes, visto que havia três pesquisadoras, o coordenador e um pesquisador de projetos da Associação que também facilitou o processo de autoavaliação aplicado ao grupo.

A dinâmica de integração proposta pelo mediador permitiu que todos despertassem sua atenção e se colocassem presentes na atividade. A atividade gerou um momento de integração entre os participantes. Todos, menos um, foram

convidados a desenhar com pedras pequenos círculos em volta de si. A seguir o participante que não desenhou o círculo se posicionou no centro da roda e escolheu de forma aleatória, outro participante e afirmou: “eu amo você porque você tem chinelos”, por exemplo. Todos os que estivessem usando chinelos deveriam deixar seus lugares e buscar outro círculo vazio. O que não encontrasse outro círculo repetia a atividade escolhendo outra característica. Observou-se que todos ficaram descontraídos para a realização da atividade. Interagiram mais entre si e pouco com os pesquisadores.

A seguir se sentaram em bancos de madeira dispostos em meia lua. Havia a disposição de cartazes ilustrativos para a mediação da atividade denominada de “Construção das Estrelas da Agrofloresta”. Esse processo consiste na construção de uma matriz de autoavaliação dos agricultores em relação às suas agroflorestas - SAFs, sendo parte de uma estratégia adotada pelo grupo de pesquisadores dos projetos Agroflorestas, (EMBRAPA e UFPR), Agroflorestar (ICMBIO e UFPR) e da COOPERAFORESTA para escolher as “melhores” parcelas de agroflorestas em diferentes idades para realizar as pesquisas. Foi escolhida uma metodologia de seleção participativa, baseando-se num modelo de avaliação denominado Meios de vida Sustentáveis – MVS. Este último se define por um sistema de avaliação utilizado em populações em diferentes condições de vida, orientado para a análise de meios de vida com vistas a orientar projetos de desenvolvimento mais ordenados ao local de destino (COOPERAFORESTA, 2011b). A escolha deste método prioriza o foco da pesquisa em pessoas e suas necessidades.

A atividade está articulada com os objetivos da COOPERAFORESTA. A introdução de tal exercício pode desenvolver a capacidade de autoreflexão e auto avaliação que pode ser continuado anualmente. A metodologia de seleção participativa foi construída anteriormente, durante outros encontros de capacitação dos grupos de agricultores. Os quais escolheram critérios ou características que definiriam o que seriam “Boas Agroflorestas” na opinião dos “agrofloresteiros”. As discussões nos grupos geraram uma matriz de critérios, agrupados conforme a similaridade de ideias e organizados em cinco eixos:

- Produção
- Manejo
- Cuidado/ amor e carinho
- Biodiversidade

- Terra Boa

Voltando à observação de campo: O grupo foi convidado a avaliar suas agroflorestas a partir da divisão em parcelas por idade, 0-5 anos, 5-7anos e 11 anos ou mais. Cada agricultor junto com sua família analisou as diferentes parcelas em uma matriz individual, indicando uma nota que poderia ser de 0 a 5 em cada um dos eixos acima, sendo que 0 seria o menor valor. Por exemplo, na agrofloresta X que tem 4 anos a produção pode ser avaliada com nota 4, o manejo com nota 3 e assim continuamente.



Figura 4 Agricultores e pesquisadores no Exercício de Construção das “Estrelas da Agrofloresta” (COOPERA Floresta, 2011 – Arquivo interno)

O exercício foi desenvolvido no âmbito familiar, cada um conhecia cada parcela com idades diferentes e cada parcela necessitava de uma observação particular em cada um dos eixos (características). A partir dessa avaliação os agricultores construíram estrelas que identificariam a situação das agroflorestas. As estrelas mais equilibradas seriam teoricamente as melhores agroflorestas. Em alguns casos as discussões foram compartilhadas com as outras famílias presentes, visto que todos conheciam as parcelas analisadas.

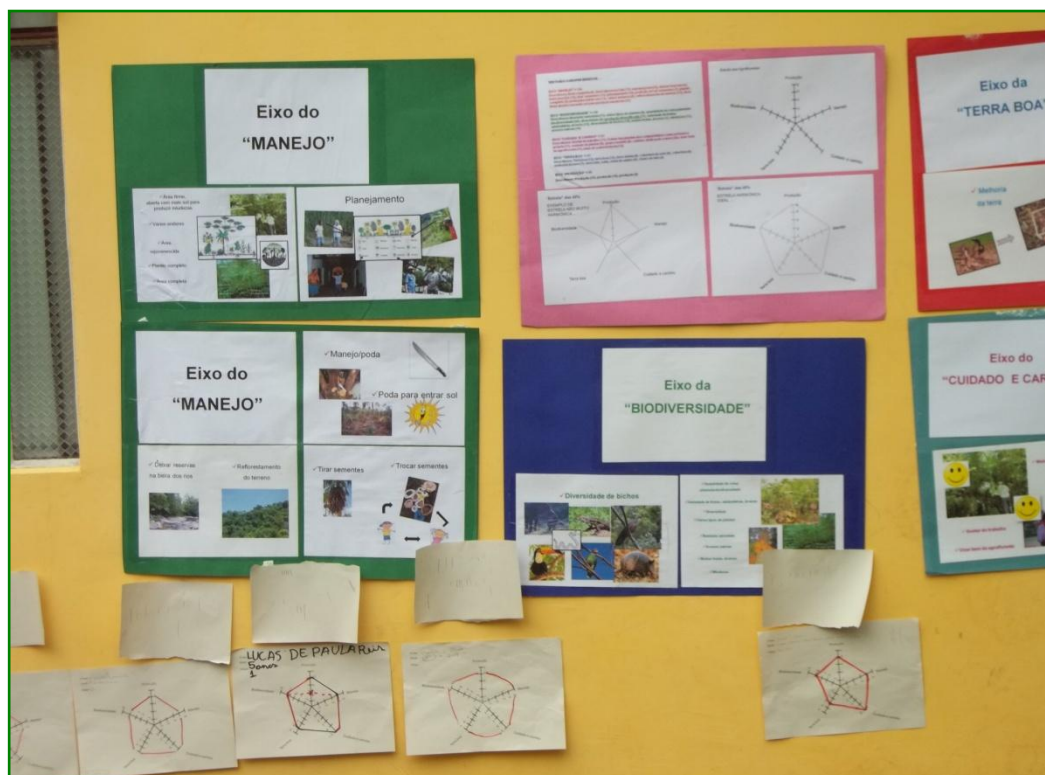


Figura 5 Fotografia das Estrelas da Agrofloresta produzidas na dinâmica (COOPERAFORESTA, 2011, Arquivo interno)

Ao final cada família expôs suas estrelas, as autoavaliações foram expostas para uma análise coletiva. Aconteceram discussões em torno de algumas parcelas, especialmente à “estrela da agrofloresta” trabalhada por um adolescente, filho de agrofloreiros, da Sra. Alice, uma das entrevistadas. O grupo se referia com um tom motivador ao garoto, porém advertindo-o para sua análise superestimada, pois ela seria considerada a “estrela” perfeita (agrofloresta perfeita), mas, aos olhos dos demais essa observação não era verdadeira. Nesse contexto de discussões o jovem se dispôs a refazer sua análise otimista.

Naquele momento essa pesquisadora pode registrar uma impressão em seu diário, o qual compartilhamos. “Mesmo disposto a refazer sua estrela o jovem ainda se colocou positivamente, e talvez o fato de superestimar sua parcela puderia ser um indício de amor e gosto que cultiva pelo seu trabalho. Apenas um garoto de 14 anos”. Em relação às outras “estrelas” o grupo concordou e respeitou as suas formas.

Pode-se perceber um processo de autocrítica na maioria das exposições. Ficou evidente nos discursos uma inclinação em acreditarem que as áreas atuais agroflorestandas são sempre melhores que antes da implantação do sistema agroflorestal. Em alguns casos havia uma insatisfação em relação ao desenho da

“estrela”, cujas causas foram atribuídas aos sofrimentos internos que cada um passou e também aos sofrimentos durante a trajetória de suas vidas, algumas manifestações emocionais apareceram (choro). Destacaram-se as inclinações pelo eixo Carinho e Cuidado.

Foi também um árduo processo realizar a seleção das melhores estrelas nas idades diferentes para participar das pesquisas, o que representa receber os pesquisadores em suas residências e expor sua maneira de trabalhar. Observou-se que o grupo estava inclinado a direcionar a pesquisa para todas as famílias alegando que as visitas dos pesquisadores seria “bem vinda” em todas as casas. De acordo com os depoimentos as visitas elevam a autoestima dos agricultores pois valoriza o trabalho de cada um. Todos estavam dispostos a receber a visita dos pesquisadores.

Quando “belas estrelas” apareciam, as boas agroflorestas, os sentimentos eram de alegria, dedicação, aprendizado e recompensa. Percebemos que o exercício despertou uma reflexão geral, sobre os trabalhos de cada um, sobre qual a dedicação empreendida, sobre a produtividade e também pela possibilidade de visualizar as necessidades de melhoria de cada parcela.

Se aproximarmos a prática de “construção de estrelas” da teoria de Touraine (2004, 2007, 2011) identificamos os seguintes elementos constituintes da autonomia do sujeito. Autoafirmação das próprias práticas. Ao refletir sobre todo o contexto de seu trabalho e visualizar resultados positivos, o agricultor encontra alguns sentidos em seu trabalho e se constitui como o protagonista deste. Se trabalharmos com a perspectiva coletiva da autoavaliação, haja vista que os mutirões e a certificação participativa permitem o conhecimento das realidades particulares pelo conjunto dos agricultores, avaliar coletivamente permite que eles encontrem os sentidos ocultos de suas práticas coletivas, como por exemplo, o respeito pela avaliação do outro, fundamentais para a autonomia do sujeito.

O exercício também suscitou um encontro com os próprios sentimentos e dificuldades aflorados ao grupo, entretanto, tais adversidades se converteram em motivações para os agricultores orientarem suas ações, após a força que receberam do projeto coletivo de agrofloresta. A situação de adversidade e conflito consigo mesmo também os aproximam do sujeito de Touraine, apenas porque enfrentam essas situações de maneira positiva e ativa, no engajamento coletivo e na defesa de seus direitos

Ao que parece a metodologia de construção da matriz de avaliação promove uma reflexão sobre o processo produtivo como um todo, considerando os eixos, manejo, produtividade, cuidado e carinho (dedicação), biodiversidade e terra boa. Ao observarmos a ideia de base de recursos de Ploeg (2010) compreendemos que o exercício possibilita ao agricultor medir quais os pontos positivos e negativos de sua relação com sua base de recursos, neste caso, naturais e pessoais. A agrofloresta tem como princípio básico a utilização de recursos próprios na produção oriundos da propriedade e procura favorecer todos os sistemas de vida em seu entorno (GÖTSCH, 1997). O exercício, portanto, permite ao agricultor orientar sua gestão da base de recursos, construindo sua autonomia (ver quadro 4).

Com relação à ideia de biodiversidade e considerando o princípio de utilização de consórcios de espécies, (quanto mais variados mais produtivos) (GÖTSCH, 1997), podemos relacioná-la ao elemento diversidade indicado no Movimento Agroecológico (ver quadro 4) como essencial para a manutenção do agricultor no campo porque ela alimenta a autonomia, diminuindo os riscos de susceptibilidade a imprevistos naturais e econômicos.

7.3 O ATUAL PROCESSO DE COMERCIALIZAÇÃO DOS PRODUTOS AGROFLORESTAIS⁴⁷

Há uma variedade de produtos agroflorestais comercializados pela COOPERA Floresta entre os principais estão a banana, considerada o carro chefe da associação, a vagem, o inhame, a mandioca, a goiaba, o limão, a abobrinha e o palmito pupunha. Comercializam também alguns produtos transformados como a goiabada e a bananada.

A diversidade de produtos da agrofloresta é um dos princípios do sistema de produção agroflorestal (GÖTSCH, 1997). A produção diversificada se constitui em um dos elementos da autonomia (ver quadro 4) defendidos por Assis, (2006) e Ploeg (2010) como fundamental tanto para o equilíbrio do ecossistema quanto para a independência do agricultor em relação a um mercado ou indústria consumidora. A

⁴⁷ Dados disponibilizados pela COOPERA Floresta ao grupo de pesquisa, por meio de reuniões e relatórios os quais foram sistematizados pela pesquisadora Letícia Costa, da área de gestão da informação e entregues ao grupo. Para mais informações consultar: COSTA E SILVA, 2012.

diversidade de produtos abre possibilidades de comercialização em diferentes canais, para diversificados consumidores, ainda promove a distribuição dos produtos em diversas épocas do ano.

De acordo com a COOPERAFORESTA (2011a) a comercialização dos produtos é realizada em três principais canais. Grande parte da produção é destinada para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. Durante o ano de 2010 o PAA foi responsável por 55% do valor recebido pela comercialização. Há ainda a venda direta ao consumidor em feiras especialmente em Curitiba, mas também em Barra do Turvo. Em 2010 as feiras representaram 44 % do total recebido. O restante, a menor porção, que em 2010 representou 1% do valor proveniente da comercialização, foi vendida por meio do Circuito Sul. Tal processo se refere à uma rede interna de comercialização e circulação de produtos entre os agricultores e associações vinculadas à Rede Ecovida de Agroecologia. Participam da comercialização 121 agricultores, sendo 33% mulheres e 67% homens, distribuídos em 112 unidades familiares em 17 bairros diferentes que abrangem o total estimado de 286 hectares de agrofloresta.

A gestão da comercialização parece ser um processo complexo e em transformação na Associação, especialmente durante o ano de 2011. A COOPERAFORESTA explicou que até o ano de 2010 não havia envolvimento dos associados e o processo de comercialização era administrado pelos técnicos, sem uma padronização ou formalização dos procedimentos. A Associação também esclarece que “a comercialização funcionava baseada na experiência e conhecimento acumulado de seus funcionários e gestores”.

O processo funciona, (pois ainda está em transformação) da seguinte forma: Os agricultores disponibilizam a sua produção em pontos determinados para coleta onde o caminhão da Associação os recolhe e encaminha para uma unidade de separação e organização dos produtos. Os produtores recebem a quantia referente ao que foi coletado ao final de cada mês. Tal acordo permanece, mesmo que nem todos os produtos coletados sejam comercializados. Neste sistema são necessários quinze funcionários e um coordenador.

Tais mecanismos vêm se modificando durante o ano corrente (2012), o objetivo é repassar a gestão da comercialização para os associados e otimizar os procedimentos, promovendo a sustentabilidade do processo. A diretoria da Associação está buscando caminhos para efetuar essa mudança, tais quais:

organizou uma equipe de gestão da comercialização para gerenciar o processo, realizou também a contratação de um profissional, chamado de “gestor da comercialização”, e também estão sendo organizadas as informações sobre o processo para facilitar novas decisões e otimizar os procedimentos, tornando-os padronizados. Mensalmente são realizadas reuniões específicas para discutir e gerenciar os novos métodos de comercialização pretendidos.

Há também um esforço em promover a aproximação e posterior participação dos associados na comercialização. Para isso são oferecidas oficinas, que sensibilizam os associados da insustentabilidade de se pagar por todos os produtos coletados, mesmo que não sejam vendidos.

7.3.1 Os incentivos da Associação

Residem no processo de comercialização, dados importantes para pensar nossas questões de pesquisa. Supondo que as vias de comercialização escolhidas pela COOPERAFORESTA, quais sejam a inclusão em rede de agricultores agroecológicos, a comercialização direta em pequena escala local e em Curitiba e a inclusão em programa público de fomento à agricultura familiar, se constituíram em alternativas de resistência ao processo de mercantilização da agricultura, (PLOEG, 2008) e (TOURAINÉ, 2004; 2007), podemos então aferir: a partir destas escolhas de comercialização eles estão construindo um processo de autonomia?

Vejam os o processo histórico da comercialização explícito nos capítulos anteriores. O objetivo no início era desenvolver um processo diferenciado. Visualizavam a possibilidade de comercializar os produtos diretamente ao consumidor. Com as conquistas da Associação, como a aquisição do caminhão, a filiação com a Rede Ecovida e a comercialização em Feiras em Curitiba, o processo teve outro impulso e como eles costumam referir-se o “caminhão pôde sair cheio”. A comercialização direta desenvolvida na COOPERAFORESTA têm uma grande representatividade no processo da comercialização o que caracteriza um dos elementos constitutivos da autonomia de Ploeg (2010).

Precisamos observar a ideia de que a comercialização é realizada pelo corpo técnico, gerando uma dependência do agricultor da organização e seus técnicos. Em nossa análise relacionamos a independência do agricultor como um fator essencial na construção da autonomia (ver quadro 4), mas a organização coletiva gera um

acordo de parceria no processo de comercialização facilitando o processo de escoamento dos produtos.

Outro ponto de discussão se refere ao subsídio para a produção dos agricultores. A Associação garante que todos os produtos são “comprados” e por meio desta estratégia assume um papel de intermediária, porém incentivadora e facilitadora, no processo produtivo. Estes questionamentos estão presentes nas pautas dos técnicos e são repassados para os agricultores, de acordo com as informações apresentadas acima. É preciso analisar cuidadosamente o processo, que gira em torno da autonomia e dependência, lembrando que a autonomia é sempre relativa. Para um olhar apressado, se esta situação não fosse transformada, a Associação poderia se converter em um canal intermediário de comercialização. Ou ainda se transformar em uma iniciativa assistencialista aos agricultores da Barra do Turvo, assumindo um risco financeiro para a organização, tendo em vista a impossibilidade de pagamentos pelos produtos entregues.

Entretanto, ao observamos todo o conjunto da proposta que envolve a gestão compartilhada, a educação continuada, a corresponsabilidade, a cooperação, entre outros elementos já identificados anteriormente, questionamos: a atitude dos técnicos ao assumirem esses riscos tinha um fundamento assistencialista ou uma perspectiva empreendedora que aposta na prosperidade da agrofloresta?

7.3.2 O direito de acessar as políticas públicas

Por outro lado a institucionalização da agricultura ecológica também se mostra como fator impulsionador de outras possibilidades, de visibilidade e aceitação de produtos agroecológicos, como por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA do governo federal, a legislação de certificação entre outros mecanismos. Para a COOPERAFLORESTA os programas federais representaram a possibilidade de garantir o processo de desenvolvimento trabalhado na Barra do Turvo. Contudo é preciso estar alerta para o risco de direcionar grande porcentagem para um programa público, pois se o movimento político partidário se transforma e o programa é alterado ou até acaba, os agricultores podem sofrer grandes perdas antes de encontrar outro canal de comercialização significativo como o PAA.

Discutimos que as alternativas de comercialização da COOPERAFLORESTA, sejam elas até este momento em parte subsidiadas pelo programa público do

governo federal, estão sob risco de que nem sempre existam balanços financeiros positivos que cubram a compra de todos os produtos coletados. Neste sentido, eles visualizam que o processo de mudança na gestão da comercialização é fundamental para a continuidade e desenvolvimento da Associação.

Em um dos depoimentos dos agricultores surgiram voluntariamente percepções sobre o PAA, vejamos uma delas coletada durante observação participante, junto à família da Entrevistada Alice:

Nós tinha a feirinha lá na Barra, né, estragou a feira por causa disso, a cidade é pequena então esses projetos do PAA, vem e dá (alimentos) para as pessoas, leva no salão da igreja católica, no salão da igreja crente né e daí o pessoal pega a vontade, daí na feira não vai né. Eu achava que tinha que ter uma medição ver quem está precisando [Alice].

A entrevistada demonstra insatisfação com o programa público federal porque não pode desenvolver a comercialização diretamente ao consumidor na Barra do Turvo. Se analisarmos apenas esse aspecto afirmamos que ela se volta para uma atitude de construção da autonomia, pois defende a possibilidade de comercializar em feiras e se tornar mais independente (ver quadro 4). Entretanto, nos questionamos se a agricultora conhece os canais de comercialização e porcentagens que a COOPERA Floresta direciona para o PAA, para tecer esta crítica ao programa.

Podemos observar a situação sob a perspectiva de luta por direitos de Touraine (1998). O autor defende a reordenação de um processo de democracia participativa, social e cultural, onde o sujeito esteja mais presente. Para ele os princípios de igualdade e liberdade podem promover uma profunda transformação no pensamento democrático. A igualdade de direitos de acesso aos recursos pode ser importante no momento da construção de novas realidades. A situação dos agricultores, da Barra do Turvo, antes excluídos de uma atenção histórica do Estado se configura como um grupo de minorias, (negros) pelas quais Touraine defende a igualdade de direitos.

Podemos sugerir que para os agricultores agroflorestais iniciarem um programa de desenvolvimento ou da construção da própria autonomia, o direito de igualdade por acessar os benefícios Estatais foi uma opção interessante. Contudo sua continuidade ou aumento de porcentagem pode se converter em um mecanismo de risco, como seria arriscado também comercializar grande porcentagem da produção para uma grande rede de supermercado.

Neste contexto lembramos da concepção da construção de políticas públicas para os agricultores do nosso referencial sobre o Movimento Agroecológico. O Estado Brasileiro gerou diversos programas considerados fundamentais para o incentivo da agricultura familiar e neste sentido gerador de mercados alternativos (CAPORAL E COSTABEBER, sd; GUERRA, 2001; FONSECA, 2005).

O mercado foi muito importante para a COOPERAFORESTA, porque a gente teve consciência de que tinha que trabalhar no nicho do mercado, porque a gente não tinha capacidade para trabalhar no mercado convencional, por conta de muitos fatores, por exemplo, o relevo. Eu não nego que a gente tenha usado. A agricultura de Barra do Turvo tinha vocação para ser um cisne e continua sendo pato. Isso eu tenho dificuldade para entender, como é difícil entrar na mente dos governantes que depois de quinze anos de COOPERAFORESTA, ainda se busque outras formas de agricultura para a região. Na realidade o mercado nos ajudou e acho até que é ruim perder o sentido das coisas. Acho até que a gente errou um pouco e abordou bastante o âmbito do mercado, se a gente não se diferenciar, se a gente não fizer aquilo que está vocacionado. Qualquer cara que pensa só em dinheiro vai indicar a agrofloresta pra Barra do Turvo. Esses elementos estiveram presentes na COOPERAFORESTA. E na organização da COOPERAFORESTA também estiveram presentes, porque a gente precisa de uma preferência do consumidor para o nosso produto, no fim a gente precisa do mercado solidário para poder existir, de qualquer maneira você não ia conseguir de outro jeito. Isso acaba sendo uma lição de solidariedade. Mesmo que não pratique preços maiores [Túlio].

Tais contribuições ajudam a esclarecer os caminhos e perspectivas que orientaram o processo de desenvolvimento da COOPERAFORESTA. Considerar e o argumento do mercado está presente na construção do próprio Movimento Agroecológico, especialmente na criação de novos mercados sob a direção dos princípios da agroecologia e agrofloresta que não são orientados pelo mercado. No depoimento acima, Túlio argumenta sobre o processo de aprendizado na organização da Associação e a importância do mercado nesse processo. Entretanto enfatiza o foco da COOPERAFORESTA que não é o mercado.

7. 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordamos neste capítulo componentes fundamentais para a compreensão do caso da COOPERAFORESTA. A proposta de organizar uma Associação com mecanismos de autogestão acompanha as inovações do Movimento Agroecológico para a reconstrução de modelos de produção de alimentos contra hegemônico. Observamos a institucionalização das ferramentas de autogestão, tanto no âmbito

individual (familiar), quanto no coletivo. O plano de manejo da propriedade, revisado anualmente, como pré-requisito para a entrada na Associação e a construção das “estrelas da agrofloresta” são as ferramentas de autogestão que auxiliam o agricultor a organizar sua produção. Contudo, convém destacar a mobilidade e dinamismo desse processo de planejamento, haja vista que a produção agroflorestral é alimentada pela observação do ambiente e a ação está em consonância com o processo de relação com a natureza de coprodução (PLOEG, 2008).

Com relação aos meios de autogestão coletiva eles se organizam em grupos de agricultores, no Conselho de Representantes e se necessário no Conselho de Ética. Os encontros frequentes nas diferentes instâncias demonstram a efetividade. Tendo em vista a composição horizontal da COOPERAFORESTA apontamos a similaridade com a composição da Rede Ecovida, o que não é desproposital, ambas têm um papel significativo uma para a outra. Assim, evidenciado o processo de autogestão da Associação aproximamos a organização institucional da COOPERAFORESTA da construção da autonomia para o Movimento Agroecológico, em virtude da autogestão de sua base de recursos sociais (PLOEG, 2008).

No processo de construção da Associação identificamos algumas formas de subsídio e proteção como a assessoria técnica, o pagamento de “diárias” para o envolvimento no processo de gestão e especialmente a garantia de compra total dos produtos entregues para o processo de comercialização. Estes fatores demonstram um incentivo aos agricultores para permanecerem na COOPERAFORESTA. A Associação está sujeita a risco de dependência o que se manifesta no montante de 55% do valor comercializado originário do PAA.

Ao observamos a situação social anterior à Associação, relatada por eles, percebemos um contexto de abandono social. Podemos inferir que a geração de garantias e a atuação de um corpo técnico e administrativo podem ser consideradas elementos fundamentais para a constituição da Associação naquele contexto social, o que se converteu em resistência às especificidades e artimanhas do mercado hegemônico da produção de alimentos. Por isso, mesmo com subsídios e riscos, as projeções de melhoria nos procedimentos de comercialização e os demais dados apontam para a construção de independência no processo de comercialização em relação ao mercado hegemônico, o que para este trabalho já indica a geração de

autonomia do agricultor, pois utiliza vias de comercialização direta ou alternativas como o Circuito Sul. A comercialização direta (PLOEG, 2010) é fundamental na geração de uma relação com o consumidor e na construção de novos mercados por isso é um elemento constituinte da autonomia. Estas colocações nos permitem lembrar o caráter relativo da autonomia, considerando que sempre ela é relativa a um determinado fator.

Quanto à certificação participativa identificamos os seguintes elementos constituintes da autonomia para o Movimento Agroecológico: responsabilidade, independência em relação às empresas certificadoras e cooperação, todos relacionados no quadro 4. Essa organização em grupos também permite o desenvolvimento de seus processos de autoavaliação, a exemplo da dinâmica das “Estrelas da Agrofloresta”. Todos podem ajudar a construir avaliações contundentes porque participam do manejo das áreas dos vizinhos. Entretanto, observamos no exercício um respeito pela autoavaliação do outro.

Em geral, podemos inferir que a organização da COOPERAFORESTA tem um propósito gerador de autonomia. É preciso retomar a hipótese central deste capítulo: Os processos participativos de gestão institucional são geradores de autonomia dos agricultores, pois favorecem o desenvolvimento da autogestão de seus projetos de vida. A partir do estudo desta seção é possível afirmar que confirmamos essa assertiva, porque os agricultores refletem e se autoavaliam, criando possibilidades para autogerir os seus projetos de vida dentro da agrofloresta em convivência com a Associação. Entretanto há ressalvas quanto às situações de risco que a Associação pode vivenciar em virtude de uma elevada porcentagem de recursos da comercialização ser proveniente de uma única fonte.

8 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO AGROFLORESTAL - OS MUTIRÕES⁴⁸ DA COOPERAFLORESTA

Este capítulo desenvolve a hipótese c) Os mutirões de trabalho e de capacitação propiciam a geração da autonomia na produção do conhecimento do grupo e resistência na organização do trabalho. Esta hipótese foi testada a partir do estudo dos documentos Estatuto, Regimento Interno e cartilhas da COOPERAFLORESTA, por meio dos depoimentos dos agricultores e ainda pela observação de um mutirão de capacitação realizado na propriedade do agricultor Altair.

Neste aferimos as relações entre o mutirão com a construção de um processo de resistência dos agricultores na forma como organizam seu trabalho em grupo. Trabalhamos também o estudo das relações de troca entre os participantes e a possibilidade de construção e exercício da autonomia do agricultor(a) dentro do grupo.

8.1 O SISTEMA DE MUTIRÕES⁴⁹

A organização de mutirões sempre esteve presente na COOPERAFLORESTA. Desde o início da implantação das áreas entre os técnicos e os agricultores se realizam os mutirões e hoje são praticados semanalmente entre os grupos de agricultores. De acordo com os relatos, a prática já era comum entre os remanescentes de quilombos e agricultores, entretanto a COOPERAFLORESTA instituiu a prática como pré-requisito para a associação à instituição.

O Estatuto e Regimento Interno da Associação definem três tipos oficiais de mutirão, o mutirão de trabalho, o mutirão de capacitação e o terceiro tipo que eles consideram como mutirão de visita técnica. Os mutirões de trabalho são definidos dentro dos grupos com periodicidade semanal ou quinzenal, eles se organizam com rodízios em todas as propriedades do grupo de agricultores. Cada grupo de mutirão

⁴⁸ Mutirões: "Mutirão" se origina da palavra tupi *motyrõ*, que significa "trabalho em comum", é o nome dado no Brasil a mobilizações coletivas para lograr um fim, baseando-se na ajuda mútua prestada gratuitamente. É uma expressão usada originalmente para o trabalho no campo ou na construção civil de casas populares, em que todos são beneficiários e, concomitantemente, prestam auxílio, num sistema de rodízio e sem hierarquia. (NAVARRO, 2005)

⁴⁹ Os mutirões na COOPERAFLORESTA são estudados com profundidade por um dos integrantes do grupo de pesquisa, para discussões sobre relações de reciprocidade ver a tese de RODRIGUES, 2012.

deve ser formado por no mínimo cinco famílias. Os mutirões de capacitação ocorrem de acordo com uma agenda de capacitação dos técnicos da COOPERAFLORRESTA, a cada 21 (vinte um) dias em cada grupo ou reunindo mais grupos. Os mutirões de capacitação se somam aos mutirões de visita técnica promovendo a reunião de alguns grupos de agricultores para conhecer os sistemas de produção uns dos outros e o intercâmbio entre as propriedades. Esporadicamente realizam mutirões de visitas para conhecer experiências de agrofloresta de outras localidades.

Os agricultores associados devem participar ativamente de todos os tipos de mutirões. Ainda de acordo com o Estatuto e o Regimento Interno da Associação, cada família de agricultor deve participar de pelo menos 6 (seis) mutirões por trimestre, o que totaliza 24 (vinte e quatro) mutirões durante o ano. Tal exigência também é uma forma de adaptação para os novos agricultores que pretendem se associar. Estes últimos já devem praticar agrofloresta e frequentar um grupo de mutirão, especialmente o que ele se identifique e que seja próximo de seu sítio. Caso o agricultor não se adapte a esse sistema não pode realizar a comercialização por meio da COOPERAFLORRESTA e também não recebe a certificação.

O Regimento Interno da COOPERAFLORRESTA institui que cada grupo deve construir um caderno de presença e memória dos mutirões, em que são anotadas as datas, os serviços realizados, discussões desenvolvidas e decisões encaminhadas. O secretário da COOPERAFLORRESTA deve examinar os cadernos de mutirão dos grupos, orientá-los sobre o preenchimento e levar as necessidades do grupo e irregularidades ao Conselho de Representantes.

Vejamos agora os depoimentos colhidos no campo, tais falas foram estimuladas pelos pesquisadores sem muitas interferências em relação as nossas expectativas, geralmente a pergunta consistia na opinião sobre os mutirões.

O trabalho do mutirão a gente já fazia, que era a troca de dia, antes da COOPERAFLORRESTA, mas com o sistema da certificação a gente continua [Anita].

A realização do processo de trabalho em forma de mutirão é uma exigência da Associação para a certificação e a comercialização dos produtos aceita como legítima pelos associados, se observarmos o depoimento anterior e o próximo.

É outra coisa que eu tenho que me confessar falho, (em função das atividades da presidência da associação) porque em casa só ta eu, o J. e o D. Eu quase não participo de nada, mas veja, eles agora estavam trabalhando junto, né. Pra mim eu considero que isso seja um mutirão. E o mutirão é o momento de uma confraternização, eu acho que se a gente

aprender que o ser humano não nasceu pra ficar só e o trabalho não deveria de ser um sofrimento, Eu acho que deveria de ser uma celebração, uma festa. Puxa, tem gente que gasta energia correndo atrás de uma bola trocando canelada, outros na academia trocando pancada... Veja, se a gente conseguir gastar energia num mutirão, que coisa fantástica que é isso, não é? Então... é perfeito... o que é que eu vou dizer? E tem também essa história da Rede Ecovida, que a gente tem essa certificação participativa, então o mutirão é a nossa maior ferramenta para que a certificação seja participativa... porque não deveria ter uma comissão de ética. Agora a gente tem uma comissão de ética por causa da imposição da Rede Ecovida, mas nunca precisou comissão de ética. É o mutirão que resolve as coisas, porque já houve caso de um grupo inteiro ser suspenso por causa de falhas, quer dizer, concertar o erro logo e demorar pra voltar pro grupo né. Eu não sei se vocês viram aquela terra do lado de lá do rio, espalhada, sabe, aquilo lá foi um trabalho de mutirão. O pessoal fez aquilo lá na enxada, no enxadão e foi uma festa, não foi um trabalho, então como é que se explica isso né? Fazer as coisas parece que é diferente de trabalhar, porque aquilo é uma estrada que o caminhão vai descer e a gente vai fazer uma garagem pra ele lá embaixo, mais pra fora do meio do caminho, assim, então não foi um trabalho, foi uma festa né, fizemos uma feijoada depois, é isso [Alex].

Destacamos no depoimento anterior, a diferença entre um trabalho comum e o trabalho coletivo, que, de acordo com a posição do Sr. Alex pode ser considerado como uma celebração. Percebe-se que os trabalhos do Sr. Alex na presidência da Associação ocupam demasiado tempo, pois ele relata não estar realizando os mutirões com a periodicidade desejada pela Associação. Entretanto demonstra estar convencido de que os mutirões são excelentes formas de promover as relações entre os as pessoas.

Observa-se também que o Sr. Alex considera desnecessária a instituição de uma comissão de ética, haja vista que os grupos de mutirão já seriam geradores da corresponsabilidade necessária para garantir a certificação e a relação de confiança. Como vimos anteriormente, a certificação pela Rede Ecovida exige a inter-relação entre os agricultores por meio dos grupos, mas também sugere a formação de um Conselho de Ética.

Eles querem que a gente realize mutirões semanais, mas a transformação dos alimentos em produtos, os outros trabalhos como a limpeza das caixas de comercialização, dificultam a participação da minha família em todos os mutirões. Eles precisam respeitar a minha idade [Alfredo].

O Sr. Alfredo argumenta sobre outras formas de construir e atuar na Associação, não somente aquelas definidas pelo regimento e acordos internos. Relata ainda que as atribuições de seu cotidiano de trabalho e suas condições de saúde lhe conferem outros papéis sociais na COOPERA Floresta. Sua família compra, beneficia e comercializa produtos que voltam da comercialização da

Associação nas feiras em Curitiba, após o beneficiamento as bananas maduras transformam-se em balas e doces.

Poderia esse depoimento aproximá-lo de uma atitude autônoma como as preconizadas por Touraine (2007)? Ele desafia as regras da própria instituição sem dela se desvincular. Promovendo a reflexão sobre os sentidos de suas práticas o agricultor acredita que o seu trabalho e de sua família se diferencia de algumas outras famílias de agricultores, mas defende a participação e a importância deste para o coletivo. Ao que parece o Sr. Alfredo se posiciona determinado em relação ao seu projeto de vida, um dos indícios da construção de autonomia para Touraine (2004).

É importante esclarecer que os agricultores da COOPERAFORESTA se constituem em unidades familiares, que organizam suas rotinas de trabalho mediante a disponibilidade e habilidades de cada um dos integrantes da família. Nas observações percebemos que cada um dos membros da família tem suas próprias áreas de agrofloresta, por exemplo, dentro da propriedade cada um decide sobre algumas parcelas, inclusive os jovens adolescentes que trabalham com os pais. A renda obtida daquela parcela seria revertida para o seu administrador/mentor. Consideramos que cada membro da família administrando uma ou mais áreas e recebendo a renda sobre a parcela, mesmo que esse recurso seja compartilhado pela família, um indício positivo da inserção e participação de todos sobre as decisões da produção. Relacionamos com o elemento autogestão da base de recursos, (PLOEG, 2008) essencial na construção da autonomia para o Movimento Agroecológico.

8.2 O MUTIRÃO DE CAPACITAÇÃO

Para compreendermos como funcionam os mutirões vejamos a descrição do mutirão de capacitação observado na propriedade do Sr. Altair, no Bairro Ribeirão Grande durante o mês de fevereiro de 2012. O encontro reuniu dois grupos de mutirão associados à COOPERAFORESTA, sendo que um deles é formado por agricultores residentes na comunidade quilombola Areia Branca, localizada no município de Bocaiuva do Sul no Paraná e o outro é constituído pelo grupo do Bairro Ribeirão Grande na Barra do Turvo, também remanescente de quilombos. Ao total havia dezoito pessoas entre eles quatro mulheres agricultoras, três adolescentes

também agricultores, sete homens e um técnico, o Tiago. Também estavam presentes duas pesquisadoras do grupo do MADE e um pesquisador relacionado ao projeto da EMBRAPA.

Os grupos se reuniram a partir das oito horas da manhã e iniciaram suas atividades coletivas com um café da manhã agroflorestal, pães, batatas doces e café, preparados pela anfitriã da casa, esposa do Sr. Altair. Logo após o café o grupo se dirigiu para o campo na área definida pelo proprietário.

O principal objetivo do mutirão foi a realização de um manejo em uma área de SAF para implantação de três “canteiros” utilizando uma técnica recentemente desenvolvida e em implantação experimental na COOPERA Floresta. Esta nova tecnologia consistiu, para esta observação, na retirada da vegetação baixa por meio de uma “capina seletiva” (GÖTSCH, 1997) defendendo a remoção de espécies que possam consumir a energia do sistema, o que comumente seria chamado de mato. Preservaram as espécies que poderão contribuir com as demais espécies como algumas modalidades de capim, que seriam os geradores de matéria orgânica e cobertura do solo. Foram também derrubadas algumas espécies de árvores, como bananeiras e abacateiros com o intuito de abrir clareiras de luz para a inserção das novas espécies. Contudo as árvores de madeira nativa foram preservadas. É importante destacar que a definição das árvores preservadas foi uma decisão do dono da agrofloresta.

Após a retirada do “mato” e vegetação, se definiram as linhas guias em que seriam implantados os “canteiros”, medidos com uma distância de três metros entre eles. O solo foi “afogado” com pequenas inserções de enxada cuidando para não revirar a camada superior de terra. Os canteiros propriamente ditos foram demarcados com duas fileiras de pequenos pedaços de madeira (troncos picotados e galhos) cada um e o plantio deverá ser realizado entre essas fileiras em um espaço de cerca de quinze centímetros. No espaçamento entre os canteiros serão semeadas mudas de capim adubador. Ao final, todo o sistema foi coberto com uma camada espessa de folhas e galhos, as quais devem proteger e adubar o local para aguardar o momento correto para o plantio, sendo que este deverá ser diversificado entre vagem, mandioca, inhame, taioba e outras espécies florestais adequadas à época e disponíveis ao agricultor.



Figura 5 Canteiro organizado no mutirão de capacitação assistido.

(Grupo de pesquisa MADE – Foto de Polyana Born)

De acordo com os agricultores, esse sistema de manejo demonstrou ser muito melhor que os sistemas anteriores, porque diminui as necessidades de capina, concentra a produção local de matéria orgânica para alimentar o solo e aumenta a produtividade, em virtude de maior quantidade de alimento disponível para as plantas.

Após a descrição desta etapa do mutirão podemos inserir as principais observações das relações entre os agricultores e o técnico neste processo. Identificamos entres os participantes integração e interesse no trabalho e nas discussões em torno desta prática. Tais discussões eram desenvolvidas durante a execução das tarefas. Quando algum dos agricultores poderia contribuir com suas experiências ou demonstrar as técnicas deste novo sistema, ele se manifestava e o técnico intervia chamando a atenção dos demais participantes para a contribuição. Nestes momentos de pausa o técnico também alimentava a discussão questionando os demais agricultores sobre as suas opiniões e se eles tinham alguma outra experiência para compartilhar. Sempre que o técnico inseria novas ideias e propostas, ele se referia à elas dizendo que havia visualizado em outras áreas ou aprendido com outros agricultores.

Destacou-se entre os adolescentes, alunos da “Escolinha de Agrofloresta”, um jovem que interferia constantemente com explicações e correções técnicas, buscando sempre alimentar a cordialidade nas suas intervenções. Ele também

estava disposto a esclarecer dúvidas dos demais observadores e agricultores presentes.

Durante o processo as mulheres dividiram seu tempo entre a participação no manejo e a produção da alimentação para o grupo. A qual foi servida após três horas de trabalho na casa do agricultor. É importante esclarecer que a alimentação e o transporte nessas ocasiões são subsidiados pela COOPERA Floresta.



Figura 6 Mulheres e adolescente no Mutirão de Capacitação no Bairro Ribeirão Grande
(Fonte: Grupo de pesquisa do Made – Pollyana Born)

Após o almoço, o grupo se reuniu novamente para assinar uma lista de presença e iniciar a atividade da tarde. Esta última consistiu em uma visita a algumas áreas de agrofloresta do mesmo agricultor. Este exercício também foi realizado intercalando a caminhada guiada e as discussões, animadas pelas experiências nos sistemas de manejo, espécies e produtividade das áreas. O encontro foi encerrado após a escolha da próxima data do mutirão de capacitação, 21 (vinte e um) dias depois.

Observamos ainda que o mutirão de capacitação não substitui o mutirão de trabalho do grupo (pois o grupo estava combinando um novo encontro no dia seguinte para outro mutirão). Quando há os dois mutirões em uma mesma semana os agricultores se dedicam aos trabalhos coletivos durante dois dias.

Podemos perceber com a observação deste mutirão, que as famílias ao receber forças de trabalho extra dos outros agricultores do grupo para a construção

e manejo de suas agroflorestas, multiplicam as possibilidades de intervenção e manejo e possivelmente melhoram a qualidade e produtividade da agrofloresta.

8.3 A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA DOS AGRICULTORES NO TRABALHO DE MUTIRÃO – RESISTÊNCIA AO INDIVIDUALISMO DO TRABALHO DA MODERNIDADE INDUSTRIAL.

O projeto hegemônico modernizador converteu a agricultura em um modelo industrial com finalidades instrumentais induzindo a especialização na produção e no trabalho. Tais mecanismos como a instituição do trabalho assalariado e construção de cadeias e indústrias alimentícias gerou a exclusão dos pequenos produtores (PLOEG, 2008; ASSIS, 2006; GLIESSMAN, 2002).

O trabalho no processo de modernização da agricultura deve regular-se pelas necessidades e direitos do trabalhador rural estabelecidas em lei, com carteira assinada ou pagamento padrão de diárias para o caso dos trabalhadores diaristas. Isto pode gerar uma relação de dependência com a empresa ou indústria agrícola, impossibilitando o exercício da autonomia do agricultor (PLOEG, 2008).

Para Touraine (2011, p. 159) há uma necessidade urgente de transformações nas relações de trabalho, pois no contexto da modernidade industrial, “o trabalhador deve igualmente responder às exigências do mercado e assumir sua parte das dificuldades do empresário, que não tem nenhum meio de agir sobre a atividade profissional”, sendo constantemente excluído do processo caso não consiga se adaptar a tal situação.

O mutirão na COOPERA Floresta se desenvolve mediante a troca de dias de trabalho, então, há uma relação diferenciada no que concerne à organização do trabalho. Podemos inferir que esse modelo se aproxima de uma atitude de resistência aos instrumentos normatizadores do trabalho e ainda reorganiza e reinterpreta velhas formas de organização do trabalho, com suas próprias normas. Por meio dos mutirões os agricultores aumentam sua capacidade de produção se tornando independentes, na maioria dos casos, da contratação de mão de obra extra para a propriedade.

A concepção da “condição camponesa” de Ploeg (2008) e a análise de Luzzi (2007) anunciam outras possibilidades em relação à organização do trabalho agrícola em que os agricultores continuam na posição de produtores na cadeia

produtiva detentores dos meios de produção. A geração de independência da “condição camponesa” é promotora da inclusão dos pequenos agricultores e, portanto, fundamental na geração da autonomia.

Se aproximarmos os mutirões da COOPERAFORESTA desta concepção identificamos alguns fatores muito próximos. Os “agrofloresteiros” detêm os meios de produção e ainda promovem a troca e a construção de conhecimentos constantes por meio dos mutirões. Percebemos que a metodologia utilizada pelo técnico no mutirão de capacitação descrito acima prioriza a troca de experiências entre os agricultores facilitando o compartilhamento de suas dúvidas e saberes. Observamos ainda que há interesse pessoal em aprender e trocar experiências.

Um dos pontos de proximidade da experiência observada e a construção da autonomia do sujeito de Touraine (2007) é a relação com o outro. Neste sentido o processo de integração gerado pela necessidade de participar dos mutirões para receber a certificação e comercializar seus produtos favorece as relações entre os agricultores fortalecendo a construção do respeito mútuo, condição fundamental da autonomia do sujeito de Touraine (2004).

Ao observarmos que cada um dos integrantes das famílias administra pequenas parcelas de agrofloresta, podemos dizer que as famílias são independentes no que se refere a gestão de suas propriedades, mesmo que estejam vinculadas a um projeto coletivo. Esta independência seria um fator muito interessante na autoconstrução de si mesmos pois estariam gerindo seus projetos de vida (PLOEG, 2010).

Compreendemos que os agricultores são interdependentes dos demais no processo de geração de tecnologias e também na soma das forças de trabalho. O que potencializa os resultados em relação a produtividade e a capacidade de manejo e ainda garante a autorização para comercialização dos produtos pela Associação.

A interdependência suscita algumas dúvidas em relação a construção da autonomia. Entretanto, Touraine (2011, p. 161) indica que há necessidade de gerar algumas condições para a ascensão dos direitos universais na criação de uma nova ordem social. Entre essas condições, o autor explica que o restabelecimento do *vínculo social*⁵⁰ pode nos dirigir “contra um individualismo que carregaria em si

⁵⁰ Os destaques são apropriados do autor.

mesmo a desconstrução de toda organização social e confiança entre os atores”.

Inferimos que o mutirão incentiva a geração de vínculos sociais favoráveis ao desenvolvimento da *confiança* e da *solidariedade*. Essas duas últimas características são citadas por Touraine (2011, p. 160) como fundamentais para o reconhecimento dos direitos para todos, visto que todos se posicionam em uma situação de igualdade.

Outro fator problematizador da nossa hipótese, de que o mutirão é gerador de autonomia seria a origem das técnicas difundidas nos mutirões. Estudamos que a agrofloresta enquanto um campo de conhecimentos está em constante construção e mutação, haja vista sua característica empírica e as experiências compartilhadas dentro de um movimento de expansão nacional. Estas técnicas, especialmente a organização dos “canteiros”, difundidas no mutirão assistido, são frutos de experiências externas à associação inseridas pelas consultorias e pelos cursos de qualificação participados pelos técnicos e agentes multiplicadores.

É preciso lembrar que um dos princípios essenciais do conhecimento agroflorestal é a valorização do conhecimento do agricultor e às necessidades do ecossistema local (GÖTSCH, 1997). No mutirão assistido observamos discussões críticas em relação ao método de organização dos canteiros. Alguns questionaram o tamanho do espaço de plantio, em torno de dez a quinze centímetros, alegando que em suas experiências eles estavam aumentando este espaço em função da facilidade para a colheita das espécies de raízes. Nesse processo crítico, o técnico e os demais agricultores aceitaram a sugestão, contudo mantiveram a espessura do canteiro para uma posterior comparação.

Ao observarmos o método da organização dos “canteiros” descrito acima, podemos dizer que está relacionado a uma intensa quantidade de trabalhadores, o que se multiplica na COOPERAFORESTA com a realização dos mutirões. Os agricultores afirmam que esse sistema já apresenta resultados muito mais produtivos se comparados aos Sistemas Agroflorestais fora do sistema de canteiros. Mesmo que gerados fora da COOPERAFORESTA podemos inferir que a técnica de organização desses canteiros se adapta ao sistema de trabalho da Associação e foi reconhecida pelos agricultores após suas experiências empíricas.

Retornemos então na relação entre os mutirões e a geração de autonomia, tendo em vista o reconhecimento da igualdade e do respeito ao outro. Considerando que para Touraine (2007) a autonomia e a subjetivação (encontro consigo mesmo)

somente podem ser construídas mediante a relação com o outro e o reestabelecimento de vínculos sociais, afirmamos que a interdependência promovida pela institucionalização dos mutirões na COOPERAFORESTA incentiva uma resistência e desconstrução do individualismo gerado pelo trabalho instituído pela modernidade industrial.

8.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomarmos nossa hipótese c) Os mutirões de trabalho e de capacitação propiciam a geração da autonomia na produção do conhecimento do grupo e resistência na organização do trabalho, podemos esclarecer que ela foi testada a partir das seguintes observações:

a) Comparação do trabalho de mutirão agroflorestral versus trabalho instituído pela modernidade industrial aos agricultores. Nesta relação consideramos evidente a diferenciação entre a organização do trabalho agroflorestral e as jornadas e organizações do trabalho no campo na modernidade industrial e pós-industrial. Mesmo que o mutirão seja uma prática instituída pela Associação como pré-requisito para a comercialização e certificação, ele é considerado legítimo pelos agricultores e realizado por eles com empenho e interesse. Neste sentido podemos aproximá-lo da ideia de cooperação, defendida no Movimento Agroecológico (ver quadro 4) como elemento constituinte de autonomia. Também identificamos o elemento independência em relação ao trabalho, pois geralmente não necessitam de contratação de outros trabalhadores.

b) Observação da metodologia de trabalho no mutirão de capacitação e a relação entre os agricultores. A metodologia de trabalho nos pareceu ser dirigida consensualmente pelo objetivo geral do trabalho, a partir da orientação do gestor da agrofloresta manejada. Ao que parece a relação entre os agricultores e a organização do trabalho é dividida mediante outras lógicas, as quais aproximamos das concepções de Touraine (2011) que se refere à possibilidade de geração de *vínculos sociais*, o respeito mútuo e o reconhecimento do outro enquanto igual, constituírem condições fundamentais na construção da autonomia do sujeito.

Problematizamos a geração de interdependência entre os agricultores, instituída pela Associação e a possibilidade da perda da independência, fator apontado por Ploeg (2010) como gerador de autonomia. Para compreender essas

relações nos apoiamos em Touraine (2011) tendo em vista as possibilidades ingênuas de análise de relações sociais pois estas últimas sempre são passíveis às disputas de poder. Entretanto, se considerarmos a possibilidade de multiplicação da força de trabalho e possivelmente da capacidade de produção geradas pelo mutirão, podemos inferir que os projetos individuais e coletivos compartilhados são geradores da autonomia e que a interdependência fortalece a produção de “confiança e solidariedade” essenciais na construção de novas realidades sociais (TOURAINÉ, 2011). Neste sentido prevalece a ideia de cooperação apontada no Movimento Agroecológico como elemento essencial na construção da autonomia.

c) Observação da origem do conhecimento difundido nos mutirões. Aferimos sobre a possibilidade de instituição dos conhecimentos gerados externamente ao grupo de agricultores, como um fator adverso. Na observação percebemos que eles reconstróem e questionam o processo de construção destes conhecimentos e promovem trocas entre si destas novas formas de manejo.

É possível afirmar que identificamos o movimento de resistência dos agricultores da COOPERAFLORÉSTA em relação ao sistema de trabalho instituído pela modernização industrial. A resistência é alimentada por meio da prática de mutirões regulares, de trabalho e capacitação onde há potencialização da força de trabalho pela soma dos trabalhadores, reduzindo a necessidade de contratação de trabalhadores e possivelmente aumentando as capacidades produtivas das propriedades.

Podemos também inferir que a organização dos mutirões favorece a geração de autonomia em relação aos seguintes fatores: intensa produção e reprodução de conhecimentos e tecnologias locais alimentados pela experiência dos próprios agricultores agroflorestais (PLOEG, 2008, 2010). Geração da autonomia na relação com o outro, incentivando a construção do respeito mútuo, a possibilidade de vínculos sociais, confiança e solidariedade (TOURAINÉ, 2007, 2011).

Sendo assim, podemos considerar confirmada nossa hipótese c) Os mutirões de trabalho e de capacitação propiciam a geração da autonomia na produção do conhecimento do grupo e resistência na organização do trabalho.

9 OS VALORES DOS ATORES DA COOPERAFLORESTA

A afirmação e construção de valores é um elemento essencial na constituição histórica da COOPERAFLORESTA. As manifestações de fé e a vinculação da agrofloresta com os valores estão presentes no dia a dia e nos diálogos com todos os agricultores.

Nesta seção trazemos a descrição e estudo das narrativas relacionadas a este vínculo, supondo que a defesa de valores seja um dos elementos essenciais no exercício da agrofloresta dos agricultores da COOPERAFLORESTA. Ou seja, pretendemos trabalhar neste capítulo a seguinte hipótese d) Por meio da autoafirmação de seus valores, os agricultores agroflorestais demonstram uma atitude de autonomia em relação aos seus projetos de vida. Assim, reunimos e dialogamos com as menções e observações que se referem a esta defesa e afirmação de seus valores e discutimos à luz do nosso referencial teórico e aos elementos constituintes das categorias.

Os dados reunidos para esta análise motivaram a inclusão de algumas proposições teóricas inéditas no capítulo sobre a resistência e autonomia do sujeito de Touraine. Com isso avisamos o leitor de que vai encontrar algumas novidades que explicitamos e justificamos que os dados do campo nos incitaram a tal estratégia.

9.1 AUTONOMIA OU AUTOPROTEÇÃO?

A defesa e os elogios ao próprio meio de vida estão evidentes nos discursos dos agricultores. Argumentamos se o autoelogio se constitui de uma autopromoção dos agricultores, tendo em vista nossas condições de pesquisa, ou se esse processo de autoafirmação está internalizado como um mecanismo de defesa dos atores para protegerem suas iniciativas de luta social, vejamos os exemplos.

Quando eu estive na Bahia junto com o Ernest eu não achei a agrofloresta dele tão boa. Era pouca diversidade. As nossas são muito boas nós temos mais plantas [Alfredo].

Em viagem à Europa, eu me senti um pouco constrangido e um pouco narcisista. Nós aqui somos ricos e estamos fazendo algo muito bom e bonito [Alex].

É o caminho de volta pra casa. É isso. To voltando pra casa. Reconciliação. O ponto de chegada é o que menos importa. Nunca nada vai chegar ao fim

(risos)... em lugar nenhum, então é caminhar sempre. A gente sofre por coisas tão imbecis, que eu acho que a tendência é a gente ir aprendendo, e aí não precisa sofrer né? Não sei se Eu estou sendo egoísta, o lugar onde Eu moro. Eu vou comparar com o lugar do pessoal que mora lá na favela, e que agora ta vendendo drogas, ta fugindo da polícia, mas de repente se falasse para um daqueles vir morar aqui, eles iriam preferir ir preso, então, não sei... porque tem gente que não é capaz de viver num lugar deste... se sente muito mal. Eu não consigo é pensar como é que Eu viveria lá... Além de tudo é que tudo fede né, poluição visual, olfativa, psicológica. Pelo amor de Deus, tem tanta coisa né? [Alex].

Os depoimentos anteriores demonstram claramente uma postura de proteção das próprias práticas, enaltecendo os trabalhos desenvolvidos na COOPERAFORESTA, inclusive em relação ao próprio Ernest, de quem eles adotaram o sistema de produção agroflorestal. Entretanto, as narrativas também revelam um exercício reflexivo sobre as mesmas práticas e condições socioambientais. No momento em que os dois agricultores se distanciaram de suas casas e agroflorestas e observaram outras formas de produção ou outros modos de vida, perceberam a importância e o sentido de suas próprias práticas. Isto aconteceu dentro do contexto de aprendizado sobre a agrofloresta, no caso do Sr. Alfredo ou de disseminação da COOPERAFORESTA, na experiência do Sr. Alex, ou seja, dentro de suas experiências sociais, contexto onde se constrói a autonomia do sujeito ao promover um olhar sobre si mesmo (TOURAINÉ, 2007).

Quando o Sr Alex se refere a um caminho de volta para casa se orienta pela defesa de um modo de vida que julga ser limpo e tranquilo, mesmo sem muitas riquezas financeiras. Ao contrário de modos de vida urbanos com poluição em todos os aspectos. Alex se refere a uma consciência sobre o significado de viver no campo e praticar a agrofloresta, em contraponto a viver em centros urbanos iludidos por substâncias ilícitas.

Podemos relacionar estas posições ao exercício de subjetivação proposto por Touraine (2004, 2007). Os agricultores afirmam os sentidos de suas práticas num movimento cíclico de busca e construção dos significados em meio aos sofrimentos. A autonomia do sujeito, sempre em construção, requer a postura positiva em relação a si e a alegria de realizar ações em defesa dos direitos de todos. Assim compreendemos que a postura dos agricultores está próxima da construção da autonomia do sujeito de Touraine. Entretanto desenvolvem essa autonomia ao mesmo tempo em que protegem e defendem suas visões sobre o mundo e maneiras de viver. Podemos dizer que, nesse caso, as duas características (autonomia e

autoproteção) se complementam. Aqui é preciso compreender duas ideias: a estratégia da emergência do sujeito se constitui de um apelo aos direitos de minorias; O passado recente dos agricultores remanescentes de quilombos (minorias) da Associação era caracterizado pela exclusão social (sem luz, sem escola, sem acesso às políticas públicas), assim, os agricultores da COOPERAFORESTA recorrem à autoproteção como um recurso necessário para desenvolver suas lutas pela sobrevivência alimentadas também pelos motivos ambientais, étnicos e culturais.

9.2 AS MANIFESTAÇÕES DE FÉ E AFIRMAÇÃO DE VALORES

Touraine (2004) afirma o descrédito tanto nas luzes da ciência reducionista quanto nas instituições econômicas e sociais. O autor também acredita que, atualmente, Deus e a religião, se observados como princípios externos ao sujeito, não se configuram como uma referência tão presente e constitutiva no imaginário e na busca interior dos indivíduos e coletividades. Com isso problematizamos a recorrente afirmação da fé dos agricultores da COOPERAFORESTA e investigamos como esse componente influencia e se relaciona com a geração da autonomia questionando se estaríamos nós, latino-americanos, livres da concepção religiosa de experiência.

A natureza Deus deixou bem feita, nos que estamos estragando tudo [Alfredo].

A agrofloresta acaba mexendo na crença da pessoa, mas ela tem que acreditar. Se você acredita em Deus, o quando você está vendo disso, a gente é o que a gente acredita. Agrofloresta é um processo de iniciação espiritual, eu não tenho dúvida disso, é fruto da comunhão, esse sentimento de amor, de Deus está muito presente na COOPERAFORESTA. E a própria linguagem técnica esta cheia destes elementos de ligação com a natureza, e de unidade da vida. E isso é diferente do mercado hegemônico, é antagônico. E tem um componente da fé que já existia aqui. Houve uma mudança do meu discurso em agrofloresta muito grande, eu já era uma pessoa muito religiosa quando eu cheguei aqui. Eu percebia que havia uma relação entre agrofloresta e a espiritualidade. Deus está presente em toda a natureza e de qualquer forma nessa organicidade imensa na natureza, que gosto de chamar da presença de Deus na natureza. Se você não usa essa língua da espiritualidade, que é a língua como os povos das Américas explicavam, quando faziam a agrofloresta. Essa compreensão de que a natureza é viva, de que Deus está ali. Eu acho que um dos elementos do sucesso da COOPERAFORESTA, não fui eu que trouxe, mas fui encarregado pelas pessoas para esse tipo de fala, a minha forma de explicar tem uma forte contribuição de Ernesto, que também teve uma contribuição dos povos da floresta, aqui isso está tão presente a partir de uma comunhão de saberes de grandes sínteses e de fé que está presente

nas falas dos técnicos inclusive [Túlio].

Mediante esses relatos, compreendemos a afirmação da fé em Deus presente na concepção e relação com a agrofloresta. Observamos que o sistema de trabalho acordado na Associação depende da fé dos agricultores em um plano que não está somente sob o controle do trabalho, do manejo das agroflorestas, das técnicas de produção disseminadas pelo processo de capacitação continuado ou pelas estratégias de comercialização. Este sucesso também estaria relacionado ao que eles consideram como “Plano de Deus”.

Mudou muito. Senti Deus mais perto, mais presente no trabalho, na natureza. Agora to mais sadia do que eu era porque eu pedi tanto pra Deus para eu poder trabalhar na agrofloresta. Evangelizar através da agrofloresta, eu sinto isso né. Essa visão que eu tive me motivou para continuar na agrofloresta, eu sinto até a vontade de evangelizar pela agrofloresta para uma agricultura diferente, a gente tá ajudando a natureza, mas também o povo e todos os bichos da natureza. Então é fartura né muita fartura, mas não pensando só no dinheiro, não é assim, fartura, mas temos que ajudar a terra [Alice].

O relato anterior se relaciona com a ideia de responsabilidade e respeito na relação com o outro e com a natureza, elementos constituintes da autonomia do sujeito de Touraine (2007), mas também se refere à presença de Deus na natureza e no trabalho. Os atores compartilham a ideia de que o acesso a Deus e o conhecimento sobre a natureza se manifestam na prática da agrofloresta e que os agricultores recebem essa instrução mediante uma “entrega para a natureza”. Esse princípio de “entrega” pode ser considerado até uma norma da Associação.

Aquilo é uma entrega à natureza, para aquilo que você veio fazer. A natureza é autônoma, ela não precisa de aporte de nada, se você contribuir com a natureza, você é autônomo. É fortemente influenciado pela agrofloresta, quem maneja não é você mas aquele que precisa sair, você ajuda a sair porque é o sistema que te leva e não você que leva o sistema você em sintonia com a natureza [Túlio]

Esse ponto, ao que parece, diverge da teoria de Touraine (2004, 2011). Para este autor o sujeito se constitui mediante um não social, um encontro consigo na busca de seus próprios sentidos. Tal compreensão é trabalhada extensamente em seus textos, o sujeito não estaria mais vinculado a uma religião externa, mas foi impregnado pelos valores fundamentais dos direitos humanos e vive pela possibilidade de construir o próprio futuro. Entretanto, a construção do sujeito requer um exercício infinito de fé. Não a fé em um porvir onde a providência Divina promove a mudança. A fé que Touraine se refere é uma fé na possibilidade de se constituir como sujeito e depois como ator, para gerar a mudança no social. Para o autor, o

religioso no sentido habitual provoca a projeção do sujeito fora do seu domínio próprio. O religioso vinculado a uma ordem externa promove a sacralização de uma ordem social. A externalização do religioso se torna um meio de alienação e objetivação em que o sujeito se volta para si em um processo de diferenciação do outro. A diferenciação fere princípios fundamentais na construção da autonomia, a igualdade e o respeito.

Se Deus é projetado ao exterior e o sujeito da experiência se diferencia do outro, por exemplo, um agricultor não agroflorestal, o caso da COOPERAFORESTA se distancia da construção da autonomia do sujeito de Touraine. A partir destas contribuições podemos questionar: Estaria a organização da COOPERAFORESTA gerando um processo de sacralização, ou seja, se instituindo por meio do sagrado? Se esta resposta for verdadeira estamos trabalhando com uma possibilidade de geração de novos modelos instituídos, que alertamos na problemática do trabalho. A essa altura da dissertação realizar este tipo de questão parece um pouco desestruturante, haja vista todo o projeto articulado do movimento agroflorestal criado pela COOPERAFORESTA. Entretanto, se a vinculação a mecanismos de alienação estiverem presentes incorreríamos em análises rasas sobre a realidade, o que justifica nossa postura crítica. Em contrapartida, mediante o depoimento a seguir podemos realizar novas análises.

Então por menos que a pessoa esteja consciente ela também tá botando a ficha dela com isso, E talvez a ficha dela seja do tamanho da minha ou maior, porque cada um põe a ficha que tem né?... então se ela tem a consciência que imagina que Eu tenho, a minha contribuição deveria de ser infinita eu luto pra entender. Até acho que é um salmo que tem na bíblia que diz “o senhor é meu pastor e nada me faltará”... então Eu imagino que se Eu aprender a confiar sem restrições, nada vai me faltar nunca, porque daí não tem porque faltar. O problema é que a gente muitas vezes fraqueja, você que tipo assim, se “assenhorar” da situação, quer ter certeza do amanhã, isso aí é o momento de fraqueza quando a gente é desse jeito. O normal não é assim, é viver o agora e amanhã a Deus pertence né... é só a continuação do hoje... não dá pra esperar que a vida seja ruim se você planta fruta. Como pode ser ruim ? Não faz sentido. Você se cultiva a si próprio. Acaba atraindo coisas boas... ah, sei lá... não deveria de ter essa preocupação com o que vai ser, talvez o ideal é que o agora me baste e pronto [Alex].

Inicialmente o agricultor fala sobre como cada um aceita e se entrega para a agrofloresta. Não como uma receita pronta de produção, mas como um modo de vida que precisa essencialmente de fé, tendo em vista os obstáculos que deve enfrentar pela frente. Esse relato também traz elementos que vinculam a prática da agrofloresta à um processo interno do agricultor na sua relação com a natureza.

Seria a relação com a natureza uma relação consigo mesmo? Ou esses relatos são apenas a reflexão do entrevistado que está entregue às determinações religiosas? Em contexto de convivência com o Sr. Alex, ele afirma não ter uma religião, mas sim princípios de Deus presentes em sua vida.

Os agricultores compreendem e legitimam os valores defendidos pela Agrofloresta, como por exemplo, a cooperação e o amor à natureza, apreendidos mediante os processos de capacitação oferecidos pela COOPERA FLORESTA, pela convivência com os técnicos extensionistas e agentes multiplicadores. No entanto, argumentam que os princípios agroflorestais também precisam ser internalizados por cada um a sua maneira, pois nenhuma agrofloresta pode ser idêntica à outra visto que cada ambiente responde de uma maneira, e cada agricultor desenvolve seus próprios ritmos de trabalho e manejo.

Eu fui fazer minha carteira de trabalho, quando meu penúltimo filho nasceu, eu queria operar, mas não quiseram fazer, falaram que eu tinha que voltar daqui dois meses. Dois meses! A gente trabalha na roça, operar ia ter que ficar de repouso né. Nesse tempo eu fiz meus documentos, fiz o INCRA, a nota do produtor e o DAP, arrumei todos os meus papéis, daí saiu o PRONAF no meu nome. Primeiro minha filha, pegou PRONAF no nome dela e depois do PRONAF eu fui só melhorando. Daí nessa época a minha vida foi só mudando né. Mas eu esperava o marido pra resolver as coisas, ele saiu pra trabalhar fora. Eu construí essa casa. Ai fui me esforçando assim, mais que eu era uma pessoa livre para mim cuidar dos meus filhos, eu que não tinha uma pessoa comigo né. Daí pra frente eu me soltei. A COOPERA me ajudou muito e também eu tive necessidade de me virar né, eu tinha que dar roupa, dar calçado e escola. Eu tinha mais saúde, mais força. Enfrentei e hoje eu só tenho que agradecer a Deus né, porque enquanto minhas plantas tá no mato, eu to não to dando conta de limpar, Deus tá tomando conta a natureza tá tomando conta.

Eu faço parte da pastoral, eles precisam de ajuda porque eles precisam das líderes, ali nós leva um monte de coisa pra fazer a sopa de tutano e põe as verduras, couve, mandioca, tudo o que quiser, cenoura, beterraba. Essa farofa que eu fiz ali, um pouquinho de couve e almeirão, alfacinha do mato e já é um alimento né. Mas eu acho assim que pra mim criar eles, (os filhos) eu sabia cuidar, soro pra curar a febre. Por que a gente chama o médico e eles dão soro. Que nem as mães da pastoral, muda o olho, muda de feição, o cálcio a criança chupa pra ele e deixa a mãe sem. Tem até o hino que a gente canta lá na pastoral, a mãe que amamenta o filho dá a vida dela para criança. Criança mal alimentada sempre adoentada não queremos não. O trabalho das crianças é indiferente da igreja. De todo o trabalho que temos nesse mundo o melhor é o trabalho voluntário né [Alice].

Este depoimento afasta a ideia de que a fé dos agricultores da COOPERA FLORESTA esteja relacionada à diferenciação do outro. Ao contrário, se percebendo igual e forte a agricultora munida de sua fé conquistou os mecanismos para se constituir de maneira autônoma e lutar pelos seus direitos. A mesma fé e a

percepção do outro enquanto detentor de direitos motivou a sua integração em outro movimento, o trabalho humanitário da pastoral da criança. Mesmo participando de outra igreja, se engajou neste trabalho com as crianças carentes.

O depoimento a seguir argumenta a inter-relação entre a natureza e o homem e a natureza e Deus. Se na agrofloresta, Deus está na natureza e o homem é parte da natureza, podemos afirmar que os agricultores desenvolvem sua subjetivação em consonância com a perspectiva de Deus presente nele mesmo, o que constitui a sua fé e o encoraja a agir.

Os agro ecologistas tem muito respeito pela espiritualidade dos povos andinos, mas muitas vezes não valorizam os nossos católicos e crentes, e que na realidade é dali que você tem que partir, de onde o cara tá. Muita gente critica que nessas religiões que Deus tá lá no céu, beleza, Deus que ótimo, mas vamos trazer Ele para o nosso dia a dia. O cara tem resistência ao crente porque Deus está no céu, mas você tem que partir da confluência. Essa compreensão de que a natureza é viva, de que Deus está ali. O ser humano tem uma capacidade tão grande de dinamizar os sistemas se tem terra preta de índio é porque se fazia agrofloresta neles, os caras plantavam as sementes de castanhal na Amazônia, assim como os macacos e as aves. Essa fala espiritualista, é ela que falta além da falta da ecologia em todas as vertentes da agroecologia e falta a espiritualidade [Túlio].

Touraine (2004) acredita na redefinição do indivíduo em uma busca de si, de um sentido para si, esse encontro se dá consigo mesmo e não por uma ordem externa, social. Se deslocando dessa perspectiva ordenadora do social o indivíduo embebido de uma experiência de si, encontra em si os valores e os sentidos e assim constitui a sua fé. Para o autor há outra possibilidade em que a fé possa ser um apelo ao Divino. Este apelo a ao Divino interno evoca o princípio da igualdade dos homens perante Deus. Neste sentido Deus é não social. Se por um lado a sacralização do comunitário instituído pelo religioso promove a desigualdade e os fundamentalismos, por outro lado há possibilidade de estabelecer relação como o divino a partir do Eu esvaziado do sentido social, o que é estendido para todos, evocando o princípio da igualdade (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004).

No primeiro caso, mediante a religião como princípio externo, os sentidos da ação e ainda os sentidos existenciais estão fora do domínio do sujeito, impedindo sua autonomia. Na segunda possibilidade da fé pelo apelo ao Divino interno se busca um encontro com o Eu. Esta última gera uma autoconstrução, elemento constituinte da autonomia. A igualdade também é um dos elementos essenciais do encontro consigo mesmo por meio da fé.

“O que pode fazer viver é a fé”. Touriane propõe uma diferenciação entre a fé

e a religião. A religião pode se constituir como uma garantia “metassocial”, geradora de normas para o social, mesmo a religião sendo não social ela configura a ordem social. E a fé gerada mediante esse apelo ao Divino, não social e internalizado, é promotora da autonomia, do sujeito, dos direitos e dos valores humanos (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004 p. 206).

9.3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos que este capítulo emergiu da pesquisa em razão da importância das questões aqui descritas e traz elementos que favorecem a construção da autonomia dos agricultores da COOPERAFORESTA porque se remete a novos elementos não menos importantes, tal como a fé. Consideramos que ele foi válido porque nos permitiu observar os atores sob uma perspectiva do humano, haja vista que os depoimentos demonstram a confiança na mudança socioambiental por meio da agrofloresta.

Inicialmente vimos que os agricultores gostam de enaltecer suas práticas e as reafirmam como adequadas e positivas para si e para o coletivo. Essas afirmações estão relacionadas à autonomia, a qual está baseada na autoafirmação e encontro dos sentidos, constituintes da autonomia do sujeito de Touraine e para o Movimento Agroecológico. A autoafirmação também se configura como um mecanismo de proteção.

Problematizamos as posições da COOPERAFORESTA e a possibilidade de geração de novas ordens sociais excludentes para agricultores que não realizassem o que eles denominam de “entrega para a natureza”. Contudo aproximamos as concepções dos agricultores da ideia de fé como um apelo ao Divino interno partindo de si. O “agrofloreteiro” como parte da natureza age nela de acordo com os princípios de confiança e amor conhecendo os sentidos de sua ação no ambiente. Neste sentido, observamos anúncios de outras possibilidades de viver por meio da satisfação gerada no cultivo de agroflorestas, aprendendo a agradecer, a encarar os sofrimentos e a redescobrir a sua força interna, sua fé.

A hipótese testada nesta seção foi: por meio da autoafirmação de seus valores, os agricultores agrofloretais demonstram uma atitude de autonomia em relação aos seus projetos de vida. Podemos considerar que os valores afirmados (confiança, respeito, amor, fé, solidariedade e carinho) por eles são essenciais para

a autoconstrução e o encontro dos seus projetos de vida, esses últimos fertilizados pelos sentidos da agrofloresta. Portanto, esta hipótese está confirmada.

Mesmo visualizando que uma discussão sobre valores, fé e sentidos para a vida está incompleta e iniciante, acreditamos que ela não poderia faltar mediante a experiência de pesquisa, o que nos permite abrir o diálogo com outros pesquisadores que possam aprofundar essa relação intrínseca entre a fé e o sujeito.

Creio que, religioso ou não religioso, o sujeito está sempre presente. O sujeito é não social, apesar de ter sempre uma capacidade de ação sobre o social. É deles que vêm os valores, ao passo que da sociedade vêm as normas. Normas são utilitárias: o que é bom para a sociedade é bom para mim. Já os valores são os limites, os direitos humanos, por exemplo, fundados nos poderes da sociedade sobre mim e sobre si própria (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004, p. 207).

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estrada sinuosa que dá acesso às comunidades do município de Barra do Turvo vem anunciando singulares paisagens e experiências. Observá-las com orvalho da manhã e perceber que tudo e todos já se movimentam no amanhecer de uma segunda-feira registram os primeiros olhares e impressões. O nosso motorista, que também é coordenador de pesquisa da 'COOPERA', dirige ao encontro de uma comunidade denominada Terra Seca, aguardando o sinal de um de seus bolsistas. Logo avistamos uma moto equipada com diversas mochilas e um embrulho que pareciam ser painéis, algo que não poderia se confundido na paisagem montanhosa. - "Estacionem aqui!" IH!! temos que parar o carro na cachoeira! Algo muito inusitado numa prática de pesquisa, pois seríamos recebidos pela queda de água fria de uma cascata... Primeira impressão - Diário de Campo – Priscila Cazarin Braga 19/05/2011

Ao finalizar este estudo que objetivou estudar as resistências contra o modelo instituído de produção de alimentos e a construção da autonomia dos agricultores agroflorestais da COOPERAFORESTA posso dizer que o processo de aprendizado dessa pesquisa superou as expectativas iniciais. Ao alcançar os objetivos, percebi que poderia tecer novas relações e que havia muitas outras perguntas. Entretanto, o fragmento acima define a celebração que a experiência empírica representou. Sempre que as adversidades do processo criativo se revelaram, os diálogos com os agricultores foram retomados, acendendo novamente a chama da busca e a motivação para a continuidade.

Os conflitos internos da pesquisadora no processo de produção de conhecimento se dissolveram em cada sorriso e acolhida que esta recebeu dos agricultores e dos amigos de pesquisa. Ao observarmos a história da COOPERAFORESTA compreendemos que a perseverança, a coragem e a ação se constituem como elementos fundamentais no sucesso da Associação.

Os agricultores da Barra do Turvo foram desafiados a assumir para si as reflexões agroflorestais. Passaram a observar a floresta e compreender qual seria a melhor forma de, estando junto dela, se tornar parte dela e prosperar sua produção, garantindo o sustento de suas famílias, dentro de uma relação com o mercado. Em alguns momentos das narrativas eles relatam os próprios diálogos internos, como por exemplo, quando descrevem sobre o passado e sua transição para o sistema de produção agroflorestal. Com histórias de vida recheadas de sofrimentos, quase sem recursos para a sobrevivência, mudaram suas maneiras de se relacionar, de produzir e comercializar alimentos. E em meio a essas situações de conflituosidade

(TOURAINÉ, 2004) os agricultores em parceria com técnicos desenvolveram um modelo específico e próspero de viver com a natureza, orientado pela coprodução. Resistem aos imperativos dos modelos industriais de produção de alimentos por meio da observação da lógica da floresta de organizar e fortalecer parcerias e cooperações para o dinamismo dos sistemas agroflorestais e promover o aumento da vida (GÖTSCH, 1997).

A organização da Associação possibilitou aos agricultores da Barra do Turvo o acesso e construção de um processo de institucionalização que se propõe aberto às renovações constantes, mediante formas participativas de gestão. Há muitos pormenores envolvidos na construção da autonomia em relação à autogestão de seus recursos. Entre as instâncias de gestão participativas se destacam o envolvimento das unidades familiares, os grupos de agricultores, o conselho de representantes, o conselho de ética e a Associação. Entre as práticas de gestão se relacionam os planos de manejo familiares, as reuniões das instâncias anteriores e o exercício de autoavaliação denominado “estrelas da agrofloresta”. Ainda sobre a organização institucional é possível dizer que desenvolvem a autonomia correndo riscos calculados

A autonomia dos sujeitos se constituindo numa relação de igualdade e respeito pode ser geradora de uma nova realidade social, envolta por direitos. A organização dos grupos de agricultores e a prática instituída de mutirões de trabalho e qualificação promovem relações de proximidade e geram resistências contra o individualismo do trabalho originário dos sistemas industriais de produção de alimentos. Por meio dos mutirões se estabelecem vínculos e relações de cooperação, se potencializam as ações de intervenção e se tornam independentes em relação à contratação de trabalhadores que não estejam dentro do projeto da COOPERA Floresta.

Ao observarmos nossa hipótese central. A COOPERA Floresta incentiva os movimentos de resistência e não submissão ao instituído industrial ou a um possível novo instituído excludente e favorece a construção da autonomia do agricultor em defesa de seus modos de viver e pensar, podemos dizer que ela foi confirmada em todas as suas instâncias com ressalvas para a questão do risco e possibilidade da dependência que os agricultores têm em relação à estrutura da Associação. Foram encontrados na COOPERA Floresta os seguintes elementos constituintes da autonomia: autoafirmação, autoconstrução, encontro dos próprios sentidos, respeito

pelo outro e responsabilidade, essenciais para a autonomia do sujeito de Touraine. Encontramos também a autogestão da base de recursos dos agricultores, a coprodução, comercialização direta, independência, pluriatividade, diversidade e cooperação, elementos fundamentais para a geração da autonomia dentro do Movimento Agroecológico.

Compreendi que, a exemplo da postura metodológica de Touraine, deveria refletir sobre os sentidos ocultos do caso pesquisado. Para isso esteve sempre à vista as duas questões: quais os sentidos ocultos da ação e qual o sentido mais alto da ação. Indicamos que o sentido oculto e o sentido mais alto da ação social do movimento agroflorestal da COOPERAFORESTA consiste na construção de relações sociais mais “humanas” tendo em vista a igualdade entre os associados. Neste sentido, ressaltamos o respeito como um dos sentidos ocultos e não oculto observado. Essas interpretações nos remetem à afirmação de fé e de valores na construção da agrofloresta na Associação o que parece autoevidente. A agrofloresta se remete aos valores fundamentais para os humanos e os não humanos. Sendo assim, podemos dizer que existem condições e elementos muito favoráveis para a emergência do sujeito agroflorestal.

É possível afirmar que encaramos o Movimento Agroecológico vivenciado pela COOPERAFORESTA como um movimento social e movimento cultural, que denominamos de movimento híbrido. É nítido nos diálogos e discursos defendidos pelos agricultores da COOPERAFORESTA que acreditar na agrofloresta como opção de vida se constitui em um projeto de mudança e o inimigo neste sentido pode ser a própria busca pela autodefesa de suas vidas.

O sujeito se forma na vontade de escapar às forças, às regras, aos poderes que nos impedem de sermos nós mesmos, que procuram reduzir-nos ao estado de componente de seu sistema e de seu controle sobre a atividade, as intenções e as interações de todos. Estas lutas contra o que nos rouba o sentido de nossa existência são sempre lutas desiguais, contra um poder, contra uma ordem. Não há sujeito senão dividido entre raiva e esperança. (TOURAINÉ, 2007, p.119)

O exercício analítico dos dados indica que, mesmo não sendo nosso objetivo central, investigar sobre a emergência de sujeitos na COOPERAFORESTA, esta reflexão esteve muito presente. Como nos indicou o autor, para compreender o sujeito é preciso que ele seja observável e que se somem o maior número de suas características. Um esclarecimento fundamental nesse sentido é a declaração de Touraine (2004) sobre as dificuldades que encontrou na observação do sujeito em

contextos latino-americanos. Seu interesse pela América Latina tem uma história de mais de 30 (trinta anos) especialmente no Chile, tendo inclusive se casado com uma pesquisadora daquele país. Para ele, é nessa região onde a ideia de sujeitos teve menor penetração em virtude das condições históricas de dependência, neocolonização e imperialismo. Para ele o grande desafio dessas nações é justamente construir sua integração, visto que a dependência externa é constantemente alimentada por políticas estatais.

Entretanto, não é porque a ideia de sujeito esteja pouco presente é que eles não existiram ou existam nesses países. Em alguns movimentos de libertação há características que podem se aproximar de lutas por reivindicações culturais e afirmação de direitos, como os movimentos negro e indígena, em que sujeito pode emergir (KHOSROKHAVAR e TOURAINE, 2004, p. 83-93). Assim, se quisermos inferir sobre a emergência de sujeitos no Movimento Agroecológico e Agroflorestal da COOPERAFORESTA é possível afirmar a existência de muitas das características do sujeito de Touraine, especialmente a resistência ao controle do mercado hegemônico de produção de alimentos e a construção da autonomia baseada no respeito ao outro. Esse sujeito, presente na COOPERAFORESTA, está se constituindo à sua maneira, permeado por sua historicidade e, portanto, apresenta singularidades.

os atores definidos em termos “morais” não podem ainda ser definidos pelas implicações institucionais, e em particular jurídicas, já que o sujeito não se constitui senão acima da organização social. É um apelo à vida contra a morte, aos direitos contra os interesses, aos princípios primeiros antes que suas implicações. (TOURAINE, 2011, p.131)

A busca de si no movimento de construção do sujeito de Touraine está relacionada com um processo interno de busca de sentido. Esse processo pode ser ocasionado por uma situação de conflituosidade vivenciada por esse ou esses indivíduos. Entende-se para o caso em destaque, o processo de mudança nos padrões de produção, a conversão para o sistema agroflorestal como uma busca pela sobrevivência. A afirmação da identidade negra e a construção participativa de modelos de produção, alimentados pela lógica agroflorestal, configuram processos que expressam a resistência desses agricultores às submissões de condições de sobrevivência que não foram atendidas pelo modelo industrial de produção de alimentos, da situação social e da degradação ambiental e êxodo rural presente no histórico da região. Com isso podemos afirmar a possibilidade de emergência e a

atuação de sujeitos agroflorestais no Movimento Agroecológico da COOPERAFORESTA, tanto os sujeitos no âmbito individual que vão fertilizar os atores sociais quanto o sujeito coletivo COOPERAFORESTA.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. Significados sociais, desafios e potencialidades da agroecologia. In: BRANDENBURG, A. FERREIRA, A. (orgs.) Para pensar outra agricultura. 2º ed. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA – ABA. Disponível em: <http://www.aba-agroecologia.org.br>. Acesso em 05/02/2012.

ALONSO, A. As Teorias dos Movimentos sociais: Um balanço sobre o debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 5ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA – ANA Disponível em: <http://www.agroecologia.org.br>. Acesso em 05/02/2012.

ASSIS, R. Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil: Perspectivas a partir da integração de ações públicas e privadas com base na agroecologia. In: **Economia Aplicada** 10(1) 75-89, jan - mar, 2006.

BRANDENBURG, A. **Agricultura familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável**. Curitiba: Editora da UFPR, 1999.

_____. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. **Desenvolvimento e Meio ambiente**: Caminhos da agricultura ecológica. n. 6, jul-dez. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

_____. Colonos: Subserviência e autonomia. In: BRANDENBURG, A. FERREIRA, A. (orgs) **Para pensar outra agricultura**. 2º ed. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

BARRA DO TURVO. Dados estatísticos. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/cidadesat> .Acesso em 29/08/2011.

BARRA DO TURVO. Dados históricos. Disponível em: <http://www.ptwikipedia.org/wiki/Barra> do Turvo e <http://www.barradoturvo.sp.gov.br/> . Acesso em 29/08/2011.

BRASIL. Decreto 6.323/2007 - Sistema Brasileiro de Avaliação de Conformidade Orgânica. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA Disponível em: <http://www.planetaorganico.com.br>. Acesso em 25, 26 e 27 de janeiro de 2012.

BRASIL. Informações sobre o Plano Nacional de Agroecologia do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias>: Acesso em /25/01/2012.

BRASIL. Informações sobre o Programa de Aquisição de Alimentos dos Ministério do Desenvolvimento Social e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/alimentoseabastecimento/paa>. Acesso em 20/01/2012.

BRASIL. Informações sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/>. Acesso em 18/01/2012.

BRASIL. Lei federal nº9.985/2000 - Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em: www.legislação.planalto.gov.br. Acesso em 22/02/2012.

BRASIL. Lei nº 10.831/2003. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.831.htm Acesso em 27 de janeiro de 2012.

BRASIL, **Marco referencial em agroecologia**. EMBRAPA, Brasília: Embrapa informação tecnológica, 2006.

BRASIL. Resolução nº38/2009 do Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação do Ministério da Educação. Informações sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Disponível em: http://www.comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/RES38_FNDE.pdf Acesso em 21/01/2012.

CALDERÓN, F. e JELIN, E. Classes sociais e Movimentos sociais na América Latina – Perspectiva e Realidade. **Revista Brasileira de Ciência Social** v.2 n.5 p. 67-85, 1987.

CAPORAL, F. COSTABEBER, J. **Agroecologia**: Conceitos e princípios para a construção de estilos de agriculturas sustentáveis. Sem data de publicação. Disponível em: www.planetaorganico.com.br Acesso em 25/01/2012.

CAPORAL, F. COSTABEBER, J. PAULUS, G. Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: Irio Luiz Conti; Marcelino Pies; Rene Cecconello. (Org.). **Agricultura Familiar: caminhos e transições**. Passo Fundo: IFIBE, 2006, v. 01, p. 174-208.

CASTELLS, Manuel. A era da informação: economia, sociedade e cultura. In: **Sociedade em Rede**. V. 1 São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COOPERAFORESTA. Dados estruturais 2010. - Relatório interno – Disponibilizado pela associação. Barra do Turvo: 2010.

_____. Disponível em <http://www.cooperafloresta.org.br/>. Acesso 29,30,31 de agosto 2011, 19,20,21,22 de setembro 2011 e 09/03/2012.

_____. Disponível em <http://www.abelhas.cooperafloresta.org.br>.

Acesso em 29,30,31 de agosto 2011.

_____. Disponível em <http://www.agroflorestar.com.br>. Acesso em 06/03/2012.

_____. Estatuto da associação dos agricultores agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis – Arquivo interno. Disponibilizado pela associação

_____. Marco pedagógico do processo de ensino/aprendizagem de agrofloresta. In: **Sistematização do Processo de Rede Capacitação-Conhecimento em Mutirões Agroflorestais de Agricultor para Agricultor: Escolinha Agroflorestando o Vale do Ribeira**. Programa de desenvolvimento Agrário (PDA). Barra do Turvo SP e Adrianópolis PR. 2010-2011 Barra do Turvo: 2011b.

_____. Regimento Interno. Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis – Arquivo interno. Disponibilizado pela associação.

_____. **Um olhar sobre o modo de ser e fazer da COOPERA Floresta**. “PROJETO TRILHARES” Construindo caminhos e olhares para a harmonização entre a Agricultura Familiar e a Mata Atlântica no Vale do Ribeira. Ministério do Meio Ambiente. Chamada Pública do PDA - Projetos Demonstrativos da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável. Barra do Turvo: 2011a.

COSTA E SILVA, L da. **As necessidades e fontes de informação para a comercialização de produtos agroecológicos na Região Metropolitana de Curitiba**: um estudo de caso na Cooperafloresta. Dissertação (Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação) - Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba: 2012.

DOUTORADO EM MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Tecendo uma globalização alternativa**: experiências da Rede Ecovida na construção de alternativas socioambientais para o enfrentamento da questão alimentar. Trabalho coletivo da turma VIII (disponibilizado pelo grupo). UFPR: Curitiba, 2009.

ESTADO DE PROVIDÊNCIA In: BOUDON R. BESNARD, P. CHERKAoui, M. LÉCUYER, B. **Dicionário de Sociologia**. Lisboa: Dom Quixote, 1990.

FONSECA, M. **A institucionalização dos mercados de orgânicos no mundo e no Brasil**: uma interpretação. p.476. Tese (doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

GAO. **Construindo a certificação participativa em rede no Brasil**: cartilha para subsidiar as oficinas locais. Florianópolis: Grupo de Agricultura Orgânica, 2004.

GLIESSMAN, Stephen. **Agroecología. Procesos ecológicos en Agricultura Sostenible**. Turrialba, C. R CATIE, 2002.

GONZALEZ, A. NIGH, R. Smalholder participation and certification of organic farm products in Mexico. In: **Journal of Rural Studies**. N 21 449 – 460:2005.

GÖTSCH, E. **Break Trought in Agriculture**. Rio de Janeiro: ASP-TA, 1994.

_____. **Homem e Natureza. Cultura na Agricultura**. 2ªed. Centro de desenvolvimento Agroecológico Sabiá: Recife:1997.

GUERRA, G. M. **A institucionalização das representações sociais da agroecologia na agricultura familiar**.196p Dissertação (mestrado em Gestão de negócios) Universidade Estadual de Maringá e Universidade Estadual de Londrina, Maringá: 2010.

HAHN, N. B. A questão do sujeito e o sujeito em Alain Touraine. **Revista DIREITOS CULTURAIS**, revista do programa de pós graduação em direito da URI – Universidade regional integrada do Alto Uruguai e das missões. v. 03 n4 Junho, Santo Ângelo: 2008. Disponível em: <http://srvapp2s.urisan.tche.br> acesso em 20 de julho, 18 de agosto e 25 de setembro 2011.

HEGEMÔNICO In: GRAMSCI, A Cadernos da prisão. Stillo, Monica 1998. Disponível em www.usp.br Acesso em 07/03/2012.

KARAM, K. F. **Agricultura Orgânica: Estratégia para uma nova ruralidade**. 235p Tese (doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento – MADE), Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2001.

KHOSROKHAVAR, F. TOURAINE, A. **A Busca de Si: Diálogo sobre o sujeito**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 9ªed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

LEITE. S. Movimentos da modernidade: novos atores na esfera pública. In: **Estudos sociedade e agricultura**, nº 05. 1995.

LEFF, E. **Ecologia, Capital e Cultura**. A territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

_____. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez Editora, 2000.

_____. **Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEPKALN DOS SANTOS, **A Construção social de mercado de orgânicos: O**

caso da Cooperativa Ecoserra na Serra Catarinense. 122p. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: 2006.

LUTZENBERGER, J. O absurdo da agricultura moderna: Dos fertilizantes químicos e agrotóxicos à biotecnologia. In: Conferência Brasileira de Agricultura Biodinâmica. Agricultura Biodinâmica: a dissociação entre homem e natureza. Reflexos no desenvolvimento humano. USP – Cidade Universitária, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Antroposófica, 2001. p178 -192.

LUZZI, N. **O debate agroecológico no Brasil**: uma construção a partir de diferentes atores sociais. 182f. Tese (doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

MAZOYER, M. ROUDART, L. **História das Agriculturas no mundo**: Do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MINAYO, M. C. de. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

MOL, Arthur P.J. **Environmental Reform in the Information Age: the contours of informational governance**. NY, USA: Cambridge University Press, 2008.

MUTIRÃO in: NAVARRO, E. A. Método Moderno de Tupi Antigo. 3ªed. São Paulo: Global, 2005. Disponível em <http://pt.wikipedia.org>. Acesso em 01/03/2012.

MURGUEITIO, E. Las árboles en la agricultura: una antigua amistad rescatada del olvido en América. In: **LEISA. A Revista de Agroecología**. V. 27 nº 2. Junio, 2011.

PALHARES, M. S. O método da “intervenção sociológica”. In: **Revista de Educação Pública** (Cuiabá), Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, nº 14. Junho - dezembro, 1999. Disponível em <http://ie.ufmt.br/revista/> acesso em 01/06/2011.

PLOEG, Van Der. **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

_____. Entre a dependência e a autonomia: o papel do financiamento para a agricultura familiar. In: **Agriculturas**. V. 7 nº2 julho 2010.

RADOMSKI, G. **Práticas de certificação da agricultura ecológica**: selos, redes e processos de inovação. In: Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, 2008. Porto Alegre. II Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2008. v 1 p.1-21.

REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA. Disponível em: <http://www.ecovida.org.br>. Acesso em 15/09/2011, 15/01/2012 e 04/02/2012.

SILVA, M. S. Democracia e sujeito: uma relação indissociável na obra de Alain Touraine. In: **Emancipação**, Ponta Grossa, 8(2):21-34, 2008. Disponível em <http://www.uepg.br/emancipacao> Acesso em 20/08/2011.

SILVA, R.A. Relatório Técnico Científico dos Bairros Terra Seca e Ribeirão Grande - São Paulo: FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO "JOSÉ GOMES DA SILVA" - ITESP, Sem data de publicação. Disponível em www.itesp.sp.gov.br. Acesso em: 25 de julho 2011.

SOUSA SANTOS, Boaventura. **As Vozes do Mundo**. Col. Reinventar a Emancipação Social: Para novos manifestos. Vol. 6. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2005.

_____. **Democratizar a Democracia**. Os caminhos da Democracia participativa. Col. Reinventar a Emancipação Social: Para novos manifestos. Vol. 1 Civilização Brasileira. Rio de Janeiro: 2005.

_____. Los nuevos movimientos sociales. Debates Observatório social de América Latina – OSAL n 5, Buenos Aires, Argentina:2001.p177-184.Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar> acesso em 22/12/2011.

_____. A pequena agricultura e as ciências sociais. **Revista de Ciências Sociais** nº7/8 dez,1981, p.559-563.

SÃO PAULO. Decreto/Lei nº145/69. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao>. Acesso em 25/02/2012.

SÃO PAULO. Lei nº12.810/2008. Disponível em Disponível em: <http://www.sbe.com.br/leis/lei12810-08.htm>. Acesso em: 22/02/2012.

TOURAINE, A. **Após a Crise**. A decomposição da vida social e o surgimento de atores não sociais. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Crítica da Modernidade**. 3ªed. Petrópolis: Vozes,1995.

_____. **Igualdade e diversidade**: O Sujeito Democrático. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1998.

_____. **Um novo paradigma**. Para compreender o mundo de hoje. 3ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

VAZ, P. **Viagem por minas gerais com Ernest Götsch**. Sem data de publicação. Disponível em : <http://www.agrofloresta.net> Acesso em setembro 2011.

YIN, R. B. **Estudos de caso**: planejamento e métodos. 3 ed. Porto alegre: Bookman, 2005.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 ENTREVISTA ABERTA COM O TÉCNICO DA COOPERA FLORESTA

Elaborada e aplicada juntamente ao pesquisador Rômulo m. da Silva – integrante do grupo de pesquisa.

Tópicos incentivados:

- Histórico da Cooperafloresta e dos seus mentores.
- Elementos fundamentais para a prosperidade da agrofloresta.
- Dificuldades visualizadas.

APÊNDICE 2 – ROTEIRO DE ENTREVISTA REALIZADO JUNTO AOS ENTREVISTADOS

– ORGANIZADO NO GRUPO DE PESQUISA, FORMATADO PELA PESQUISADORA DANIELE SANDRI MARTIN, E APLICADO CONJUNTAMENTE AOS DEMAIS PESQUISADORES.

1. Como era a região e as práticas agrícolas antes da implantação dos SAF's?
2. Por que aderiu ao SAF? Quais questões foram mais importantes para esta escolha? (econômicas, ideológicas, ...)
3. Gosta de ter florestas em sua propriedade? Por quê?
4. O que significa o Sistema Agroflorestal para você? E as Florestas? Agroflorestas..
5. O que significavam as Florestas para você, naquela época? E agora?
6. Existiam mais florestas?
7. Qual a importância das áreas nativas para você?
8. Qual a importância das Agroflorestas para você?
9. Quais áreas compõem sua propriedade? Mapa Mental dos familiares (grau de importância)
10. Após o mapeamento participativo perguntar: existem áreas de floresta melhores que outras? Onde? Por que? Como elas são? O que tem de especial? (apontar no mapa)
11. Atualmente, existem áreas de mata degradadas? Onde? Por que? Como elas

são?

12. Como fazer para melhorar essas áreas de floresta?
13. Quais as espécies alimentares que compõem seu SAF's?
14. Atualmente, quais espécies utiliza para consumo familiar?
15. Onde a espécie se desenvolve melhor? Qual andar? Por que?
16. Como adquiriu os conhecimentos sobre as plantas? (Quem repassou: pais, avós, técnicos...)
17. Como se deu a implantação do SAF?
18. Quem são os responsáveis na família pelo manejo das áreas? (o que cada um da família faz na propriedade)
19. Como se dá a escolha das espécies para compor os SAF's?